

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CINDY GONÇALVES ROCHA

IMPERIALISMO E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

UBERLÂNDIA
2018

CINDY GONÇALVES ROCHA

IMPERIALISMO E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Política

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Said

UBERLÂNDIA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R672i
2019 Rocha, Cindy Gonçalves, 1987-
 Imperialismo e estratégia revolucionária [recurso eletrônico] / Cindy
 Gonçalves Rocha. - 2019.

 Orientadora: Ana Maria Said.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Filosofia.
 Modo de acesso: Internet.
 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.1503>
 Inclui bibliografia.

 1. Filosofia. 2. Ciência política - Filosofia. 3. Materialismo histórico.
3. Marx, Karl, 1818-1883. 4. Imperialismo. 5. Revoluções. I. Said, Ana
Maria, 1955-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

IMPERIALISMO E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Política

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Said

Uberlândia, 22 de agosto de 2018.

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Said

Prof^a. Dr^a. Anita Helena Schlesener

Prof^a. Dr^a. Marisa Silva Amaral

As minhas duas mães, Rute Rocha [in
memoria] e Louraci Gonçalves.

A minha irmã, Sandy Rocha.

A minha orientadora, Ana Maria Said.

A todos aqueles que indignados com
o mundo e a vida que nos é imposta
nesta ordem de coisas, lutam por sua
transformação e superação.

RESUMO

Esta dissertação, de caráter bibliográfico e investigação teórica, apoia-se na ontologia marxiana, apreendida e sistematizada por Karl Marx (1818-1883) através do método materialista histórico dialético e, em categorias político-filosóficas elaboradas a partir dessa matriz. As novas inclinações gerais de movimento da economia mundial, notórias no ocidente desde o então chamado “breve século XX”, em que o constante revolucionar dos meios de produção, alcançando certos patamares, libera forças tão poderosas que se coloca em contradição com as relações sociais que as engendra, tornando-se um entrave que põe em xeque a própria continuidade do capitalismo. Este, através de modulações do ser ao não-ser, consegue re-estruturar-se, elevando-se a uma fase superior, não sem se converter em sua antítese, alternando da livre concorrência ao padrão de relacionamento monopolista. Esta dissertação também se baseia nas contribuições de Vladimir Lenin (1870-1924) que oferece quadro concreto e assertivo da nova e complexa trama inaugurada com o imperialismo, envolvendo todos os cantos do globo. Parametradas por esse contexto estão importantes experiências históricas da classe trabalhadora em enfretamento e oposição ao capitalismo, dentre as quais, dedica-se à análise de duas, sejam elas, revolução Russa (1917) e revolução Cubana (1959). Das inúmeras inquietações e problemáticas ventiladas com a hegemonia do capital financeiro, visa-se analisar novas determinações que incidem sobre a dinâmica das classes e se colocam como desafios à continuidade da luta anti-imperialista.

Palavras-chave: materialismo-histórico, marxismo, imperialismo, teoria das revoluções.

ABSTRACT

This dissertation, which has bibliographic character and is a theoretical investigation, is based on the Marxian ontology, seized and systematized by Karl Marx (1818-1883) through the method of dialectical and historical materialism, and is also based in political-philosophical categories elaborated from this matrix. The new general inclinations of the world economy's movement, notorious in the West since the so-called "brief twentieth century", in which the constant revolution of the means of production, reaching certain levels, releases forces so powerful that turns into a contradiction with the very same social relations which engenders them, becoming an obstacle that calls into question the continuity of capitalism. The capitalism by its turn, through modulations of the being to the non-being, manages to restructure itself, elevating itself to a superior phase, not without becoming its antithesis, alternating from free competition to the pattern of monopolistic relationship. This dissertation is also based on the contributions of Vladimir Lenin (1870-1924), which provides a concrete and assertive picture of the new and complex plot inaugurated with imperialism, involving the whole globe. Circumscribed in that context are important historical experiences of the working class in confrontation and opposition to capitalism, among which one focus on the analysis of both the Russian Revolution (1917) and Cuban Revolution (1959). From the innumerable anxieties and problems aired with the hegemony of financial capital, one aim to analyze new determinations that affect the dynamics of the classes and pose as challenges to the continuity of the anti-imperialist struggle.

Keywords: historical materialism, marxism, imperialism, theory of revolutions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CAMINHOS E ENCRUZILHADAS DA MODERNIDADE	13
1.1 O padrão fenomênico como perspectiva de racionalidade burguesa.....	18
1.2 Crítica e superação da impositação moderna pelo método marxiano.....	24
1.3 [Anti] Razão pós-moderna, expressão avançada do paradigma burguês.....	32
2 ASPECTOS ONTOGENÉTICOS DO IMPERIALISMO	39
2.1 De Marx à Lênin: do capital bancário à hegemonia do capital financeiro.....	42
2.1.1 Formas funcionais.....	48
2.1.2 Mas, o que é, mesmo, capital?.....	53
2.2 Expropriações originais, liberdade e antagonismo de classes.....	55
2.3 Imperialismo now.....	60
3 EXPERIÊNCIAS UNDERGROUNDS DA CLASSE TRABALHADORA.....	69
3.1 Revolução Russa: as relações dialéticas entre estratégia e tática	70
3.1.1 Desafios do real: tática de mãos dadas com a estratégia.....	73
3.1.2 Ideologia burguesa como expressão requintada e farsesca de sua tragédia	86
3.2 América Latina e a revolução Cubana.....	98
3.2.1 Internacionalismo.....	99
3.2.2 Partido revolucionário e luta de classes.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

“*Tudo que é solido desmancha no ar*”¹ e, não fosse, precisamente, a capacidade de metamorfosear-se constantemente, devorando e ossificando dentro de sua própria estrutura tudo quanto lhe faça oposição sistêmica, o capitalismo não sobreviveria ainda hoje. Tal como a serpente que engole a própria cauda, o monstro multiforme destrói e reconstrói a si mesmo, assumindo vários aspectos e estados a cada novo ciclo; há muito, deixa um rastro tétrico e sangrento para trás e segue acelerado por caminhos que apontam um devir ainda mais perverso e tenebroso. Em quaisquer planos de corte que, por ventura, seccionemos o ser social, exibem-se, tanto os escombros em decomposição de suas megalomaníacas construções fundadas na areia quanto gigantescos esforços de contenção de suas tendências intrinsecamente autodestrutivas e suicidas. No segundo caso, frequentemente, vislumbra-se no horizonte, nada além de redução de danos e/ou gestão da barbárie do capital.

Tomemos, a título de exemplo, a racionalidade hegemônica moderna, em que, mesmo a partir de dentro, pipocam embates e problematizações quanto suas bases de sustentação. Recentemente publicado na *Nature Human Behavior*, ainda pelo viés da “metaciência/metanálise”², no artigo *A Manifesto for Reproducible Science* [2017], John Ioannidis e colaboradores, trazem interessantes reflexões acerca da função social da ciência e sua crise atual, em que subjugada a grande indústria [com aval de órgãos que fomentam e validam a produção científica], tem sua confiabilidade minada, seja pelas próprias limitações ou “*ameaças potenciais do modelo*” hipotético-dedutivo, seja por conflitos de interesses, etc.³

Do epicentro desse modelo de cientificidade, lastreado na debilidade e decomposição da sociabilidade que lhe funda e sustenta, registram-se avalanches de *equívocos* grosseiros e escandalosas *intercorrências*, dentre as quais, muitas realizam fins anti-humanos. Não-obstante, característica dessa mesma e particular matriz, é a ruptura entre ciências ditas

¹ MARX, 2000, p. 79.

² Conjunto de regras/procedimentos que a modernidade usa para definir a “boa ciência”.

³ Ausência de transparência: segredos e patentes tornam resultados não aferíveis ou replicável por pares; viés de publicação: desobriga divulgação de resultados “desanimadores”/desfavoráveis; técnicas falaciosas de rigorosidade/controle; falsos-positivos, etc.

naturais e humanas, sendo as últimas, diagnosticadas e reduzidas a conjecturas inverificáveis e especulativas. Ao que entenda-se a titulação científica, em significação plena e máxima, apenas se auto-referenciável, vide as ofensivas e repúdio a bases que pleiteiam o conhecimento do ser social, em especial, os nada novos e recorrentes atestados de óbito cotidianamente concedidos ao marxismo.

Pressupondo ainda a cognoscibilidade do real⁴, em suas dimensões natural e humana [problema esse que, ao fim do processo, esperamos, confirme-se como pós-suposto] e, uma vez que, para respaldar uma análise viva da atualidade e suas tendências, torna-se indispensável subir aos ombros de gigantes, lançando vistas a um horizonte que do chão, apenas teríamos uma ideia miúda, imprecisa e prosaica, esta pesquisa presta-se a: [1] resgatar as bases fundantes dos principais paradigmas de conhecimento que surgem com a modernidade, sejam eles, o padrão fenomênico e a abordagem marxiana, testando seus avanços e limites e, adentrar as antinomias em que circula a racionalidade fenomênica, verificando sua resiliência quando submetida a perspectiva/método ontológico; [2] analisar as determinações do capitalismo em sua fase avançada e, a partir da teoria clássica [leninista], os condicionantes - objetivos e subjetivos -, tendências que incidem sobre as classes e balizam os desafios tático-estratégicos dos trabalhadores na luta anti-imperialista; [3] e, dadas as experiências concretas da classe trabalhadora no século XX, aferir, extrair e amadurecer lições a partir dos caminhos e descaminhos da teoria posta em movimento real de confronto com o capital.

Procederemos através da seguinte distribuição:

No primeiro capítulo, levantaremos um quadro geral das duas principais matrizes de conhecimento modernas, emanadas e alinhadas com as perspectivas e necessidades das classes que se antagonizam na contradição capital-trabalho. Na primeira secção, esforçar-nos-emos para reconstituir as bases do padrão fenomênico que, ancorado na filosofia kantiana, comporta a subversão do real, envergado pela centralidade do sujeito do conhecimento e encerrado em determinados procedimentos, validados e garantidos pela cientificidade

⁴ Caso não, qualquer investigação não teria sentido de ser.

burguesa que, assim, coincidentemente, varre do terreno objetivo do conhecer, tudo quanto não lhe interesse. Na segunda secção, como crítica e superação da impositação anterior, passaremos à análise da arquitetura e método marxiano que, possibilita tanto o conhecimento objetivo da totalidade do real quanto a objetivação do vir a ser; perspectiva alinhada à classe que por seu sofrimento histórico-objetivo não interessa a relativização do real, mas sim compreender a totalidade do mundo humano até sua raiz, sem mistificações. Por fim, analisaremos brevemente o paradigma pós-moderno como expressão anti-ontológica e hiperbólica do irracionalismo, sempre e contraditoriamente, presente-ausente na matriz burguesa.

No segundo capítulo, nos voltaremos à análise do capitalismo na fase imperialista, tal como sistematizado por Lênin que, das profundas mudanças político-econômicas ocorridas no ocidente a partir do século XX, apreende modificações nas disposições e inclinações gerais de movimento do capitalismo, aprimorando suas capacidades de centralizar capital e controlar trabalho, através de uma intrincada teia de interesses internacionais, permeia todas as instituições político-econômicas e impõe seus desmandos ao conjunto da sociedade. Inegável que o capitalismo moderno apresenta diferenças significativas e qualitativas em relação à época de Marx, sinalizadas, especialmente, pela transformação da livre concorrência em sua antítese, o padrão de relacionamento monopolista da economia mundial, isto é, a hegemonia do capital financeiro - fusão entre capital bancário e capital industrial. No entanto, para preparar terreno às análises de Lenin, em um primeiro momento, resgataremos em *O Capital*, categorias medulares a *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo* (1917), em que, a partir da maturação de determinações ontogenéticas fundantes, processos outrora latentes manifestam-se e, passam a operar conjuntamente na incrementação sempre ampliada de valor. A rica obra de Lênin culmina ainda em importantes considerações sobre as alternativas histórico-políticas postas no horizonte de sua época e, também incita inquietações e situa na ordem do dia questões sobre a disputa de uma estrutura social que se tornou muito complexa, e, na qual, apenas a guerra frontal não parece suficiente para garantir a vitória dos trabalhadores.

Por fim, visto que a teoria marxiana é completamente contrária a enrijecimentos e petrificações dogmáticas, a-históricas, mecânicas e, atualiza-se quando alimentada do próprio real, ao colocar-se frente as novas velhas-trincheiras que se abrem ao presente, a fim de lançar luzes ante ao que se nos apresenta, no terceiro e último capítulo, dedicamo-nos ao estudo de importantes experiências da classe trabalhadora, sejam elas, revolução russa (1917) e revolução cubana (1959). Como ensina Lenin, o marxismo “*é um guia para a ação*” e, práxis indica tanto a apreensão e tradução ideativa do movimento concreto do ser social pelas categorias do pensamento humano, quanto teoria viva, em eterna processualidade, a um só tempo, parametrada pela dinâmica do real e regente/artesã da intervenção/construção dele. Tal qual “*sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário*”⁵, postas em ação, teoria e prática implicam-se mutuamente, logo, é consequente que sem movimento revolucionário também não há teoria revolucionária.

⁵ LENIN, 1902.

1 CAMINHOS E ENCRUZILHADAS DA MODERNIDADE

Para demarcar pontos de partida e evitar análises descompassadas e arbitrárias, descontinuidades interpretativas, etc. decidimos abrir esta pesquisa exatamente com um capítulo sobre método. Chama-nos a atenção que a estrutura e abordagem de [pseudo]problemáticas levantadas pela razão moderna contra a teoria marxiana sequer se dão ao trabalho de adentrar o núcleo categorial que dizem/desejam enfrentar. O movimento de testar o quadro geral de uma teoria, em seus avanços e limites, consiste mesmo em extrapolá-la e confrontá-la com outras - e, prioritariamente, com o real; não sem atentar que cada autor situa-se a partir de determinado campo teórico e, possui, por assim dizer, um “sistema filosófico” que lhe é próprio, a partir do qual cria conceitos, re-significa palavras do vocabulário corrente, atribuindo-lhe novos contornos e sentidos, etc. Portanto, em termos de rigorosidade filosófica, inclusive para que se estabeleça críticas bem fundadas, é incontornável o momento da compreensão de uma obra/autor a partir dela mesma. É o que tentaremos fazer com ambas as perspectivas que serão confrontadas.

*

Seguindo o passo de Tonet (2013, p. 21), comecemos pelo aparentemente óbvio, que “*a razão do mundo é a razão daquele mundo*” e, preliminarmente, tentemos demarcar definições mínimas. De modo geral, por mundo consideramos tanto um emaranhado de complexos em articulação e determinação recíproca, quanto a realidade objetiva que independe da consciência. Consciência, entretanto, informa humanidade⁶, a qual, resulta de um salto em relação aos processos meramente naturais no qual um tipo determinado de ser pôde sobressair das legalidades naturais e ir além delas, inaugurando processos de desenvolvimento antes inexistentes. Assim, concomitante ao seu surgimento, desenvolve-se também um mundo radicalmente novo que, apartadas as diversas especificidades, poderíamos chamar genericamente de mundo social; este por sua vez, tem no trabalho⁷, atividade

⁶ Cf. ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem, 1876.

⁷ Evidentemente, não nos referimos ao trabalho na forma assalariada, que ganha forma apenas a partir das sociedades mercantis, mas ao trabalho objetivo, em acepção genérica: intercâmbio metabólico

estruturada pela teleologia que confere autonomia relativa e diversa dos seres in natura, seu elemento primário/fundante.

Ora, se tomar a investigação do desenvolvimento das sociedades pela raiz é resgatar o modo real como o conjunto dos homens organizam a produção social da vida, os desdobramentos consequentes daquela afirmativa inicial, assumem contornos cada vez menos pleonásticos e/ou banais. A razão do mundo primitivo é - e só pode ser - a razão primitiva, tanto quanto, a razão do mundo moderno é - e só pode ser - a razão moderna, posto que as relações que se estabelecem no horizonte provável em cada um desses mundos demandam graus diversos de desenvolvimento que são “determinadas, necessárias e independentes” da vontade dos homens desses mundos.

Resta ainda definir o outro extremo da questão. Em sentido abrangente, razão é:

A faculdade mental, nascida e construída ao longo do processo histórico, de realizar procedimentos teóricos operativos [...], a partir dos quais, se desenvolve a elaboração do conjunto das ideias acerca dos fenômenos da natureza e da sociedade. (TONET, 2013, p. 22)

No duplo razão-mundo expressa-se a problemática geral do conhecimento que, sinteticamente, se dá a partir da relação sujeito-objeto e, a depender da condução e tratamento da questão, a prioridade pode ser dada tanto a um quanto a outro, fazendo um deles o polo regente do processo de conhecer. A perspectiva ontológica, da qual partimos, constata e afirma a dimensão socio-histórica de todos os fenômenos sociais e, assim sendo, os paradigmas de conhecimento produzidos pela humanidade, não fugiriam a essa regra, atendem e exercem funções determinadas, de modo que, formas superiores jamais aparecem, sem que ao menos novas relações e novas problemáticas estejam historicamente dadas, mesmo que ainda em germe.

Nota-se que palavras, à primeira vista triviais e cotidianas, não possuem significação intrínseca, imediata ou unívoca da qual se possa pressupor um sentido isento e auto-evidente,

ineliminável entre homem [sociedades] e natureza; atividade transformadora que permite a produção das condições materiais da existência humana, isto é, de valores de uso que permitem a realização e/ou manutenção como seres vivos e membros da comunidade humana de cada época.

ao contrário, podem portar e veicular concepções e conteúdos desiguais e, por vezes, divergentes; pontuado isto, fique dito que partimos de uma significação determinada, e não de quaisquer, presumidas.

Voltemo-nos ainda um instante ao mundo primitivo. As primeiras perguntas do ser que desenvolve a capacidade de elaborar perguntas, não nos parece que seja, em absoluto, “quem é este(a) que pergunta? o que posso perguntar?” ou qualquer outra de ordem formalística. A orientação que tomamos parece nos fazer embrenhar no terreno pantanoso de paradoxos tão irresolutos como aqueles sobre ovos e galinhas, mas a fim de levantar hipóteses coerentes – aqui de hipóteses se trata, a partir dos limites que se impõe, é fundamental que não se parta de conjecturas meramente imaginadas, mas dar-se ao trabalho de tentar firmar pés num concreto ausente.

A procura de lastros que permitem a captura de determinações, agora, remotas e fantasmagóricas, apenas é possível porque o presente guarda chaves e elos de acesso ao passado, posto que o desenvolvimento da humanidade ao invés de dar-se por rupturas/acontecimentos fortuitos, realiza-se através de uma lógica [não-monocausal] que opera o vir a ser, corroborando suas necessidades e possibilidades. Para apreender o movimento correto do real e, em sentido inverso as manobras anacrônicas liberais⁸, que universalizam individualismo e sociabilidade burguesa, orientamos a investigação através de outras questões, sintetizadas, assim: [1] primeiro pergunta-se ou faz, isto é, originariamente o primado é do pensamento ou do agir mediante a existência? [2] o que era importante ser conhecido pelo homem primitivo?

Provavelmente, o conhecer do homem primitivo voltava-se a algo vinculado às necessidades concretas de existência e sobrevivência. Fato que se afere e confirma, tanto nos estágios primeiros do desenvolvimento infantil, quanto em comunidades que trilharam caminhos diferentes, com isolamento relativo ao ocidental e mantiveram-se mais

⁸ Deveras, entretanto, ser impensável - e é! - algo como um Kant ou Hegel primitivo, por exemplo. Tanto contratualistas, fazem prospecção retrospectiva, ainda que hipotética [a orientação da hipótese já indica uma posição em relação ao mundo], quanto cotidianamente somos bombardeados com análises presentistas [de pretensões científicas ou não] lançando alvos a projeção de inalterabilidade do futuro.

rudimentares. O desenvolvimento das condições intelectivas para perguntar é, em si, ato teleológico, mas já a partir da concreção de teleologias outras, em grau primário e certamente pouco articulado mas, ainda assim, complexo, como tudo quanto surge a partir da sociabilidade humana. Também na infância da humanidade, é preciso primeiro existir como ser concreto, que vive e sente e, de suas necessidades concretas se dá o pôr teleológico que permite romper progressivamente a imanência natural/instintiva e fazer a própria história.

“A entrada para a ciência, assim como, a entrada para o inferno” (MARX, 1982) impõe requisitos, os quais - ao menos no tocante ao inferno - temos as devidas competências e de mãos dadas com o primeiro Fausto, na interpretação da gênese, trilhamos pela mesma via, compartilhando das mesmas inquietações e conclusão, a partir do que, afirmamos: *“no início era a Ação!”*⁹, no princípio era o Ovo¹⁰.

Assim, na problemática do conhecimento, sobressai fato histórico nada irrelevante, seja ele, que a primeira pergunta feita pela humanidade, que se recoloca, em diversas épocas históricas¹¹, a depender do grau de desenvolvimento social, só pode ser aquela a respeito do ser [em geral], pois só a partir da consciência e constatação material e fática de que algo existe, surgem e são resolvidas outras questões [tal como a do conhecer]. Encerramos as observações sobre o mundo primitivo e saltemos diretamente ao mundo moderno.

Em contraposição às concepções greco-medievais, fruto e sintoma de mudanças profundas no ocidente decorrente da emergência de uma nova sociabilidade, baseada na contradição Capital-Trabalho, o princípio abstrato e subjetivista de interesse pessoal, núcleo da ideologia oficial do liberalismo, conquista o primeiro plano, o que impactará amplamente nas atividades teórico-práticas modernas, fundando um novo modo de produzir

⁹ Cf. Goethe in Fausto, Uma tragédia: “Escrito está: “Era no início o Verbo!” / Começo apenas, e já me exacerbo! / **Como hei de ao verbo dar tão alto apreço?** / De outra interpretação careço; / Se o espírito me deixa esclarecido, / Escrito está: No início era o Sentido! / Pesa a linha inicial com calma plena, / Não se apressure a tua pena! / **É o sentido então, que tudo opera e cria?** / Deverá opor! No início era a energia! / Mas, já, enquanto assim o retifico, / Diz-me algo que tampouco nisso fico. / Do espírito me vale a direção / E escrevo em paz: Era no início a Ação!” (GOETHE, 2010, p. 131)

¹⁰ Em certo sentido, são simultâneos: primeiro vem o ovo [momento fundante], que já contém a galinha em latência!

¹¹ Não é simplesmente uma questão cronológica.

conhecimento. Produção e reprodução da vida social deixam de ser associadas a forças sobrenaturais e começam a aparecer como resultado da própria atividade humana concreta; e, diferentemente das formações sociais anteriores, ambas as classes - fundamentais e antagônicas, com momentos e processos de maturação próprios, produzem e apresentam modelos de racionalidade, perspectivas e horizontes distintos à humanidade; pois quando a burguesia se coloca plenamente, bem como, o padrão de conhecimento correlato às suas necessidades, em contrapartida, inevitavelmente, também se coloca a perspectiva proletária como seu contrário [e coveiro].

Note-se que a própria ciência é também arena na qual se expressam os antagonismos da luta de classes. Posto isso, para melhor contrastar e demarcar estas distinções, faz-se necessário e caro, resgatar a gênese socio-histórica dos grandes paradigmas de racionalidade coexistentes e produzidos na matriz moderna, sejam eles: o padrão fenomênico que tem como marco as elaborações de Kant e, a abordagem marxiana, apreendida e sistematizada pelo próprio Marx. Então, vejamos¹².

¹² Reconhecendo a inegável importância de Hegel a filosofia marxiana, vide os apontamentos do próprio Marx sobre o tema e a quantidade de pesquisas já produzidas nesta linha, diferente da maioria dos ensaios sobre método, tendo em mente que nosso propósito é traçar um panorama das matrizes filosóficas mais radicalmente antitéticas que emergem com a modernidade e seus desdobramentos, exploraremos os sistemas de Kant e Marx, de modo que, apenas de passagem fazemos menção a Hegel. Contenda digna de menção, entretanto, é aquela que estabelece condicionalidade e co-dependência através do destacamento e sobreposição da filosofia de Hegel como vínculo necessário e incontornável a compreensão de Marx: ora, talvez o seja a quem pretende uma leitura hegeliana deste último! Vale perguntar: sem o estudo precedente de que outro autor, a obra de Hegel é incompreensível!? Nestes termos, em que sem mediação prévia, o estudo de uma obra/autor se torna inacessível, temos a supervalorização de fatores extrínsecos. Em se tratando de um grande autor, ao contrário, deve ser possível que se lhe compreenda *per se*, pela estrutura do conjunto da obra, que deve ser um todo, elaborado e dotado de unidade de sentido interno. De nossa parte, sem amarrações, consideramos enriquecedor o conhecimento de diversas obras/autores [precedentes, contemporâneos e posteriores] a ampliação do horizonte em que se localiza e apreende determinado objeto de estudo. Ainda mais aqueles que como Hegel [mas não apenas], pela importância de seus trabalhos, teve influência direta e marcante na obra e sistema filosófico de gerações seguintes. A título de menção, em nota de rodapé, Kosik destaca quão inócua e risível se torna a problemática a luz do exemplo histórico de Lenin que mesmo sem ter conhecido a *Fenomenologia do Espírito*, deu força material as análises de Marx.

1.1 O padrão fenomênico como perspectiva de racionalidade burguesa

A consolidação do mundo moderno inaugura um novo patamar de conhecimento, que se desenrola em sintonia direta com a neutralização e dissolução da razão objetiva, típica do padrão greco-medieval, de maneira que ocorre um deslocamento das abordagens ontológicas¹³ as gnosiológicas e as questões prioritárias alteram-se do ser para o conhecer. Importante expoente na história intelectual do liberalismo, o idealismo Kantiano representa tanto essa virada epistemológica quanto um marco no que se refere à síntese ideativa das aspirações de uma época, lançando fundamentos satisfatórios às necessidades materiais e espirituais do novo mundo, ao abrir um enorme rasgo nas rígidas concepções metafísicas anteriores.

Seu projeto filosófico busca fundamentar um conhecimento que seja, a um só tempo, universalmente válido e empiricamente fundado que, entretanto, supere tanto empirismo quanto racionalismo. Ao adentrar no melindroso campo das questões relativas à elaboração de uma sólida teoria do conhecimento, considera necessário, antes de mais, que se estabeleça uma crítica da própria razão humana quanto às faculdades que de fato dispõe para conhecer, isto é, suas investigações centram-se na natureza da razão, crítica de suas possibilidades e determinação dos modos e limites do conhecer. Submetendo a razão a um exame apurado a fim de determinar suas fronteiras, conclui que, limitados por nossa estrutura cognitiva, experienciamos o mundo condicionalmente as mediações possibilitadas por categorias a priori e inerentes ao intelecto, sejam elas, sensibilidade¹⁴ e entendimento¹⁵, esta última, dotada de modalidades capazes de distinção, isto é, de classificar os conteúdos parciais, fragmentários, caóticos e dispersos dos fenômenos.

¹³ Em termos gerais, caracteriza-se pela centralidade do objeto no processo de conhecimento, pautando-se, entretanto, não no rastreo de traços empíricos, mas na apreensão das categorias essenciais daquilo que existe, isto é, da verdade contida nas próprias coisas. As filosofias greco-medievais, caracterizam-se mais precisamente por uma ontologia de tipo metafísico-especulativa.

¹⁴ Cf. Estética Transcendental, In: Crítica da Razão Pura.

¹⁵ Cf. Analítica Transcendental, In: Crítica da Razão Pura.

Sensibilidade e entendimento possuem formas a priori, entretanto, produzem representações apenas a partir da interação com substâncias fenomênicas. A razão, possui de antemão, a priori e em si, conceitos puros e princípios [não apenas regras] - incondicionados, transcendentais¹⁶ e absolutos -, independentes de quaisquer interações imediatas com fenômenos, a partir dos quais realiza juízos [sintéticos a priori¹⁷] sob os produtos do entendimento e assume a função lógica de assegurar-lhes unidade última e genérica, isto é, universal e necessária, efetivando, assim, o conhecimento através de representações totalizadas e agora dotadas de significação.

Entretanto, sendo o pensamento ilimitado é possível pensar o que se queira; isto se explica, segundo Kant (2012), por que a razão ainda pode atuar, digamos, por geração espontânea, criando e formulando ideias inteiramente novas, de si para consigo mesma, totalmente intelectuais, apartadas, sem correspondência com representações modeladas por suas faculdades e advindas das percepções. Portanto, apesar de pensadas, não é possível conhecê-las pois extrapolam o experienciável, o cognoscível e apenas conduzem o pensamento a contradições e antinomias ilusórias; assim, estabelece como critério de demarcação que as atividades especulativas da razão em uso construtivo ultrapassam a fronteira do conhecer, que se encerra nas atividades regulativo-cognitivas.

Da primazia dessas questões - de ordem formal e abstrata - consideradas logicamente anteriores ao próprio conhecimento efetivo¹⁸, procede uma dualidade inexistente e ilusória através da ruptura entre conhecer e coisa a ser conhecida, entre fenômeno e experiência concreta-objetiva. Ao colocar as coisas propriamente ditas no campo do incognoscível, visto que, a razão, acessando apenas fenômenos, inicia-se e encerra-se neles, entretanto, imprimindo-lhes

¹⁶ Chamam filosofias transcendentais aquelas que ocupam-se do apriorístico, isto é, das condições de possibilidade de quaisquer coisas, em detrimento das próprias coisas.

¹⁷ Juízo sintético a priori: princípios puros que ampliam o conhecimento ao totalizar elementos conceituais e intuitivos, isto é, ao dotar representações de unidade sintética através do transcendental. Ex. de Kant: Matemática Pura. Engels, rebate: "*As noções de número e figura, foram tomadas precisamente do mundo real. Antes de chegar a ideia de deduzir a forma de um cilindro pela rotação de um retângulo em torno de um de seus lados, houve necessidade de investigar numerosos retângulos e cilindros reais*". (ENGELS, 2015)

¹⁸ Ora, eis um dos contrassensos modernos: supor que é possível antecipar a investigação ou o conhecimento das categorias do entendimento à própria produção de conhecimento [meta-orientado], sem uma ontologia, isto é, sem com isso já produzir algum conhecer.

articulação e universalidade através de mecanismos lógico-abstratos do pensamento, tenta varrer o terreno da metafísica fazendo desaparecer, com seu sistema agnóstico, tanto a categoria de essência pois conhecemos não as coisas mesmas mas aquilo delas que se manifesta mobilizando nossa sensibilidade, quanto a totalidade que é deslocada do real para dar lugar a uma unidade subjetiva.

Não obstante as duras críticas aos sistemas metafísicos, nas categorias da percepção, unidade transcendental da auto-consciência e instanciação das próprias leis naturais na mente humana, sempre idênticas em todo ser racional, em quaisquer épocas e organizações sociais, estão postos elementos do artifício metafísico forjado por Kant para compor uma suposta garantia de universalidade, possibilitada pelos supostos a priori de uma razão transcendental. Ora, o intelecto humano, que tem origens biológicas e sociais, não é uma entidade absoluta, isolada e independente, sua emancipação em relação à vida meramente instintiva não altera o fato de que sua riqueza e força são forjadas por e a partir da totalidade das relações concretas, seja com a natureza, seja com outros homens [ou com elementos da riqueza humana historicamente produzida] e que se atrofia e minimiza quando essas ligações são cortadas.

Mesmo com as objeções assinaladas contra os auto-movimentos da razão pura desdobrando-se especulativamente sobre si mesma, nota-se, que desde o campo cognitivo/regulativo, já está dado, simultaneamente, tanto a eliminação do objeto, posto que fenômenos nada mais são que sensações do próprio sujeito, quanto a soberania do pensamento, idealmente pressuposto e requisitado como consciência auto-reflexiva e auto-referente. Marx, em *O Mistério da Construção Especulativa*, afirma:

O homem comum não acredita ter dito algo extraordinário ao afirmar que existem maçãs e peras. Mas o filósofo, ao expressar essas coisas existentes em termos especulativos, diz algo extraordinário. Crê ter realizado um milagre, [...] ‘criado essas frutas’ do seio de seu próprio intelecto abstrato. (MARX, 2011, p. 74)¹⁹

Kant não apenas faz da subjetividade elemento originário do ato de conhecer como, mesmo nos limites do solo que considera seguro, subjetiviza radicalmente a totalidade desse

¹⁹ Neste caso, a crítica de Marx é direcional a Hegel, entretanto, nada mais adequado.

processo que com o obscurecimento da dimensão objetiva, perde seu caráter relacional, proveniente das interações sujeito-objeto, para configurar-se como algo do sujeito para com ele mesmo, através de interações entre suas faculdades, representações e atividades da consciência que, em última instância, prescrevem o real.

Manfredo Oliveira nos auxilia na tarefa de resgatar as bases da modernidade:

A filosofia de Kant tematiza com toda clareza aquilo que era a tendência oculta da filosofia moderna: a função construtiva²⁰ da subjetividade no conhecimento. E nisto consiste, precisamente, a reviravolta copernicana da filosofia, ou seja, que o mundo só é articulável como mundo, ou seja, que o mundo só chega a si mesmo através da mediação da subjetividade. (OLIVEIRA, 1989, p. 17)

Logo, não é o conhecimento que tem que dar conta dos objetos, ao contrário, os objetos que precisam acomodar-se às formas abstratas da sensibilidade e do entendimento para só então se efetivar como conhecido mediante a interação com a razão propriamente dita. Se fenômenos são o elo máximo de aproximação com uma suposta realidade e seu sentido não está inscrito neles mesmos, então o sujeito está desobrigado a garantir correspondência teórica com a própria coisa e absolvido para montar o real como queira. Assim, a marca da modernidade na abordagem de qualquer objeto é exatamente a instauração de seu eixo regente no sujeito do conhecimento, pois é ele que colhe dados, organiza, classifica, estabelece relações e, em última instância, diz o que o objeto é; como consequência, o resultado final não é a ideação do objeto real, mas um objeto teoricamente criado.

Em sua saga por uma teoria do conhecimento solidamente fundada, Kant se porta tal como o personagem heroico da tragédia grega, que quanto mais foge do destino traçado pelos deuses, mais se aproxima de sua fatal realização; ao repudiar e negar os aspectos metafísicos da filosofia clássica, termina por reafirmá-los, pois apresenta um sistema de raciocínio, quanto à forma, logicamente impecável, mas concretamente insustentável ao recorrer a artifícios

²⁰ Oliveira (1989), contrariando Kant, ao invés de usar o termo '*regulativo*' por, nesse caso, referir-se a processos que, em Kant, permitiriam o conhecer, chama propositalmente de construtiva toda sua modelagem cognitiva, não restringindo-se apenas às atividades especulativas, que extrapolariam suas demarcações, localizando-se, portanto, fora do conhecer.

indemonstráveis que se escudam na metafísica para a constituição do núcleo substancial de seu sistema, seja ele, a consciência transcendental.

O sistema kantiano possui ainda uma série de conceitos, desdobramentos, etc., que não vamos remontar²¹; basta aqui, os elementos fundamentais para a compreensão da guinada epistemológica que possibilita. Ao novo mundo são caras as atividades de categorização, cálculo, registro e ordenação - permitem manipular dados - promovidas pelo sujeito transcendental ao integrar os conteúdos filtrados através das formas apriorísticas de sua sensibilidade com suas categorias, também apriorísticas, do entendimento na composição hipotético-dedutiva do real.

As mudanças necessárias ao desenvolvimento das sociedades industriais efetivam e autonomizam a racionalidade subjetiva descolando pensamento e realidade que assim perdem suas raízes intelectuais pois não há mais uma força objetiva autorizada a conectá-los; estão privados do abono da razão em seu sentido moderno. Esta consegue então atribuir ordem ao caos de fenômenos, não sem reduzir a si mesma a simples invólucro formal e, simultaneamente, transformar o real em mera instância manipulável e relativa, pois tendo feito seu acesso negado, só pode realizar-se com o contraponto necessário da objetificação, instrumentalização e regulamentação máxima do processo de conhecer. Segundo Karel Kosik:

A imagem fisicalista do positivismo empobreceu o mundo humano e no seu absoluto exclusivismo deformou a realidade: reduziu o mundo real a uma única dimensão e sob o único aspecto, à dimensão da extensão e das relações quantitativas. Além do mais cindiu-se o mundo humano ao erigir em realidade única o mundo do fisicalismo, o mundo dos valores reais idealizados, da extensão, da quantidade, da mensuração, das formas geométricas, enquanto o mundo cotidiano do homem foi declarado uma ficção. (KOSIK, 2002, p. 30)

Com a vitória conquistada pela dimensão subjetiva no embate sujeito-objeto, o formalismo e o rigor lógico-metódico entram em cena para legitimar o empreendimento

²¹ Merece destaque seu princípio de conduta formal, desprovido de conteúdo. Imperativo Categórico [Cf. Crítica da Razão Prática; Metafísica dos Costumes], norma moral abstrata, de um presumido homem abstrato; expressão das aspirações burguesas na universalização de seus ideais em seu ocultamento dos conflitos de classe.

científico-filosófico da modernidade, pautado em procedimentos e testes experimentais dos quais se possa extrair demonstrações empíricas e, assim, regular as atividades sempre hipotético-dedutivas do pensamento, já que a forma e não mais o conteúdo, baliza este processo.

A dupla determinação co-substancializada no paradigma moderno lhe permite dispor de pesos e medidas díspares, cada um dos quais com utilidades e funções próprias na conservação do pender unilateral da balança. Viabiliza-lhe “berrar aos quatro ventos” sua universalidade, rigor e assertividade em áreas técnicas fundamentais à expansão da indústria e, ao mesmo tempo, desqualificar e relativizar prontamente quaisquer investigações que se proponham a conhecer a teleologia inerente ao seu desenvolver ou que aponte possibilidades outras disponíveis no seio desta mesma sociabilidade; consegue essa manobra arrancando magicamente da cartola, sempre que convém, as cartas do incognoscível, fragmentário, subjetivo, etc.

Talhada e esculpida na fôrma moderna, estruturada [por] e estruturante deste mesmo mundo, na exata medida de seus interesses e necessidades, essa razão, identifica-se e corrobora com a realidade - seja lá o que isto for - tal qual ela é. Entretanto, não se reconhece como tal, com ares de neutralidade e isenção imagina-se a priori e autônoma e não apenas a fração vencedora que a modernidade realizou como camuflagem e sustentáculo de manutenção do anônimo sistema econômico.

Aqueles que efetivamente determinam as condições sociais se sentem à vontade, qual peixe n'água, no mundo das formas - fenomênicas desligadas da sua conexão interna e absolutamente incompreensíveis em tal isolamento. [...] seu julgamento não se escandaliza nem um pouco diante da inversão do racional e irracional. A práxis de que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é a práxis fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue. (KOSIK, 2002, p. 14)

O método positivo de cientificidade moderna, ancorado em modulações variáveis entre formalismo e subjetividade, reivindica sua universalidade, tornando-se protótipo de

todas as ciências, passa a aplicar-se também à análise social, não sem graves consequências teórico-práticas.

1.2 Crítica e superação da impostação moderna pelo método marxiano

Como dito na introdução, para contrapor o paradigma hegemônico moderno, faz-se necessário resgatar o núcleo duro, os elementos fundantes do método radicalmente novo, instaurado com a perspectiva marxiana, que busca compreender os fenômenos sociais através de sua raiz e, portanto, ao contrário de diversas análises, que atribuem-lhe aplicabilidade ocasional e/ou meramente restrita a contextos e/ou períodos históricos determinados, ainda é o que permite apreender a realidade social com maior profundidade, portanto, interpretar de modo mais apurado tudo quanto concerne a sociabilidade humana, ainda mais enquanto regida pela ordem do capital. Entretanto, mesmo possuindo amplitude e alcance superior aos modelos precedentes, preservar sua historicidade, logo, sua finitude, significa, contudo, não tomá-lo como forma máxima e absoluta, posto que com a superação da sociedade de classes, novos horizontes se colocarão ao front humano, com possibilidades de emergir formas ainda mais avançadas de compreensão da dinâmica do real [certamente legatária do materialismo dialético].

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 2008, p. 207)

Marx escreve no século XIX, período em que, mais que fundamentada filosófico-economicamente, já se opera a sociabilidade propriamente burguesa, de modo que, seu legado é também resultado das contradições de seu tempo, pois enquanto herdeiro da cultura ocidental, debruça-se longamente sobre a economia clássica, estuda a fundo os principais ideólogos do liberalismo e, a partir da percepção de seus limites e assimilação de seus avanços, promove uma síntese superadora, alinhada às necessidades históricas da classe trabalhadora. A análise da estrutura das fábricas inglesas, lhe permitiu destrinchar até a raiz seus mecanismos de funcionamento e capturar as tendências fundamentais que determinam a

época burguesa, culminando na obra que, ao desvendar a lógica de desenvolvimento do Capital, bem como, as consequências nefastas que esse sistema impõe à humanidade, é, a um só tempo, uma anti-economia política.

Veja que aqui não se pretende afirmar o inegável, isto é, os necessários e evidentes, mas relativos, avanços promovidos pela ciência moderna que, ao romper com parte considerável das explicações místicas e metafísicas do mundo, permitiu um salto qualitativo, elevando a patamares novos o conhecimento e domínio da humanidade sobre a natureza e a potencialidade de seus processos socio-metabólicos, mas que além de não serem direcionados a finalidades e necessidades gerais, sequer seus produtos se desdobram ao conjunto da humanidade; e não necessariamente por motivos de escassez pois, em alguns casos, ao contrário, as crises capitalistas podem ser de superprodução.

De cabal importância, a filosofia clássica alemã, representa o grau mais sofisticado alcançado pela filosofia burguesa da época. O sistema hegeliano é, sem dúvida, um dos pilares do qual a arquitetura metodológica marxiana é depositária, a partir da qual, aproxima-se e incorpora elementos de sua codificação, não sem a negação e crítica superadora que faz com que essas assimilações ressurgam de maneira transformada, assumindo novos contornos ao operar no novo universo categorial que está sendo montado e, que se expressa madura em *A Ideologia Alemã*. Sobre as diferenças em relação a Hegel, escreve no Posfácio d'*O Capital*:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 2013, p. 129)

Ao criticar o paradigma inaugurado pela modernidade, Marx, alertava que o pensamento autocentrado, auto-regulador de si mesmo, pode perder-se das determinações objetivas do real, resultando em abstrações sem lastro, apenas ideativas. Mas considera tanto idealismo quanto materialismo incapazes de identificar um princípio unificador que integre e

preencha a enorme lacuna que provocam ao reduzir o real em fragmentos abstratos e completamente distintos.

A impostação moderna, por sua vez, contesta os sistemas objetivo/ontológicos porque a constatação de que algo seja, de determinadas formas e não de outras, pressupõe e indica formas/conteúdos inerentes e enraizados na coisa em si, bem como, uma estrutura cognoscível do ser. O que está correto, é exatamente esse o primado das perspectivas ontológicas, a afirmação fática do real e da possibilidade de conhecê-lo! Em *Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em serviço social*, José Paulo Netto comenta:

No âmbito do racionalismo contemporâneo, há duas posições fundamentais em face do processo do conhecimento do social. A primeira — que possui inequívocas raízes na tradição neokantiana — concebe a análise dos fenômenos a partir de sua expressão empírica, como um andamento intelectual, que conduz à formulação lógico-abstrata [universal] de um modelo ou paradigma compreensivo dos processos que eles sinalizam, das suas tendências e regularidades. [...] produzindo um símile ideal que procura contemplar a organização interna da empiria abordada através de um rigoroso tratamento analítico. A resultante da elaboração teórica, o produto teórico por excelência, é um modelo que a razão elabora e cria a partir do objeto empiricamente dado. A segunda posição — que me parece própria da vertente crítico-dialética — também arranca da expressão empírica para apanhar a processualidade que a dissolve e resolve, na busca de suas tendências e regularidades; entretanto, nesta perspectiva, a sistematização do material empírico [...] que permite o movimento da razão no sentido de agarrar e reconstruir o movimento imanente do processo objetivo, o movimento do objeto real. A reflexão teórica, nesta ótica, não “constrói” um objeto: ela reconstrói o processo do objeto historicamente dado. A resultante da elaboração teórica, o produto teórico por excelência, é uma reprodução ideal de um processo real. (PAULO NETTO, 1989, p. 143)

Cabe destacar, que esse paradigma não exclui a razão como força da mente individual, pois distingue-se na objetividade uma dupla determinação, que pode ter sentido ontológico, ao referir-se à coisa em si, às estruturas inerentes à realidade que mantem-se independente da consciência; ou, sentido gnosiológico, ao referir-se à relação sujeito-objeto, designando o próprio esforço e capacidade de refletir tal ordem objetiva, isto é, de captar a coisa como ela é em si mesma, sem deformá-la. Na tentativa de fragilizar as perspectivas ontológicas contesta, não sem consequências, a validade dos meios de aferição do real e, em última análise, a própria realidade.

Entretanto, são possíveis diversas ontologias que abarcam também diversas categorias de ser, sendo as orientações ontológicas das concepções greco-medieval e marxiana, qualitativamente distintas. No contexto da Grécia clássica, a ontologia apresentou-se como o estudo do ser, ou melhor, do “*ser enquanto ser*”, o que aponta para a captura das determinações mais gerais e essenciais daquilo que existe, de modo que, a apreensão do próprio objeto implica que ele não se resume apenas à elementos empíricos, mas também, aos que constituem sua essência. Pressupõe a subordinação do sujeito ao objeto, pois é ele o elemento central, cabendo ao sujeito nada mais que desvelar o existente, isto é, traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do ser. Assim, o conhecimento tinha caráter mais contemplativo que ativo, posto que significava apreender a essência imutável das coisas e a verdade não era algo construído pelo sujeito, mas encontrava-se no próprio objeto.

A relação entre essas dimensões não é uma simples oposição, já que a razão em seu sentido próprio de logos, sempre esteve relacionada ao sujeito e sua faculdade de pensar. Ambos aspectos fazem-se presentes, e a predominância da dimensão subjetiva sobre a objetiva realizou-se no decorrer de um longo processo. Também os gregos tiveram consciência de que havia problemas relativos às possibilidades e limites do conhecimento humano e, muito cedo, tiveram necessidade de pensar sobre estas questões que, no entanto, não eram logicamente anteriores às demais, mas subordinadas a outras.

*

Pautamo-nos, então, não apenas na rejeição e crítica aos limites do padrão epistêmico moderno, mas também nas contribuições originais apreendidas pelo sistema marxiano, que se destaca como aquele que resgata da antiguidade clássica a centralidade do objeto, inovando, entretanto, na instauração dele em um nível qualitativamente superior, regido e enraizado no ser social, integrado tanto por essência quanto por aparência, radicalmente histórico e resultante das atividades humanas sensíveis.

O método marxiano perceberá teoria e prática, objetividade e subjetividade, como momentos essencialmente articulados que, sem perder suas particularidades, constituem-se em uma unidade indissolúvel através da qual se origina a realidade social. Se o centro de

gravitação do ato de conhecer é recolocado na objetividade, com Marx, isso implicará, contudo, em uma compreensão dialética do real, em sua totalidade múltipla e contraditória. A razão é, portanto, descentrada de si mesma, forçada a abandonar seus auto-movimentos e a voltar-se novamente ao real: estabelecida no mundo, ao mundo retorna, alargando-se por e a partir dele para decodificar seus processos de entificação, dessa vez, através das bases, de suas raízes, isto é, parametrada pelo aspecto fundante da sociabilidade, o trabalho.

Apenas através da impoção dessa nova ontologia pôde apreender/capturar adequadamente o movimento real da sociabilidade burguesa e cristalizar a transposição ideal/intelectual da mesma, em suas obras. Desse modo, materialismo histórico não é criação aleatória ou escolha a priori, mas desdobramento da própria integralidade do ser social, que expressa determinações inerentes e próprias ao real, apreendidas a partir da análise do desenvolvimento das sociedades; não é um mero constructo teórico-subjetivo, mas antes uma tradução ideativa do existente sob a forma de conceitos.

Entretanto, não há em Marx qualquer separação entre aspectos lógico-históricos, método e análise são simultâneos e apenas podem ser desmembrados provisoriamente para fins didáticos, mas sempre como momentos co-substanciais de um mesmo processo pois, mesmo mantendo especificidades, só existem integrados, em determinação e subordinação mútua, em articulação orgânica, portanto, interdependentes e sem hierarquia ontológica ou cronológica. Eis a fratura promovida e não resolvida pelas concepções gnosiológicas modernas.

Não-obstante figurar a si própria como representante da genericidade humana, da universalidade, a perspectiva científico-filosófica cunhada pela burguesia - classe dominante, mas de interesses particulares - consequentemente, hegemônica na modernidade, codifica um protótipo de conhecer sui generis, isto é, particular e análogo às suas necessidades. E, no que tange a sua modesta e específica cientificidade, historicamente configurada, permite florescer em seu solo – na medida em que consegue ter controle - o compreender apenas daquilo [que] e/ou enquanto circunscrito às fronteiras de reprodutibilidade de sua própria sociabilidade; oculta a perspectiva de classe à qual é servente, isto é, seu partidarismo. Abstraindo-se como

núcleo flutuante, superior a quaisquer interesses de classes e isenta da matriz na qual é forjada e produzida, mascara na aparência do verniz purista da neutralidade/objetividade sua suposta imparcialidade, que nada mais é que a parcialidade burguesa, preenchendo-a com seus interesses na mesma proporção que os nega.

Entretanto, nos orienta Marx que a possibilidade positiva de emancipação está na classe que “possua caráter universal porque seus sofrimentos são universais e que não exige reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral; [...] que só pode redimir-se a si mesma mediante a redenção total do homem” (MARX, 2010, p. 155-6). Assim, o protagonismo de realização da emancipação humana - fim da exploração-dominação do homem pelo homem; auto-gestão; etc. – só pode ser executado pelo proletariado, pois apenas este, tem intrínseca a potencialidade de co-substancializar-se à uma vontade genérica, na medida em que, no processo de sua transformação de classe subalterna em classe dirigente [ou, classe em si em classe para si], traz consigo o germe da destruição do antagonismo socio-estrutural da dominação; na superação de sua condição de classe, está obrigado a abolir a própria sociedade de classes, pois ao tomar o poder abre, simultaneamente, a possibilidade de realizar a diluição do próprio poder, da coerção e do Estado.

A classe trabalhadora é a única que pode pautar, a partir de sua relativa parcialidade, a tendência à universalidade; é a única que carece de um conhecimento que, além de alcançar as raízes da desigualdade com vistas a sua radical transformação, convém o alavanque integral da racionalidade humana, o desentrelaçamento total dos grilhões socio-históricos atados pela sociabilidade burguesa que, dado certo grau de desenvolvimento, ao mesmo tempo que propulsiona um salto qualitativo sem precedentes dos meios de produção da vida e horizontes humanos, torna-se contraditório a ele, precisando atravancar e/ou refrear as possibilidades que são contra-parte dos avanços que implementa, mas que lhe são incompatíveis por fomentar tendências de sua ulterior superação.

Tal qual o *“feiticeiro que já não consegue dominar as forças ocultas que invocara”* (MARX, 1997), os meios de produção propiciados pelo mundo burguês moderno, liberam energias tão poderosas que extrapolam ou apontam, inevitavelmente, para além do

capitalismo, a totalidade que engendra, caso se objetive a manutenção dessa ordem, precisa, contraditoriamente, ser e não-ser, desenvolvida e contida; assim, restringe – na medida do possível - o conhecimento às formas e conteúdos favoráveis a sua ampliação e reprodução e/ou, nos moldes de um presente grego, amputa o potencial emancipatório que lhes estão contidos, isto é, permitindo oposição apenas daquilo que em nada se opõe²² e, preferencialmente, mercantilizando as lutas.

Note-se que caso a cientificidade moderna fosse completamente sem lastro e ineficaz seria óbvia sua inadequação e sequer poderia valer-se do ardil de sua relativa funcionalidade para se colocar não como uma forma particular, historicamente constituída e perecível, mas a quintessência, “a forma” última, final e inquestionável do desenvolvimento da razão humana, haja o que houver e para todo o sempre. Eis o gigantismo das tarefas que a classe trabalhadora tem a enfrentar pois precisa rebater e superar um modelo de cientificidade que, de tão avançado, desenvolveu inclusive técnicas de futurologia²³, visto que desdobrando-se sobre si mesmo, constata-se como a realização do ápice limítrofe alcançável.

A tese da impossibilidade de superação do capitalismo é antes ideológica e presentista que científica, posto que parte da universalização de realizações humanas em ato para concluir a negação ad infinito de outrem²⁴. Mesmo considerando-se os parâmetros da cientificidade moderna, tratar-se-ia de hipótese não falseável, portanto, não científica. Deste congelamento a-histórico do desenvolvimento da razão alcançado na forma burguesa, há ao menos dois aspectos consequentes que devem ser observados: [1] evolucionismo fatalista; e [2] essencialização da natureza humana realizada em sua melhor versão pelo mundo burguês. Não bastasse o descabimento de tais concepções, é ao marxismo, entretanto, que pesam acusações de essencialismo. Nada mais conservador e reacionário! Kosik nos auxilia na tarefa de reconectar as relações entre essência e aparência:

²² Esquerda de contestação [sem projeto] e, não raro, pró-capitalista.

²³ Diametralmente distinto de apreender tendências historicamente constituídas, dispostas no horizonte, mas que dependem também da intervenção humana, pois “*os homens fazem a própria história...*”.

²⁴ Não está chovendo agora; logo nunca choverá.

O mundo fenomênico tem a sua estrutura, uma ordem própria, uma legalidade própria que pode ser revelada e descrita. [...] O mundo fenomênico, porém, não é algo independente e absoluto; os fenômenos se transformam em mundo fenomênico na relação com a essência. O fenômeno não é radicalmente diferente da essência, e a essência não é uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno. Se assim fosse efetivamente, o fenômeno não se ligaria à essência através de uma relação íntima, não poderia manifestá-la e ao mesmo tempo escondê-la, a sua relação seria reciprocamente externa e indiferente. [...] A realidade é a unidade do fenômeno e da essência. Por isso a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, no caso em que se apresentem isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou “autêntica” realidade. (KOSIK, 2002, p. 15)

A contradição que tipifica o capital, ao invés de se nos apresentar como inevitabilidade ou fatalismo, ao contrário, desnuda possibilidades históricas concretas a ambas as classes em luta. A história [tanto passada, presente ou “futura”] se realiza tanto mediante sua concreção fática [síntese de múltiplas determinações] quanto em consonância com a lógica inerente ao movimento do ser social que, mesmo sem deixar de ser “lógica”, não se expressa como equações unívocas em processos globalmente homogêneos, mas através de tendências, combinadas e desiguais, que dependem da correlação e simbiose entre diversos e complexos elementos, determinações e forças [locais, nacionais, internacionais] em cheque, alguns mais fundamentais que outros mas, em suma, da direção concreta consequente das ações dos homens em seu conjunto. Engels, em Carta a Joseph Bloch, assinala que:

De acordo com a concepção materialista histórica, o fator que em última instância determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isso. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, transforma esta proposição em uma frase vazia, abstrata e absurda. As condições econômicas são a base, mas diferentes fatores da superestrutura se levantam sobre ela [formas políticas da luta de classes e seus resultados, [...] formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, [...]] também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. Há uma interação entre todos estes vetores [...]. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história [...] seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau. (ENGELS, 1978)

Assim, é essencial garantir a dialeticidade da teoria marxiana que em si é completamente contrária à ossificações. Os fundamentos já estão dados, resta-nos tomar

como mantra a décima primeira tese *Ad Feuerbach*, “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; o que importa, porém, é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 535), pois interpretação desconectada de transformação não é nada mais que toda a trajetória da filosofia especulativa até aqui: quando muito, muda-se tudo, para que tudo continue como está; nada novo sob o sol! Seguindo a linha Lêninista vale lembrar que o marxismo é antes de mais, “um guia para a ação”.

1.3 [Anti] Razão pós-moderna, expressão avançada do paradigma burguês

As notáveis e incontáveis mudanças do início do século XXI, deslumbraram analistas que surfando na crista da onda, têm reforçado ou apontado o início de uma nova época histórica, posto que o paradigma da vez proclama-se precisamente anti-moderno por meio da rejeição sistemática a concepções como racionalidade, verdade, história, e demais valores herdados do iluminismo. Apesar das nada recentes declarações de encerramento de época, visto as incontáveis “definitivas” vitórias do capitalismo e, consequentes derrotas, também definitivas, de outras concepções e projetos de sociedade, Ellen Wood assinala que “*pela primeira vez, temos o que parece ser uma contradição em termos: uma teoria de mudança de época histórica baseada na negação da história*” (WOOD, 1999, p. 15). Assim, antes de embarcar em quaisquer análises, vejamos mais de perto este mundo, fazendo uma breve retomada temporal para colocar em tela estas festejadas novidades, posto que, se há uma nova [ou não] razão, uma nova [ou não] verdade, uma nova [ou não] história, um novo [ou não] sujeito, um novo [ou não] tempo, um novo [ou não] capitalismo - “*sistema das mil mortes*” (WOOD, 1999, p. 06), um novo [ou não] “Não!”, etc., etc., etc., [a lista tende ao infinito]²⁵, devem ter sua matriz e ser parametradas por um também novo mundo.

²⁵ Cf. Prefácio para a crítica da economia política: “Do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão-pouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas e relações de produção sociais.” (MARX, 1982)

Em grande medida, a tendência intelectual dita pós-moderna é tão diversa que pouco da crítica que se pode desenhar sobre determinados autores ou aspectos de suas teorias, será comum entre outros. Frente a sua insana variabilidade²⁶ e, ainda que se reconheça a heterogeneidade que compõe esta múltipla ceara, não pretendemos nos debruçar sobre algum filósofo em específico: optamos pela via indecorosa de tentar brevemente subtrair aspectos gerais e implicações práticas e consequentes dessa vertente. Assim, de início, nos parece que esta seja a perspectiva que se coloca como mais abertamente anti-ontológica, a partir do que ficam negadas, por tabela, as categorias de [1] totalidade, expressa nas narrativas de declínio dos grandes modelos explicativos, globais e totalizantes; [2] o duplo essência-aparência e seus derivados.

As bases históricas dos elementos sob os quais, no ocidente, equacionados de modo particular se ergue e ganha expressão a perspectiva pós-moderna, sejam eles, a erosão dos valores modernos e, principalmente, a depreciação do campo político que se pautava na concepção da realidade como objetivação de um todo orgânico e na compreensão histórica e crítica das formações sociais como sistemas humanos que poderiam e deveriam ser transformados, originam-se a partir de uma alquimia entre os abalos e impotência ante a violência e horrores resultantes da expansão imperialista no séc. XX e, não-obstante, da aparente bonança-perpétua sentida através da prosperidade e consumismo dos anos de ouro e etapas de relativo bem estar social.

A velocidade e transitoriedade intensificadas a partir deste período, especialmente, através do desenvolvimento tecnológico é mesmo sem precedentes e incomparável a momentos anteriores - tudo quanto haja se manifesta como efêmero, “*tudo que é sólido, se desmancha no ar*”. Incomparável também é a reprodução ampliada do capital que atingiu ciclos de altíssima rotação, com aptidão a patamares cada vez mais elevados e, portanto, mais acelerados, pois “*a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção — por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as*

²⁶ Não só considerando autores diferentes, mas o mesmo, por hora, desenvolve teorias descontínuas nas quais ora tem como fundamento B ora não-B, sem nenhum elo.

relações sociais” (MARX, 1997). Desse modo, o desenvolvimento de forças produtivas²⁷, longe de ser algo que impacte tão somente as relações fabris, circunscrito apenas aos limites das unidades de produção, ao contrário, reverbera na totalidade da vida, inclusive nas formas como se compreende o mundo, na percepção da temporalidade, nos modos humanos de viver e ser, etc.; o que só atesta que todas essas mudanças, antes de ser estanques, tem origens, lastros e determinadas funções no tecido social.

Assim, o terreno arado no pós-guerra²⁸ com derrotismo germinou um movimento de contestação castrado, que ao localizar mecanicamente a origem de toda barbárie naqueles fundamentos, passa a vê-los com ceticismo, deslocando suas atenções a exaltação das fraturas de indeterminação, ambiguidades marginais e transgressoras, em quem, idealizadamente, depositaram toda sua expectativa outrora frustrada. Parecendo voltar-se a demandas de ordem concreta, sem dúvida importantes, antes provavelmente negligenciadas e/ou secundarizadas o faz, entretanto, de modo unidimensional, como fim que se encerra em si, sem retorno dialético pois as cultua em detrimento e/ou substituição de questões [agora utópicas] como emancipação humana.

Ante os olhos dos próprios idealizadores dessas investidas, não tardaria a despontar incoerências e limites negligenciáveis, os quais passaram a promover ajustes que permitissem esquivar discursivamente das consequências de seu relativismo. Os desvios e desconstrutivismos de apelo mezzo-niilista da epistemologia pós-moderna, eficazes desde que se mantenha em centralidade exclusivamente seus alvos prioritários, nunca direcional a si mesma pois, neste caso, se auto-anularia escorregando nas mesmas cascas de banana que lançou a modernidade, tornando-se presa da própria arapuca que armou.

²⁷ Já mesmo com a consolidação do mundo burguês, apresenta-se um salto qualitativo, em relação ao mundo medieval.

²⁸ Segundo Kosik, em encontro filosófico internacional realizado após a segunda grande guerra, o confronto entre materialismo e idealismo, ocorre em torno do problema da totalidade: “*é evidente um pano de fundo prático: é possível mudar a realidade pelo caminho revolucionário? Pode a realidade humano-social ser mudada em seus fundamentos e no seu conjunto, isto é, na sua totalidade e totalmente, ou só são realísticas e realizáveis as mutações parciais, enquanto o todo se mantém como uma entidade imutável ou um horizonte inacessível?*” (KOSIK, 2002, p. 52)

No melhor estilo “*já que nada podemos contra o sistema...*”, abre mão de mudanças radicais e, progressivamente, de quaisquer possibilidades de mudança. Cedendo inteiramente ao derrotismo fatalista do qual se nutre, fez-se necessário recusar também as fronteiras, margens e fissuras posto que a tentativa de jogar romanticamente holofotes nos sub-produtos e outsiders²⁹, fracassada em dotar-lhes de uma lógica própria e autônoma, além de gerar antinomias insolúveis³⁰, apenas reafirmava o[s] próprio[s] sistema[s] como dotado[s] de alguma unidade e inteligibilidade. Para romper em absoluto com aquelas bases, tão somente o ceticismo e desconstrutivismo do primeiro momento não bastaram, era preciso uma decomposição superlativa e irreversível do real, fatiado em retalhos, reduzido a estilhaços altamente fragmentários e inarticuláveis, até o nível do incategorizável³¹/incognoscível, para jogar de vez a totalidade na lata de lixo, tornando inoperável, sobretudo, o conhecimento do ser social³². Em *As Ilusões do Pós-Moderno*, Eagleton (1998) escreve:

Se se reputa o sistema todo-poderoso, [...] por definição nada pode existir além dele tanto quanto nada pode existir além da curvatura infinita do espaço cósmico. Se o sistema está em toda parte, isto significa que, assim como o verdadeiro Todopoderoso, ele não aparece em nenhum ponto específico, ou seja, é invisível, e, nessa condição, pode-se alegar que não se trata de sistema coisa nenhuma. O pansistêmico pode transformar-se, com um pequeno empurrão, no antissistêmico. Há uma linha tênue entre sustentar a impraticabilidade de representar a totalidade e afirmar sua inexistência. [...] Aquilo que nega o sistema na teoria o faz devido à sua incapacidade de negá-lo na prática. (EAGLETON, 2011, p. 08)

Ao falsificar uma conjuntura histórica inacessível a pesquisa histórica, desarma a historiografia para criar as condições em que inequívoca e logicamente se conclua seu fim, hipótese “*em si mais grandiosa que a maioria das narrativas que ela [narrativa da morte da*

²⁹ Cf. Eagleton: “Poderíamos prever um grande surto de interesse por tudo que se mostrasse alienígena, fora dos padrões, exótico, inassimilável. Talvez houvesse um aumento de curiosidade pelos animais irracionais; ou talvez os teóricos radicais estivessem tentando feito loucos se comunicar com porcos-da-terra ou com os habitantes de Alfa Centauro, na esperança, é claro, de que seus contatos permanecessem devidamente ininteligíveis.” (EAGLETON, 2011, p. 08)

³⁰ Antinomias paradoxais e insolúveis quanto uma prática política que permitisse a ascensão desses espectros marginais, visto que todo e qualquer poder, passa a ser encarado como essencialmente pernicioso, independente de meios e fins.

³¹ Veja que isto já é uma categorização.

³² Para saber algumas problemáticas relevantes nas ciências ditas exatas/naturais, cf. *A Manifesto for Reproducible Science*.

metanarrativa] consagraria ao esquecimento” (OSBORNE apud EAGLETON, 1998, p. 19).

De modo que, a escandalosa cegueira e presentismo característicos desta vertente fazem-se compreensíveis e confessam a que vieram: criando ilhas de pluralismo[s] em substituição as velhas formas “totalizadoras” que com seus excessos e megalomania equivocadamente supuseram a existência de sistemas socialmente estruturados, ampara a manobra de deslocamento do modo de acesso ao real e tutela seus objetos, até as vias de uma [anti]episteme negacionista.

Poderiam misturar o futuro com o presente e assim fazer a história ir escorregando de modo abrupto para um fim. Se isso acontecesse, valeria a pena nos perguntarmos quem tem autoridade para denunciar e cancelar a história. Quais são as condições históricas da promulgação do fim da história? [...] A história, no sentido da modernidade, chegou ao fim porque triunfamos na solução de seus problemas, ou porque eles agora nos parecem [a quem?] pseudoproblemas, ou porque acabamos desistindo da empreitada? Se nunca existiu uma dinâmica interna na história, ela já não estava desativada? Toda ela acabou, ou só certas partes dela? (EAGLETON, 2011, p. 13)

De par com isso e na contramão de todo desenvolvimento científico-tecnológico³³, a pós-modernidade, a propósito de, vez ou outra, utilizar máximas científicas de modo extremamente questionável para respaldar seus delírios, em sua ideação fetichizada, quase que convida a girar a roda da história ao contrário. Obscurece a relação essência-aparência, ao extremo de negá-la, nos reorientando as trilhas reducionistas da imediatez e pseudo-concreticidade: como se, apenas aquilo que é perceptível, material ou sensível, fosse relevante e, instantaneamente manifestasse tudo quanto dele se pode conhecer; como se, não fosse exatamente o relativo distanciamento e a mediação especificamente humana que permitisse ampliar o conhecimento do mundo natural e social. Kosik, comentando a posição de Marx - assim fosse, toda a ciência seria desnecessária, acrescenta:

As formas fenomênicas da realidade [...] são diferentes e muitas vezes absolutamente contraditórias com a lei do fenômeno, com a estrutura da coisa e, portanto, com o seu núcleo interno essencial e o seu conceito correspondente. (KOSIK, 2002, p. 14)

³³ Ainda que parcial, pois entravado no capitalismo.

Ainda que anunciando o novo, tal como aquilo que repudia, o pensamento dito pós-moderno também opera por fenômenos e traz em seu núcleo a problemática do conhecimento. Entretanto, diferente da razão moderna hegemônica, como que caminhando a um iluminismo de sinal trocado, ao exaltar o desconexo, a imediaticidade, o acontecimento fortuito e a contingência, ao extremo, queima as pontes de interpretação e articulação com o real. O fragilíssimo e oscilante fio de demarcação que esvoaça entre as pluri-totalidades desconexas de um lado e anti-totalidade irracionalista de outro, perpassa-as ao invés de delimitá-las, permitindo a estas caminhar *pari passu* e flertar de muito perto; bastando um suave toque para que sua barreira holográfica fronteiriça, se dissipe, possibilitando a afluência destes ramos que, a propósito das oscilações de forma e conteúdo, em termos de fundação ontológica e teleologia, nunca estiveram completamente apartados.

Rejeitando de forma absoluta quaisquer possibilidades - mesmo relativas - de conhecimento, nada lhe resta além de fechar-se em si mesma ou orbitar com suas antinomias perpétuas. Em proto-forma todos esses elementos já estavam postos na trilha aberta por Kant, que em condições favoráveis e solo fértil [isto é, continuidade da sociabilidade burguesa], maturam-se e complexificam-se potentemente por vias hiperbólicas, realizando-se como seu contrário. Nos parece então que ao invés da emergência de uma novidade absoluta, de um acontecimento que irrompe inesperadamente na história, a cultura chamada pós-moderna, por basear-se nos mesmos pressupostos, apresenta-se como continuidade – ainda que na diferença – da modernidade, isto é, manifestação outra, superior e sofisticada da racionalidade tipicamente burguesa.

O mundo moderno é o mundo que surge com o capital e a propósito das inúmeras e diferentes formas que se manifeste, das diversas transformações [de quantidade em qualidade, do ser ao não-ser, etc.; e vice-versa] e metamorfoses que sofra - e que tem que sofrer - para sua reprodução continuada, caso sua contradição mais básica permaneça vigente e operante, ainda é mundo moderno; só deixará de sê-lo com a superação da sociabilidade burguesa, transformação, esta sim, substancial que permite encerrar a pré-história humana.

A partir do estudo e demarcação entre as principais e diferentes formas de racionalidade que surgem na modernidade, nos posicionamos a partir de uma delas, a ontologia marxiana, que norteará os conteúdos analisados nos capítulos subsequentes.

2 ASPECTOS ONTOGENÉTICOS DO IMPERIALISMO

Atento à profundas mudanças político-econômicas e novas determinações que tomavam forma no ocidente já em fins do séc. XIX, com marcadores, alguns dos quais, ainda latentes, mas não menos sintomáticos e indicativos do que viria a significar a reconfiguração de toda uma época histórica, a partir de 1912, Lênin dedica-se a uma série de estudos sistemáticos, seu itinerário contempla o árduo exame de centenas de publicações, apuração e entrecruzamento de milhares de dados, etc., com vistas a apreender e desvendar, pormenorizadamente, a totalidade das relações e nexos do particular e sistêmico cenário que se desenhava. Entretanto, o aspecto quantitativo relacionado meramente ao rastreio de dados econômicos globais não é o que confere riqueza singular à obra de Lênin, este é apenas um primeiro passo, em si, insuficiente, que não tem como desdobramento necessário “*a análise concreta, da situação concreta*”, vide, levantamentos semelhantes feitos por diversos contemporâneos, por vezes, utilizando-se das mesmas fontes, não-obstante, incorrendo em equívocos gritantes, conexões arbitrárias, romantizações e/ou mantiveram-se presos a superfície do fenômeno; todas essas, posições políticas [conscientes ou não] com funções sociais próprias. Como nos auxilia Kosik:

Totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer [classes de fatos, conjuntos de fatos] pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos [reunidos em seu conjunto] não constituem, ainda, a totalidade. [...] O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. [...] A dialética da totalidade concreta não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro “total” da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades; [...] não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. (KOSIK, 2002, p. 44)

A despeito de negacionistas – quanto a esses, “*os fatos são teimosos e quer o queiramos ou não, é preciso tê-los em conta*” (LÊNIN, 2011, p. 124), a inegável facticidade do imperialismo abriu terreno à disputa de interpretações e narrativas, obviamente, com

desdobramentos políticos prático-concretos, muitas das quais, se apropriando de tendências já apontadas por Marx - com certa folga temporal, ao reconhecê-lo, simultaneamente, negavam as bases teóricas que permitiram antevê-lo.

Além de revigorar com sofisticação a aplicação do método desvendado por Marx ao desatar os nós, intrincados e contraditórios, dos múltiplos arranjos e matizes instanciados e animados pelo novo fenômeno histórico, diferente de outros intérpretes de campos políticos antagônicos [ou não], a análise de Lênin tem a excelência de, somente ao diluir o vasto suporte empírico através de uma específica chave analítico-teórica, ancorada nas raízes sociais, pôde articulá-los em uma totalidade complexa, [unidade do diverso] dotada, simultaneamente, de objetividade e movimento e, assim, superar o terreno movediço e fragmentário das armadilhas da pseudo-concreticidade. Mesmo sem retornar explicitamente, de forma exaustiva, ponto-a-ponto aos termos de Marx [isto faremos nós], é dotada de coerência tal que se acomoda perfeitamente as suas categorias e legado, permitindo a Lênin apreender e traduzir não apenas determinações que se tornariam essenciais no séc. XX, mas também transitar coerentemente tanto às origens quanto antever inclinações históricas potenciais, ainda em estado germinal. Isto porque, mais que coerentemente dar conta da imediaticidade que se apresenta ante aos olhos, o que já é enorme feito, o materialismo histórico, visa rastrear e apreender as determinações cinéticas de toda uma época.

Tanto a síntese como as interpretações e conclusões que arranca dessa minuciosa pesquisa, concretizam-se na sua, talvez, mais famosa obra *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* (1917), em que, oferece a adequada associação entre o quadro geral e orgânico frente “a situação mundial concreta provocada pelo imperialismo” (LUKÁCS, 2012, p. 63), em que efetivou-se uma reestruturação no capitalismo, sinalizada, especialmente, pela prevalência do capital financeiro - simbiose das bases técnicas [industrial] e monetárias [bancária] do capital – modificando as disposições e inclinações gerais de seu movimento, recriando e elevando suas capacidades de concentração à patamares antes impensáveis.

Contrariando análises que supunham e esperavam pelo colapso automático e definitivo deste modo de produção e, finalmente jogaria no colo dos oprimidos o

protagonismo da direção social, conduzindo a humanidade naturalmente a uma nova época histórica, a transformação da livre concorrência em sua antítese, o padrão de relacionamento monopolista da economia mundial - *“já não se trata, de modo algum, da antiga livre concorrência entre padrões dispersos que não se conheciam e que produziam para um mercado desconhecido”* (LÊNIN, 2011, p. 130), traz à tona limitações das leituras unilaterais e mecanicistas que, subestimando o princípio e finalidade sumária do presente sistema, seja ele, pulsionar valor, ainda que em contradição a tudo e a todos, ainda que tenha sempre e mais que produzir barbárie, colocando em cheque a existência humana, ainda que desse ponto de vista pareça operar de modo irracional, o eixo único de sua racionalidade³⁴ é mesmo o disparatado e incessante incremento de Capital, além de pôr de parte suas capacidades transformistas e medidas contra-revolucionárias.

Incontestável que o capitalismo moderno apresenta diferenças significativas e qualitativas em relação a época de Marx, aferíveis mais explicitamente pelas inflexões operadas a partir do então chamado *“breve século XX”* em que a acumulação atinge proporções mundiais e, *“fosse necessário uma definição, a mais breve possível [...], dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”* (LÊNIN, 2011, p. 217), grau de maturação e concentração mais orgânico do capital, precisamente, a antítese de outrora, entretanto, processo latente em seus marcadores ontogenéticos elementares. Lukács, em seu breve ensaio sobre Lênin, escreve:

De modo aparentemente paradoxal, a concepção Lêninista do imperialismo é, por um lado, uma importante proeza teórica e contém, por outro, muito pouco de verdadeiramente novo, se observada como pura teoria econômica. [...] A superioridade de Lênin consiste [...] na articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas do presente, transformando o conteúdo da economia da nova fase no fio condutor de todas as ações concretas no mundo assim organizado. (LUKÁCS, 2012, p. 61)

“Mas as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois contêm o principal, são insuficientes” (LÊNIN, 2011, p. 217) pois, ainda que mediadas pelas

³⁴ Ainda que literalmente queime trabalho morto [M'] antes que se realize a circulação ou destrua forças produtivas.

determinações corretas, alcance e dê conta da descrição adequada daquilo que é, apenas podem comportar momentos relativos, dos quais escapa seu suceder e devir. Lênin transcenderá de sobremaneira esta síntese, esquadrinhando diversas facetas e consequências econômico-políticas das concentrações monopólicas, bem como, das [re]articulações entre capital financeiro e industrial.

2.1 De Marx à Lênin: do capital bancário à hegemonia do capital financeiro

Com vistas a tentar alcançar o horizonte mais amplo que se apresenta no front, o momento particular do capitalismo em sua fase superior, fundamentando-se em Marx, Lênin opera tanto categorias já usuais como capital industrial, a qual traz à tona novos elos que a determinam, quanto, a partir dos efeitos da autonomização da forma monetária, incrementa contornos, expande demarcações ou mesmo funda outras em torno das quais sistematiza a investigação de novos fenômenos.

Dito isso, antes de avançar propriamente a fase imperialista, fio da meada que tentamos alcançar, façamos o movimento de ir alguns passos atrás: voltemos a 'O Capital, recolhendo elementos que permitam remontar o imperialismo, fio condutor da análise e práxis Lêninista, músculo central de onde emana vitalidade e pulsar revolucionário, arma teórico-prática nunca arcaica enquanto vigorar a barbárie capitalista. Assim, em que as concepções de Marx servem, atualmente, a compreensão dos fenômenos manifestos com a financeirização moderna? Que contribuições de Marx sustentam a análise de Lênin? Em que esta difere de tantas outras?

Merece nossa atenção o enorme patamar que atinge o comércio da mercadoria-dinheiro, bem como, o sensacional processo sóciometabólico operante a partir dos monopólios bancários e financeirização na fase imperialista, em que, aparentemente, adquire a fabulosa capacidade de ampliar-se por geração espontânea ou reprodução assistida, isto é, “*dinheiros*” que, em dados montantes e sem grandes mediações sociais, apenas individuais operações numérico-administrativas na bolsa de valores, etc. e tal, dado certo tempo, tem como prole *mais-dinheiros*. Ora, se ao fim desta investigação concluirmos com os liberais

que suas compreensões a respeito das modernas formas de geração de riqueza estão corretas, basta então voltarmos nossas energias a desvendar essas operações e universalizá-las para que a humanidade esteja definitivamente livre do mundo do trabalho.

Sabido é que permutas e mesmo o equivalente geral de troca, não são fenômenos inéditos das sociedades mercantis, ambos, formas antediluvianas, são registrados em sociedades e períodos históricos anteriores, nos quais, havendo pequenos excedentes, direta ou indiretamente, produtos diferentes eram colocados em relação cambiável. Capital, como palavra de uso corriqueiro que refere-se a sua manifestação enquanto na forma dinheiro, possui insuficiências do ponto de vista técnico, ou melhor, ao tomar a parte pelo todo, oculta e torna incompreensível uma teia de relações não imediatamente palpáveis, no entanto, nem por isso, menos reais.

O termo capital parece óbvio ao senso comum, como sinônimo imediato de dinheiro. Refere-se, entretanto, a um dinheiro especial, que se transforma em algo que produz mais dinheiro, ou seja, capital. A definição, de evidente, revela-se circular e tortuosa. Dinheiro, de maneira imediata, não é capital. (FONTES, 2010, p. 41)

O que diferencia aquelas ocorrências arcaicas/primitivas do fenômeno ocorrido nas sociedades mercantis? E, mesmo nestas, parecendo falsear a “lei do valor”, que versa sobre a quantidade de trabalho humano socialmente necessário, a começar pelo quantum de trabalho corporificado em papel moeda³⁵, a mercadoria-dinheiro, vista no prisma das categorias gerais apresenta certas inadequações.

Marx inicia a investigação da riqueza capitalista a partir da “*forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual*” (MARX, 1881-82) e, é da primeira página do livro I d’O Capital que sua manifestação mais imediata expressa-se como “*um imenso acúmulo de mercadorias*” (MARX, 2013, p. 157), prelúdio que, a pesar de não ser motivo de grandes contestações, talvez, mesmo a sua época soasse um tanto antiquado

³⁵ Dito de outro modo, como se estabelece o preço do dinheiro [papel moeda]? O que determina ou qual a quantidade de trabalho socialmente necessário contida na unidade de uma cédula de dólar? O processo produtivo da cédula que figura 100 dólares é muito mais trabalhoso que pensar quaisquer outros papeis pintados? A rigor, a quantidade de trabalho socialmente necessário é a mesma, muitíssimo próxima ou de diferença irrelevante.

pois, pudera esperar como ponto de partida que se apoiasse, com a mesma força de evidência, em sua descrição como ‘um imenso acúmulo de dinheiros’, forma mais abstrata que assume nessa sociabilidade, já corriqueira a época. Entretanto, não se come ou veste dinheiro e este apenas constitui riqueza se dotado de poder de cambiar outras mercadorias³⁶, sem as quais ele próprio seria irrelevante. Assim um começo trivial ou mesmo fortuito, de obvio revela-se complexo e nada contingente. Na exposição de Karel Kosik:

Que é a mercadoria? A mercadoria é um objeto exterior e à primeira vista uma coisa simples. É a "grandeza" com a qual o homem pertencente à sociedade capitalista tem relações diárias e mais frequentes. Ela é a obviedade deste mundo. Marx, porém, no curso da sua análise, demonstra que a mercadoria só é coisa banal e trivial na aparência, pois na realidade é coisa mística e misteriosa. Não é apenas um objeto sensivelmente evidente, mas ao mesmo tempo é também uma coisa sensivelmente supra-sensível. (KOSIK, 2002, p. 181)

Para além do seu aspecto fenomênico, a mercadoria, célula econômica da produção capitalista, regida por determinação dúplice, que lhe confere unidade contraditória, comporta e tem encubada em si, todas as determinações desse modo social e particular de organização da vida. Vejamos.

Traço característico em quaisquer sociedades humanas, é que alguma das facetas ou propriedades do que se produz deve ser capaz de suprir necessidades da sociedade ou dos seres que o fazem, sejam elas, “*provenientes do estômago ou da fantasia*” (MARX, 2013, p. 157), de modo, que coisas absolutamente inúteis, sem usabilidade alguma, consistem em energia humana desperdiçada, já que se converte e cristaliza em algo imprestável ao consumo e, portanto, a reprodução da existência humana. Assim, a utilidade, determinação fundamental em quaisquer épocas, é o conteúdo material da riqueza, derivado do trabalho útil concreto, que se expressa no próprio corpo das mercadorias e se realiza através mesmo da sua aniquilação ao ser absorvida junto a carência que supre.

Dos objetos úteis, nas sociedades mercantis, nota-se outra característica, a permutabilidade/trocabilidade, isto é, a capacidade que *valores-de-uso* diversos tem, em

³⁶ Ou, tipificação também especial, caso seja ele próprio mercadoria.

dadas proporções, de serem cambiáveis entre si. Marx menciona Aristóteles, que já observava que para a realização de trocas deve-se haver igualdade e, para tal, comensurabilidade. Entretanto, o fato de ser trocável, ainda não dá conta dos problemas que visa enfrentar; e, as tentativas de equivalência e comensurabilidade nas formações pré-capitalistas eram dotadas de certa arbitrariedade, pois o ser social ainda não estava desenvolvido suficientemente para permitir meios precisos de mensuração, limite que se impõe a investigação de Aristóteles.

Apesar de manifestar as inúmeras proporções que um artefato pode assumir relativamente aos que se coloque em relação, a identidade que emana deles em processo relacional que, da perspectiva útil-concreta, são qualitativamente distintos, precisa ser diluída ao submetê-los ao ponto de vista quantitativo. Ora, ao suprimir do campo de análise todas as particularidades, utilidades e propriedades dos produtos do trabalho estamos, simultaneamente, afastando todas as especificidades dos trabalhos concretos, portanto, suas formas e materialidades. Feito isto, restará algum quantum genérico, cuja substancia correlata permita tal conformidade e quantificações? Haverá algo análogo entre estes dissímeis?

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso. (MARX, 2013, p. 160)

Mesmo as trocas, que aparentam auto-evidência, não se explicam por si mesmas, são manifestação de algo não-visível, mas também não-casual que subjaz e só pode ser alcançado através de mediação rigorosa. Se, da corporeidade da mercadoria provém sua utilidade e, é mister que trocas se dêem entre objetos/artefatos de naturezas/propriedades distintas³⁷ que, entretanto, tem que desaparecer ao serem equiparados, o único modo dessas proporções não serem arbitrárias ou estabelecidas por decreto é que sua concreticidade seja, ao mesmo tempo, suporte material de uma outra propriedade em que os múltiplos sejam redutíveis à um mínimo comum, do qual se possa arrancar sua proporção adequada. Desse modo, chegamos ao trabalho, não-concreto e específico, mas trabalho em geral, abstraído de quaisquer

³⁷ A proporção entre iguais é obviamente igual, mas sequer há sentido na comparação, já que descabido trocas do mesmo.

pormenores, que pode novamente ser elementarizado em quantuns de energia humana; “*um dispêndio de força humana de trabalho, independentemente da forma particular que revestiu o dispêndio dessa força*”.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Eles assemelham-se completamente uns aos outros. Todos eles têm uma mesma realidade fantástica, invisível. Metamorfoseados em sublimados idênticos, frações do mesmo trabalho indistinto, todos estes objetos manifestam apenas uma coisa: que na sua produção foi dispendida uma força de trabalho humano, que neles está acumulado trabalho humano [independentemente da forma concreta do trabalho]. Enquanto **cristais** dessa substância social comum, são considerados valores [valores-mercadoria]. (MARX, 1982, p. 45)

Assim, ao destrinçar a mercadoria [e suas expressões] identificam-se dois polos, um deles específico das sociedades mercantis, entretanto, para alcançar as determinações do viés quantitativo, temos que subtrair as multiplicidades qualitativas; ainda assim, para descobrir se estas quantidades são necessárias ou contingentes, há que se pôr de lado a própria mercadoria e seguir os rastros que apontam até suas origens, ou melhor, a partir de determinados marcadores em que, paradoxalmente, suas raízes estão [parcialmente] expressas e ocultas, mas que de todo modo, não se bastam, na imediatez do fenômeno, transcendê-los, alcançando o elo que permite equivalências, seja ele, o valor, forma histórico-social e imaterial da riqueza, derivada do trabalho humano em sua dimensão abstrata³⁸. Como poder social expresso em relações sociais de produção específicas, portanto, não-natural, não-intrínseco as coisas mesmas em termos a-históricos, mas às coisas produzidas nessa sociedade, não quaisquer artefatos, não quaisquer produtos da intervenção humana na transformação da natureza, mas mercadorias, das quais, o valor é propriedade e nas quais ele ganha existência.

A forma equivalente, experimentação mais primitiva do valor presente desde os escambos, em que dada mercadoria adquire tantos valores de troca quanto as mercadorias que se coloque em proporção, mesmo que amplamente utilizada e ainda subsista, apresentou

³⁸ Abstraindo-se as particularidades de todos os trabalhos concretos, sejam elas materiais, instrumentos, habilidades, etc., resta aquilo que há de comum entre todos os trabalhos, substância básica: energia humana.

limitações práticas³⁹, frustrando o intercâmbio de excedentes, além de guardar certa inadequação, posto que, ainda carece parcialmente do valor-de-uso para manifestar seu contrário. Assim, é histórica e logicamente simplificada e sobreposta pela forma relativa, linguagem mais sofisticada das mercadorias que permite expressar valor sem qualquer menção ao valor de uso, fenômeno importante, em que devemos nos deter. Dadas tais ambiguidades/arbitrariedades no próprio desenvolvimento da forma valor, como garantir, ainda da perspectiva equivalente, que não seja ele conexão fortuita estabelecida pelo autor? A própria dinâmica do real permite aferi-lo via determinadas mediações... Marx exemplifica:

Um pão de açúcar, por ser um corpo, é pesado e tem, portanto, um peso, mas não se pode ver ou sentir o peso de nenhum pão de açúcar. Tomemos, então, diferentes pedaços de ferro, cujo peso foi predeterminado. A forma corporal do ferro, considerada por si mesma, é tão pouco a forma de manifestação do peso quanto o é a forma corporal do pão de açúcar. No entanto, a fim de expressar o pão de açúcar como peso, estabelecemos uma relação de peso entre ele e o ferro. Nessa relação, o ferro figura como um corpo que não contém nada além de peso. Quantidades de ferro servem, desse modo, como medida de peso do açúcar e representam, diante do corpo do açúcar, simples figura do peso, forma de manifestação do peso. Tal papel é desempenhado pelo ferro somente no interior dessa relação, quando é confrontado com o açúcar ou outro corpo qualquer, cujo peso deve ser encontrado. Se as duas coisas não fossem pesadas, elas não poderiam estabelecer essa relação e, por conseguinte, uma não poderia servir de expressão do peso da outra. Quando colocamos as duas sobre os pratos da balança, vemos que, como pesos, elas são a mesma coisa e, por isso, têm também o mesmo peso em determinada proporção. Como medida de peso, o ferro representa, quando confrontado com o pão de açúcar, apenas peso. (MARX, 2013, p. 185)

Até aqui, seguindo os passos de Marx, esquadrimos a manifestação mais imediata da riqueza capitalista e descobrimos o valor. Passemos do produto no qual é cristalizada, ao processo no qual essa substância é forjada.

³⁹ Produtor X, se interessa pelo excedente do produtor Y que, entretanto, não precisa de X, mas de Z [Quadrilha de Drummond].

2.1.1 Formas funcionais

A complexidade e processualidade que se acomoda no verbete Capital, ente de múltiplas faces, é inacessível sem a noção de valor e não se esgota na forma monetária, visto que tanto ela quanto capital usurário [e também comercial], indicando relações e funções sociais outras é, historicamente, bastante anterior à generalização da produção de tipo capitalista. Apesar do declínio das formações sociais em que primeiro aparece, em proto-forma, transmite-se à organização sucessiva, entretanto, de funções próprias e exógenas, agora sobrevive incorporado ao capital-industrial, re-orientado a mover-se em sua conformidade, torna-se aspecto dele e regido por ele, que, não-obstante, tem seu eixo central no capital-produtivo, aquele diretamente responsável, não apenas pela transferência de valores já existentes mas, principalmente, pela criação de novos.

O processo específico que, a partir de determinadas metamorfoses, cria valor e transforma dinheiro em capital, dispara no radar movimentações atípicas em relação à circulação⁴⁰ simples, pois enquanto em M^1-D-M^2 os extremos são objetos qualitativamente distintos que irão esgotar-se em sua realização e, dinheiro só aparece como termo médio, equiparador genérico; em $D-M-D'$ a mercadoria torna-se subordinada, meio de rotacionar um circuito que tem como finalidade cega, movimentar formas de natureza qualitativamente idênticas, portanto, inversamente a dinâmica anterior, sua realização só tem motivo de ser caso o montante último seja maior que o primário: é dinheiro que inicia, encerra e reinicia compulsivamente o ciclo em busca de novo incremento e ampliação que, ao invés de extinguir-se, expande-se.

A experiência germinada a partir da Inglaterra, que resultou no rompimento de laços feudais, realoca formas primitivas em relações circunscritas a criação, ampliação e circulação de valor, trilhou longos caminhos até atingir maturação, generalidade e consolidar uma organização social inteiramente nova; não realizou, imediata e homogeneamente, todo seu potencial e, muito menos, de um alvorecer ao outro, efetivou a reconfiguração de toda uma

⁴⁰ Por M, entenda-se *mercadoria*; D e D', entenda-se, respectivamente, *dinheiro* e *mais dinheiro*.

época histórica. Por algum tempo, formações pré-capitalistas foram predominantes e/ou co-existiram ao lado desta que, entretanto, tende a submeter todos os tipos precedentes de produção.

Com o relativo desenvolvimento de forças produtivas, o volume de produtos gerado em alguns setores, extrapola as capacidades de consumo inter-mercantil, excedente-mercadoria que precisa ser realizado para retornar ao ciclo, é levado a circular em outros locais. Esse mesmo aspecto, desenvolvimento relativo de forças produtivas, em termos quantitativos-globais, desigual e incipiente⁴¹, pois ainda predominantes as sociedades pré-capitalistas, desde cedo repercutiu nas relações comerciais exteriores primárias: mesmo que um dos polos produza sob as bases da circulação mercantil, nessas transações, de caráter híbrido, confrontam-se civilizações. Do ponto de vista macro, balizada pela sociedade cujo modo de produção tem como eixo central a criação e rotação de valor [com larga vantagem a uma e dependência a outra] mas relações sociais de produção correspondentes as novas bases ainda não generalizadas, conquanto a manifestação imediata do comércio externo apresente-se como escambo ou circulação simples, movimento de mercadorias, em alguns casos sequer mediada por equivalente geral de troca efetivando-se por matérias-primas, retornam a sociedade de origem como insumos ao circuito mercantil⁴².

Assim, desde os esboços embrionários da tendência que viria a tornar-se superprodução⁴³, alcançando depois magnitudes extremas e contraditórias, fez-se impositivo que se desbravassem e desenvolvessem mercados para escoar excedentes, em regiões além do núcleo primário ou matriz original. A produção, qualquer que seja, cria não somente

⁴¹ Ainda quando hegemônico, provavelmente nunca homogêneo: mesmo a circulação capitalista tornando-se dominante, com expressivo entrelaçamento das economias mundiais, em diversas esferas sobrevivem ou coexistem paralelamente formas outras [arcaicas ou não], que não dão o tom da ordem social global e sequer disputam-na; formas as quais, sem dúvida, o capital-imperialismo tenta capturar [e quanto mais avançado, melhor consegue]. Entretanto, não se trata de algum tipo de transição incompleta pois simultaneamente estimula estas diferenciações que, em totalidade, lhe permite valer-se de economias desigualmente desenvolvidas.

⁴² Mercantilização e expropriação de tudo quanto exista.

⁴³ Não simplesmente de mercadorias, mas de forças produtivas.

produtos às necessidades, mas também necessidades aos produtos e, por conseguinte, ao próprio modo de produção.

Em um nível mais concreto de aproximação do circuito em que o capital ganha existência [detalhamento da síntese geral anterior], o movimento inicia-se em D-M, montantes de dinheiro adiantados e convertidos em mercadorias de produção; genericamente, de dois tipos, meios físicos de produção e força de trabalho. Estas, como *capital-produtivo* (p), isto é, reunidas e postas em funcionamento, resultam na transformação de seus elementos⁴⁴, criando e cristalizando valor na forma *capital-mercadoria* (M'); M', tem a função de ser trocada e, passa à esfera comercial/mercantil, para realizar a forma capital-dinheiro ou monetário (D'), objeto de nossa investigação. Assim, a expressão ampliada do ciclo, seria: D-M... [(p)-M'] -D'.

A partir da indústria moderna, a ampliação quantitativa de forças produtivas, em especial, intensificação do capital constante, converte-se em salto qualitativo, isto é, aprimoramento e sofisticação das dimensões técnicas desse mesmo capital [e reincide sobre a quantidade, acelerando seus ciclos de rotação]. Somando-se as subsequentes e contínuas expropriações que permitem a intensificação da exploração da força de trabalho, é histórica e logicamente viável que, com capacidades produtivas satisfatórias, quiçá excessivas⁴⁵, pudesse haver e, de fato, houve, montantes⁴⁶ concentrados de equivalente geral, cujos proprietários, balizados subjetivamente pela compulsão da valorização absoluta, utopia burguesa de realizar D diretamente como D' esquivando de M, bem cumprindo sua função social, conseguem, entretanto, algum grau de aproximação à essas finalidades objetivas do capital. E, ao mesmo tempo, desviam momentaneamente dos paradoxais imbróglis e entraves que a incrementação tecnológica do capital-industrial, em certas proporções, ao gerar forças produtivas em excesso trazia à tona. Em *Para pensar o capital-imperialismo contemporâneo*, Virgínia Fontes nos auxilia:

⁴⁴ FT transfere energia na transformação física dos meios materiais de produção em M'.

⁴⁵ Entretanto, por esses meios, sem significar criação e/ou ampliação de valor, ao contrário.

⁴⁶ Via proprietários privados, conjunto de proprietários ou instituições concentradoras de enormes massas monetárias.

Do ponto de vista do detentor de dinheiro D, que o converte em mercadoria-capital, esta deve ser valorizada, isto é, vendida a quem precisará investi-la em força de trabalho e meios de produção, no circuito d-M-d', no qual ocorre a extração do sobretrabalho. Para D, isso representa apenas tempo que medeia entre o empréstimo e o retorno. De seu ponto de vista, o movimento se limita a D-D', que corresponde aos seus interesses diretos e que lhe aparece como sendo sua única relação real – a venda mercadoria-capital inicia-se e se conclui como troca de dinheiro, apenas tendo como intermediação, sempre de seu ponto de vista, um certo tempo, maior ou menor, e uma certa taxa. (FONTES, 2010, p. 25)

Faça-se possível a partir da disjunção e mediação diversa dos momentos do circuito D-M-D, bem como, da divisão e especialização das atividades capitalistas, de modo que, ao invés de atuar exclusivamente em uma única unidade produtiva ou, de modo mais abrangente, em um ou outro ramo da indústria, pôde diversificar potencialmente sua amplitude, [re]autonomizando essas frações que lhe são oriundas, desatando parte dos vínculos e amarras da incorporação precedente. Passa então a intrincar e coordenar segmentos de capitais-industriais diversos, que em certo prazo, possibilitará um quadro global cada vez mais amplo da totalidade desses recursos, os fazendo aptos a conduzir, estratégica e rigorosamente, de modo sem igual, a produção e apropriação social de mais-valor. Eis as sementes dos monopólios [e suas modalidades, em especial, *holdings*].

Consequência lógica e direta do *modus operandi* basilar e geral da economia burguesa é que ao desenvolver suas capacidades, sempre orientadas a potencializar criação de valor, simultaneamente, germina e alimenta possibilidades de sua superação, de maneira que, alcançados certos patamares, as forças produtivas entram em contradição com as relações sociais, manifesta nas fissuras abertas em sua estrutura. Assim, a livre concorrência torna-se um entrave, ponto de fragilidade que, sem excluir a competitividade inter-capitalista, tem como contra medida restaurativa relações cartelizadas, inicialmente, entre empreendimentos de ramos comuns.

A forma mais avançada de estruturação do capital iria condicionar também alterações qualitativas em termos de integração da classe dominante que, de proprietários individuais passam à atuar em blocos orgânicos [e nada livres], composição funcional à manutenção da

hegemonia ante as novas determinações. Paralelamente ao que se convencionou chamar de mercado, isto é, um “espaço” social onde produtores e consumidores “livremente” se encontram e se relacionam, desenho anacrônico e romantizado da circulação/comércio, começam a desenrolar-se relações e negociações privadas, devidamente institucionalizadas [ou não], entre capitalistas que associados podem superar, sem grandes perdas, contingências diversas além de se tornarem mais competitivos e varrer do páreo a pequena produção. Relações essas, que podem mesmo aparecer, à reles mortais, como “mão-invisível” e incognoscível que, entretanto, fundamentalmente, vale-se da combinação de mãos e mentes de representantes bastante reais e concretos, que realizam materialmente a “cognição” ou as necessidades objetivas do Capital.

Capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista. (LENIN, 1984)

Tal abstração e autonomização do capital-dinheiro permite que este avance por frentes distintas de quando atrelado e subordinado ao industrial e, desbravando trilhas inéditas, instaura e opera através de novas e próprias modalidades, ampliando e consolidando instituições especializadas em gerir e impulsionar montantes monetários, dentro e fora da produção em escala industrial e, dada ou não sua realização, há de retornar, a elas e, mesmo que somente à elas, como D’.

Entretanto, o capital industrial único que aparece, imediata e inicialmente, a criar valor, de bom grado, partilha excedente com suas formas autonomizadas, capitais comercial e portador de juros, que mesmo inicialmente apropriando-se de recursos advindos não deles próprios, mas de outro capital, seu desenvolvimento “independente”, em termos globais, favorece colateralmente a própria esfera produtiva/industrial, na medida em que possibilita gestão estratégica de recursos que criam valor, dinamiza a circulação e assim a apropriação acelerada de fatias sempre maiores de mais-valor. Marx descreve o que se apresenta com o nome de juros:

Nada mais é que um nome particular, uma rubrica particular para uma parte do lucro, a qual o capital em funcionamento, em vez de pôr no próprio bolso, tem de pagar ao proprietário do capital. (MARX, 1985, p. 256)

Assim, a propósito do aparente-real descolamento e virtualização de processos financeiros/econômicos⁴⁷ em relação a totalidade das relações que permeiam a produção social da vida, à rigor, mesmo com diversas camadas de sub-extração e sub-captação que podem ser acrescidas ao circuito, que se apresenta a essa esfera de comerciantes como salto direto de D à D' é, em totalidade, incontornável sem passagem e lastro na substância que produz valor, nada além que frações apropriadas a partir do trabalho vivo.

2.1.2 Mas, o que é, mesmo, capital?

Dentre as diversas corporeidades que pode assumir, o equívoco estaria em relacionar o capital imediata e/ou exclusivamente à forma-dinheiro quando, na verdade, tratam-se de múltiplos capitais? Sim e não! Mais do que nunca a categoria da totalidade faz-se imprescindível: ao mesmo tempo que todas as suas formas sejam capital, nenhuma dessas manifestações, isoladamente, dá conta do que ele seja completamente.

De atributo adjunto e subjugado as mercadorias em geral [de produção ou uso] que, tal como suas propriedades físico-químicas, tem existência nelas e com elas, para sobreviver à liquidação do consumo, efetivada a produção ou a troca, o valor, forma imaterial da riqueza, destaca-se e salta delas, assim, em sucessões articuladas, encarna e desencarna de uma materialidade a outra, aparece e desaparece, para ressurgir novamente travestido na *forma funcional* conveniente a manutenção de seu fluxo, este sim, no qual e apenas através do qual, ele é, em sua substanciação e vitalidade máxima e integral. Sequer a forma dinheiro⁴⁸ que

⁴⁷ Apresentam consequências diversas as modalidades do capital fictício-parasitário, que não tivemos condição de explorar nesta pesquisa.

⁴⁸ Do ponto de vista da usabilidade, seu valor não está em si mas na relação social que fomenta; do ponto de vista do valor de troca, o quantum que performa é incompatível com a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la [papel-moeda], de modo que, é a relação que estabelece com o conjunto geral das mercadorias que fixa, em dado momento, a porção de que será representação.

aparece como expressão mais abstrata e pulsão fundamental que dá o tom dessas mutações, seja à insumos produtivos, à mercadorias de consumo [grávidas de mais-valor] para assim, novamente, converter-se em mais-dinheiro, comporta a magnitude de seu ser, que a certa altura, sem necessitar de corpo próprio ou de outrem, passa a existir desencarnado, desmaterializado.

O valor-capital só o é em movimento, ou melhor, é seu próprio movimento, auto-realiza-se desdobrando-se incessantemente sobre si, mas, contraditoriamente, só consegue mover-se tomando de empréstimo materialidades alheias mediante sua instanciação e estratificação nelas, de modo que, tanto mercadoria gerais quanto a mercadoria-dinheiro revelam-se formas efêmeras, corpos possuídos, invólucros, suporte existencial momentâneo/transitório no qual se abriga.

Se na circulação simples o valor das mercadorias atinge no máximo uma forma independente em relação a seus valores de uso, aqui ele se apresenta, de repente, como uma substância em processo, que move a si mesma e para a qual mercadorias e dinheiro não são mais do que meras formas. E mais ainda. Em vez de representar relações de mercadorias, ele agora entra, por assim dizer, numa relação privada consigo mesmo. (MARX, 2013, p. 298)

Portanto, as possessões que realiza convertem-no em não ser, ou ser latente, enclausurado em formas que lhe são funcionais, capazes de portar ou reter mais-valor, sem propriamente sê-lo, pois capital, mais que meramente D', é rotação de valor⁴⁹ em movimento fantasmagórico e transformista, entidade sublimada, que adquire existência superior e emancipada, com determinações próprias e, ao mesmo tempo, só ordena o cosmos segundo seus desígnios, só adquire força material se deixa-se petrificar nos limites e funções de corpos prosaicos e mundanos; ou melhor, só opera integralmente a realidade em suas múltiplas dimensões, material e imaterial, na dialeticidade forma-conteúdo, ou seja, se é, simultaneamente, tanto uma coisa como outra, autônomo e dependente das formas que põe em marcha sua perpetuação.

⁴⁹ Do ponto de vista da **magnitude** é quantidade de trabalho humano abstrato, socialmente necessário para produzir mercadorias sob condições mercantis; a partir de sua **natureza** é expressão objetiva de relações sociais de tipo mercantil.

Além disso, [o valor] é movimento, processo com diferentes estádios, o qual abrange três formas diferentes do processo cíclico. Só pode ser apreendido como movimento e não como algo estático. Aqueles que acham que atribuir ao valor existência independente é mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração como realidade operante [in actu]. (MARX, 1986, p. 233)

Incremento e expansão são marcadores do fenômeno observado por Marx em que dinheiro em circulação se converte em mais-dinheiro, entretanto, tal descrição não contempla sua natureza e existência que concretamente, só é possível, porque o processo real que produz tal ciclo só é rotacionável quando alimentado de energia humana, que transmuta e cristaliza trabalho vivo, ora em valores-mercadoria [gerais] ora em mercadoria-dinheiro, sendo, portanto, mediado por relações sociais específicas, no qual D só se transforma em D' se há produção e apropriação de mais-valor via exploração da força de trabalho.

2.2 Expropriações originais, liberdade e antagonismo de classes

Até agora, seguindo o rastro da riqueza capitalista, apenas de relance mencionamos o trabalho, de maneira que parece que *coisas* [mercadorias/dinheiro] fazem-se e/ou são produtoras de riqueza por si mesmas, independentemente. Explica-se: a centralidade deste modo de produção é mesmo ampliar capital e, desse modo, quiçá a utilidade daquilo que produz lhe é relevante; fosse possível criar valor abstendo-se das mercadorias, o faria – e tenta; a mercadoria, tanto quanto sua utilidade, são apenas meios.

Entretanto, todas as trilhas e trajetos da riqueza capitalista apontam inevitavelmente a ele⁵⁰, trabalho vivo, combustível insubstituível ao movimento de suas engrenagens. E, a despeito de todos os esforços de ilusionismo da economia clássica/liberal em apresentá-la como qualquer coisa dotada daquela invisibilidade típica dos truques de mão - em que se distrai o público com movimentações em primeiro plano e, de outro lado, simultaneamente,

⁵⁰ Basta uma observação mais atenta da circulação capitalista, para notar que o capital-produtivo, se desdobra para além dos meios de produção [MP], em força de trabalho [FT], cuja expressão: M(p)... [MP; FT].

se oculta aspectos substanciais do processo, conferindo-lhe o tom fantástico -, todos os caminhos levam à Roma! Virgínia Fontes comenta:

O momento produtivo constitui o *processo imediato* de transformação do dinheiro, que consiste em massas concentradas de equivalente geral, resultante de processos de trabalho anteriores ou trabalho morto, em capital. Nesse processo, ao produzir mercadorias, ocorre a exploração do trabalho vivo, colocado em contato com as demais mercadorias [trabalho morto] que constituem os meios de produção sob controle do capitalista. Isso significa que o processo de produção capitalista supõe um mercado e, nele, mercadorias. Dentre estas, uma é incontornável – a força de trabalho como mercadoria, força viva de todo o processo, e que precisa disseminar-se. A conversão de dinheiro em capital se torna incompreensível se sua análise for limitada apenas à atividade de exploração imediata dos trabalhadores, ou a um momento econômico direto. (FONTES, 2010, p. 41)

Vejamos as origens e especificidades da mercadoria força-de-trabalho.

Em *O Segredo da Acumulação Primitiva*, Marx aponta que a característica definidora deste período é o enorme contingente humano subitamente convertido em proletários, havendo como condição à realização de tal alquimia social que fossem, melodramaticamente, tornados “*livres como os pássaros*” (MARX, 1984, p. 341), isto é, brutalmente expropriados e apartados da conexão direta com seus meios de subsistência; se, nada mais lhes resta além do seu corpo próprio, energias vitais - que precisam ser repostas antes que minguem - e capacidades psicofísicas, isto equivale a total disponibilidade ao capital, integral ‘liberdade’ para serem espoliados, à ter sua existência e humanidade completamente entregue e à mercê das leis mercantis de oferta e procura.

Assim, com o enfraquecimento dos laços feudais, o campesinato europeu, “*ancestrais da atual classe trabalhadora*”, além de destituídos de suas condições objetivas de sobrevivência, “*foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e pobres*” (MARX, 1984, p. 356), violentamente “promovidos” a condição de trabalhadores “livres”. Na *Legislação sangrenta contra os expropriados desde o fim do século XV*, Marx registra elementos do ornamento jurídico inglês cujo conteúdo geral, de forma recorrente e similar, como parte do processo mais amplo de expropriações, “*assume colorações diferentes nos diferentes países e percorre várias fases em sequências diversas e*

em diferentes épocas históricas” (MARX, 1982, p. 341). Este, previa que pessoas encontradas em situação de mendicância seriam, da primeira vez, submetidas a açoitamento/encarceramento, na segunda, teriam uma orelha arrancada, em casos subsequentes de reincidência: poderiam ser tomadas como escravas por tempo determinado; marcadas à ferro e fogo, no rosto com um “V” de *Vagabond*; eliminadas/executadas como inimigas da comunidade.

A sedimentação dessa [e apenas dessa] particular [nem de longe a melhor ou única] concepção de liberdade, um dos tripés consolidados com a revolução burguesa, sequer foi/é garantia de um lugar ao sol na exploração mercantil/capitalista: “*deve ser plena!!*” - dizem eles; e para isso, deve-se subtraí-la de todo e qualquer limitador, consequentemente, de todo conteúdo, saco vazio, forma cambiante, ontonegativa, desprovida de significação concreta, preenchida apenas pela subjetividade onírica e fantasiosa da mente humana. Segundo Marx:

A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período, pois, se ele a vende inteiramente, de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria. Como pessoa, ele tem constantemente de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, assim, como sua própria mercadoria, e isso ele só pode fazer na medida em que a coloca à disposição do comprador apenas transitoriamente, oferecendo-a ao consumo por um período determinado, portanto, sem renunciar, no momento em que vende sua força de trabalho, a seus direitos de propriedade sobre ela. (MARX, 2013, p. 313)

Assim, a grande conquista atrelada aos processos de desapropriação e universalização desse princípio como *direito fundamental da pessoa humana* é a necessária e radical disponibilização da força de trabalho ao capital, aliada apenas, à potencialidade da exploração fática, isto é, à oportunidade contingente da realização efetiva da venda dessa mercadoria, sob a qual, incide a subtração de mais-valor. Ora, exatamente a não *subsunção real* de todos os desprovidos, multiplica exponencialmente o quórum de massas ultra-marginalizadas que ocuparão, gratuita e livremente, os bancos reservas das demandas de capital variável, permitindo, simultaneamente, a ampliação da capacidade dos possuidores [coação e

barganha] explorarem/expropriarem, tanto quanto, exploração/expropriação/dominação da força de trabalho daqueles efetivamente empregados.

As expropriações originárias expõem como substrato a mercadoria força de trabalho que são, a um só tempo, condição *sine qua non* desse modo social de produção da vida, quanto já um primeiro movimento de acumulação e centralização de capitais; requisito primitivo-existencial, mas também substancial e de restauração ininterrupta, que se aprofunda e expande em proporções diretas à generalização das relações sociais de tipo capitalista. Eis o solo lógico-histórico explorado em múltiplas facetas por Marx, no qual, o circuito de geração da riqueza capitalista, para transformar permanentemente dinheiro em capital, extrapola largamente o âmbito puramente “econômico” [em sentido clássico] e, longe de ter sua fonte meramente na esfera da circulação [comprar barato/vender caro], expressa particulares relações sociais que transpassam a totalidade do ser social, lastreia-se no processo produtivo, no qual, simultâneo a mediação humana na realização de bens, materiais e imateriais necessários a manutenção social da vida, proprietários extraem da força de trabalho o mais-valor e o tomam para si. Capital, portanto, é o conjunto particular de relações sociais que permite domínio e controle sobre o trabalho alheio; sua história está “*inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo*” (MARX, 1984, p. 341).

A noção de trabalhador coletivo, isto é, a “*combinação de muitos trabalhadores parciais*” (MARX, 2013, p. 526) é latente desde os primeiros capítulos do Livro 1 d’*O Capital*, já virtualmente presente em categorias como trabalho abstrato e valor. O desenvolvimento da produção global capitalista, faz com que trabalhadores desempenhem suas funções de forma integrada e, em si e independente de sua vontade, atuam de forma coletiva; já sua atuação para si é permanentemente desarranjada por este sistema e pela classe que lhe é antagônica. Grupos sociais fundamentais unificados pela posição que ocupam na produção social da vida nada mais são que o lastro concreto do qual Marx deriva a noção de classes sociais. Segundo o autor:

A regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos

capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora (MARX, 1983, p. 332).

Na fase avançada do capitalismo, a contradição capital-trabalho, longe de extinguir-se, complexifica-se e ganha novos contornos, ou melhor, manifesta-se com contornos enfraquecidos a fim de embaralhar fronteiras. Lênin rastreia as tendências do novo momento, especialmente, após a simbiose dos monopólios bancário e industrial que propiciam o aparecimento de uma oligarquia financeira. Mudanças que não poderiam se dar sem alterações consequentes e recíprocas na sua contra parte equivalente, mesmo que em suas bases, lastreada nas relações sociais de produção que lhe são próprias, continue a tratar-se da necessidade de ampliação e sofisticação da dominação e controle da força de trabalho, bem como, implodir os levantes e rebeliões contra sua crescente espoliação e exploração. Essa dinâmica também passa a ser balizada e incrementada por determinações e contradições próprias, modificam e imputam ao capitalismo novas leis de movimento, que desdobram, reconfiguram e germinam, objetiva e subjetivamente, no terreno e horizonte histórico da luta de classes, alterando o comportamento e práxis de ambas as forças em disputa.

Em contrapartida, a maior organicidade dos dominadores frente ao desafio de domar, subordinar e expropriar força de trabalho em níveis sempre e mais avassaladores, são demandadas barreiras de contenção, dentre as quais, que garantam trincheiras entre os dominados, no que são bem-sucedidos ao pinçar destacamentos, aliciar e eleger um quadro mínimo e superior com quem farão alianças temporárias⁵¹, isto é, por meio da hierarquização e formação de uma aristocracia operária⁵² que, de modo mais imediato, ante a concessão e acesso ao modo de vida pequeno burguês, se integrarão e conectarão aos valores e interesses da classe dominante mesmo que dela, jamais façam parte, contrapondo-se ao restante dos trabalhadores.

Esta camada de trabalhadores gentrificados ou "aristocracia operária", inteiramente pequeno-burguesa para o seu tipo de vida, [...] para toda a sua concepção do mundo, é o principal apoio da Segunda Internacional e,

⁵¹ A classe dominante em momentos acirrados [ou expansivos] precisa fazer concessões para se manter enquanto tal; já às camadas médias, tendem a serem constantemente proletarizadas, sobretudo em momentos de refluxo e arrefecimento das lutas.

⁵² Especialmente implementada com o Fordismo.

hoje, o principal apoio social [não militar] da burguesia. Porque são agentes reais da burguesia no seio do movimento operário, tenentes operários da classe capitalista, verdadeiros veículos do reformismo e chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia estão inevitavelmente colocados, em números consideráveis, junto à burguesia, ao lado dos "versalles" contra os "comunas". (LÊNIN, 2011, p. 115)

Funcionários do capital, classe degenerada por natureza, que sem lugar social próprio, tende a se portar de forma oscilante em meio aos conflitos emergentes no terreno da luta de classes, posto que, o suborno e migalhas leva-lhes, oportunamente, a compactuar com seus próprios algozes, atuando no sentido de recriar e não abolir⁵³ as estruturas e hierárquicas que, a propósito da própria subsunção são, ao mesmo tempo, garantia de privilégios econômico-corporativos, já que, apenas a eles é ofertado um capitalismo “que dá certo, viável”, em oposição e detrimento ao conjunto e vasta massa de trabalhadores em geral.

2.3 Imperialismo now

A essa altura, bem firmado deve estar que o trajeto teórico-prático feito por Marx, assinala, reiteradas vezes, que a riqueza social provém do trabalho, aquela atividade especificamente humana que, em intercambio incessante e necessário com a natureza, supera ela própria ao, de modo não instintivo, transformá-la a fim de suprir a existência, esta também sempre inovada e incrementada pela própria atividade social humana, adquirindo novos patamares em cada época. Dissemos anteriormente, ao analisar as formas funcionais, que o capital que inicialmente ou mais diretamente aparece como criador de novos valores é o produtivo-industrial; cabe uma errata: não apenas! Recorrentes análises sobre trabalho produtivo, encerram a questão do trabalho criador de valor, exclusivamente, na esfera fabril, deixando a parte uma teia de relações sociais que a envolve e intrinca com tantas outras. Sobre a querela, façamos brevíssimos destaques.

Marx abre a investigação sobre *O Processo de Trabalho*, considerando-o, inicial e genericamente, independente da forma socio-histórica determinada e, nesse caso, o trabalho

⁵³ Cavalo de Tróia nas organizações da classe trabalhadora. Cf.: Mencheviques.

produtivo aparece como atividade na qual desprendendo energias vivas sobre matéria in natura, resulta na transmutação material de sua forma, adaptada em objeto útil a um fim.

Mas, trabalho em geral, não dá conta do trabalho em sociedades especificamente capitalistas e, além disso, precisou debater com concepções vulgares que reduziam a relação capital-trabalho como mera troca de serviços. Figuram duas perspectivas: [1] do ponto de vista do consumo [individual/improdutivo], pouco faz o processo de produção, pagando pelo produto pronto ou pelo serviço que concretiza-se em produto, todos aparecem apenas como resultados úteis, derivado de trabalho em particular, importando-lhe apenas conseguir o melhor/mais barato e não incrementar valor; [2] do ponto de vista do modo como se produz, de novo, ao invés de ter como finalidade incrementar valor, trabalho que se presta a serviços desprendido, majoritariamente, destinando-se ao consumo, nos termos da circulação simples, portanto, improdutivo ao capital. Então, longe de significar trabalho inútil ou desnecessário, se tem como polo predominante a utilidade e a relação direta entre produtor-consumidor, não despoja-se de seu caráter particular e processa em moldes pré-capitalistas; ao contrário, caso o mesmo produtor, desempenhando a mesma atividade, faça-a agora a um capitalista [que intermedeie produtor-consumidor], este, longe de comprar serviços ou produtos de serviços, compra força de trabalho, produtiva ao capital.

A economia burguesa, em grande medida, manteve a centralidade e corroborou a noção comum de capital como sinônimo de dinheiro, extensível a quaisquer coisas ou bens que genericamente pudessem ser usados como fonte de renda por seu detentor. De um tipo particular e específico de produção que, em sua generalidade, tende a subordinar e dominar todas as outras formas e, incompreensível se descolada do conjunto das relações sociais que engendra, a ciência burguesa, através da radical separação entre econômico e político, faz do capitalismo algo de natural, isto é, [inversamente] algo que de sua generalidade trans-histórica, domina todo e qualquer particular, independente das relações - o individualismo burguês, o *homo oeconomicus* é transcendental. Desse apagamento de fronteiras, resulta que se pode universalizar ou atribuir capitalismo à múltiplas sociedades e períodos históricos, naturalizar relações sociais específicas e diluir seu antagonismo fundamental em aparências:

quaisquer pessoas que mantenham quaisquer conexões mais diretas com seus meios de sobrevivência, mesmo que pontuais, podem ser promovidas a capitalistas⁵⁴.

Entretanto, nem trabalho isolado em geral, decorrente do metabolismo homem-natureza, nem o recurso usado para contrapor às perspectivas vulgares esgota adequadamente a questão, que toma proporções outras na produção capitalista global. Vejamos, no capítulo 14 do livro I:

O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho. Desse modo, a ampliação do caráter cooperativo do próprio processo de trabalho é necessariamente acompanhada da ampliação do conceito de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas sub-funções. A definição original do trabalho produtivo citada mais acima, derivada da própria natureza da produção material, [...] já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente. (MARX, 2013, p. 706)

Ainda por outra ponta lembremos que mercadorias podem ser do “*estômago ou fantasia*”, pista de que talvez trabalho intelectual/imaterial, a depender das relações sociais nas quais se processe, possa ser produtivo, não se restringindo à trabalho material e/ou fabril, pois desde que se direcione a valorização de valor, é completamente indiferente ao capitalista a natureza da atividade concreta realizada. Marx exemplifica na sequência:

Exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. (MARX, 2013, p. 706)

⁵⁴ Coloca em um mesmo balaio o produtor/vendedor de algodão doce da pracinha e monopólios da indústria de alimentos.

De volta ao capital industrial, se das revoluções produtivas, possibilitada inicialmente por máquinas a vapor, posteriormente, à combustão, confluíram em expropriações e realocação de enormes massas despossuídas do campo [produção rural] às cidades [centros industriais]; se nas revoluções subsequentes, mais que produção mecanizada, isto é, humanos como extensão do maquinário, observa-se também a automação industrial, em que o paradigma da vez é a substituição de humanos, tem-se novamente, a expropriação e realocação de parte dos trabalhadores, agora, aos setores administrativos [circulação, comércio, serviços]. De modo forçado, mas ainda assim, talvez procedente, em último caso, a subsunção formal, à expropriação de contrato de trabalho e/ou direitos trabalhistas, que empurra massas inteiras à informalidade, no mínimo, tem como resultado à produção, contraditoriamente sempre necessária e nunca insuficiente⁵⁵, da mercadoria força de trabalho, aquela mesma, que detém a “*substância criadora de valor*” (MARX, 2013, p. 786), sem a qual não há produtividade capitalista. Diga-se tudo isso, não para afirmar qualquer coisa no sentido de que toda e qualquer atividade seja necessariamente produtiva, posto que não é, mas, contrastar leituras que extraem mecanicamente do capital produtivo/industrial a determinação única de trabalho produtivo, isto é, que criam valor.

Lênin, sustentando-se em ampla base de dados, indicava já no primeiro capítulo da obra *Imperialismo* as enormes magnitudes que adquirem as concentrações na época moderna e a preponderância dos monopólios, na sequência, todo um capítulo dedicado ao novo papel dos bancos. Na contramão de tudo que, baseando-nos na tradição marxista, viemos constatando até aqui, em especial, sobre as expropriações contínuas e monopólios, movimentações paradoxais aparecem no front: a livre iniciativa parece nunca ter sido tão estimulada; também mostra-se desejável que se adquira meios próprios de trabalho, inclusive, no que concerne ao papel dos bancos, há uma série de linhas de crédito especiais que

⁵⁵ Quando causar desequilíbrios que representem riscos ao capital, em todo caso, a solução fascista está sempre ao alcance da mão. Numa perspectiva neo-brechtiana-degenerada consideramos mais adequado ilustrá-lo poeticamente como cão sempre de p** d*** [falo ereto - por motivos de decoro acadêmico]. Vale lembrar que o Fordismo também foi, por outras vias, uma resposta coercitiva a recomposição da hegemonia do capital.

financiam e fomentam. Será o pós-capitalismo/pós-imperialismo e o fim do trabalho?⁵⁶ A teoria marxiana, re-la-tiva-men-te válida outrora, terá se esgotado completamente e, obsoleta, ficará apenas como literatura que se encerra nos confins de tempos passados?

Retomemos algumas instanciação evocadas a partir do sistema crédito-juros, com as quais, os tentáculos do imperialismo e capital-imperialismo⁵⁷ ampliam-se de sobremaneira, alcançando inúmeras atividades que antes, subsistiam em paralelo à produção capitalista e, inclusive, correm muito aquém da escala monopólica. A autonomização do capital portador de juros em relação a outras formas, permitiu que se desse start a apropriação privada de novos valores descentrados da grande indústria pois, instantaneamente, converte quaisquer que lhe tomem de empréstimo, sejam montantes consideráveis ou não, em operadores funcionais e subordinados a manutenção do capital, que recriam incessantemente capitalismo⁵⁸. Assim, Marx explicita a circulação do capital-dinheiro quando parametrado por relações tipicamente capitalistas:

O dinheiro [como expressão do valor das mercadorias em geral] só se apropria da mais-valia no processo de produção - não importa a denominação que ela tome ou as partes em que se divida - porque já se pressupõe que é capital antes do processo de produção. No processo, mantém-se, produz e reproduz-se como capital e em escala sempre ampliada. Mas já antes do processo de produção - dado o modo de produção capitalista e suposto que o trabalho se efetue na sua base e dentro das relações sociais que lhe correspondem, sem se tratar portanto do processo de formação do capital - o dinheiro existe como capital em si, de acordo com a própria natureza que só se realiza no processo e, em suma, só adquire sua realidade no próprio processo. Se nele não entrasse como capital, dele não sairia como capital, isto é, como dinheiro que gera lucro, como valor que se acresce, como valor que engendra mais-valia. (MARX, 1985, p. 1514)

⁵⁶ Gramsci: “Muda-se tudo, para que tudo continue como está!”

⁵⁷ Visando alcançar com rigor as tendências de movimento do complexo fenômeno que permanentemente depura, acopla e renderiza em seu âmago novas determinações, Virginia Fontes cunha o termo capital-imperialismo que tem o mérito de garantir centralidade as relevantes e ainda fundamentais contribuições de Marx e Lenin. Além disso, enriquece e incorpora outros elementos, essenciais a análise das reconfigurações, aprimoramentos e proporções que a dominação/exploração assume do pós Segunda Guerra a contemporaneidade; dentre eles, em especial, as valiosas contribuições de Gramsci.

⁵⁸ Cf. no capítulo 3, menções tanto de Lênin quanto de Guevara, sobre a temática de restauração do capitalismo.

Gera impactos ainda mais profundos e totais [nem por isso homogêneos] na medida em que, além de atender gigantes corporações e retro-alimentar diversos segmentos industriais, amplia enormemente sua rede de influência e dominação ao alcançar em cascata níveis inferiores dessa cadeia. Não só a pequena indústria que rotaciona valor em magnitudes que não representa ameaça aos grandes monopólios internacionais e, podem ser facilmente tomadas a qualquer momento. Mas, especialmente, quando massificado captura e recoloca no jogo aqueles já amplamente expropriados⁵⁹, detendo pouquíssimo⁶⁰ ou nada além de sua força de trabalho, sequer tem o que ser tirado e, movidos pela mais plena necessidade, via benesses do mundo moderno, são empurrados a instituições de empréstimo que os encerra em vínculos ainda mais perversos de exploração e dependência. Ao mesmo tempo em que religa pontos ao circuito, aparentemente por meio de micro expropriações individuais insignificantes, operando-as em escala global, abarcam extensas massas, exércitos descentralizados que, a partir dessa invertida, ainda que despossuídos, passam a contratantes de certas modalidades do sistema financeiro. Sem emprego, exercendo atividades diversas, consequentemente, sem direitos e sem representação laboral unificada, mas com enésimos deveres e responsabilidades escandalosamente desiguais para com a outra parte, assumem então todos os riscos quanto à produção e extração de mais valor, seja apenas de si e/ou de si e de míseros outros.

Cabe pontuar que a análise que fazemos consiste em algo qualitativamente distinto daquela feita pela economia vulgar. Fundamental não é se alguém, individualmente, passa a deter diretamente recursos, se adquire trabalho morto para realizar atividade, mediante o que deverá ser continuamente reconvertida em novos recursos, etc., mas quando, só fragilmente os obtém via adiantamentos de instituições financeiras; não é sequer sobre produzir valores de uso para si e para outros ou que se gere renda, mas que todo ele funciona sob comando do capital. Sem mais ter diretamente que gerir nenhuma das forças em combinação, mesmo quantuns destinados a reprodução do trabalho vivo, dada a ocasião, podem ser capturados,

⁵⁹ A exemplo: destruição de direitos e serviços sociais, não raro, para pagar a interminável dívida pública, que diversas vezes se aprofunda, ao explicitamente e sem nenhum pudor 'salvar' grandes capitais.

⁶⁰ Irrisórios quantuns de trabalho morto, conjunto de mercadorias recorrentemente de uso doméstico, etc.

recuperados como excedente que misticamente retorna a fonte e, talvez somente a ela, como D'.

De um lado, instituições concentradoras e detentoras de colossais montantes de capital-dinheiro, nessa relação, como mero prestamista, ao se imiscuir e circunscrever esferas que antes pudera ser individual, se pulveriza socialmente adentrando “*nervos, cérebros e mentes*”, fomenta entre os expropriados relações concorrenciais que, tomam *para si* funções sociais de seus algozes. De outro, produtores/empreendedores diretos⁶¹, totalmente dependentes dessa antecipação de capital para munir-se das condições de exercer atividades que, consistindo meios de subsistência ou renda, deverá ser devolvido com incremento a origem; esta, portanto, dispõe de trabalho alheio. Logo, a oposição que se recoloca é entre possuidores e despossuídos, ainda que o empregador se torne dispensável ou subverta sua função⁶², continua a ser sobre capital-trabalho. Marx prossegue:

O capital é não só resultado, mas também pressuposto da produção capitalista. Por isso, dinheiro e mercadorias são em si capital latente, capital potencial; todas as mercadorias desde que conversíveis em dinheiro, e dinheiro desde que conversível nas mercadorias que constituem os elementos do processo capitalista de produção. O dinheiro, portanto - como expressão pura das mercadorias e das condições de trabalho - é em si, como capital, precondition da produção capitalista. Que é o capital considerado não como resultado, mas como pressuposto do Processo? Que é que o torna capital antes de entrar no processo, de modo que este desenvolve apenas o caráter imanente dele? A determinação social em que existe. A circunstância de opor-se ao trabalho vivo o trabalho pretérito; à atividade, o produto; ao ser humano, a coisa; ao trabalho, suas próprias condições materiais como personificações, sujeitos estranhos, autônomos, auto-suficientes, em suma, como propriedade alheia e nessa forma "empregadores e comandantes" do próprio trabalho de que se apropriam, em vez do trabalho se apropriar deles. (MARX, 1985, p. 1515)

Sem gerar abalos sísmicos preocupantes, trabalhadores podem deter “controle direto” de determinados processos e áreas não-estratégicas da produção que, entretanto, sem alterar o conjunto das relações sociais, ao invés de significar sua emancipação, concretiza-se como

⁶¹ E, também, ao Estado.

⁶² O que, nessa relação, jamais significará menores controles, subsunção da força de trabalho ou exploração.

auto-gestão da própria exploração⁶³, modo sádico em que são transformados em capatazes de si; às ordens do capital. Coerção e controle [embebedas de consenso] constituem um sistema de coordenadas, estruturais e estruturantes, transferíveis por vínculos invisíveis, sempre presente-ausente, em ato⁶⁴ e potência, expressam-se esvaziadas de agente, como forças autônomas. Ora, aparências são tão reais quanto as essências⁶⁵, faces da natureza dúplice daquilo que é, e, com as devidas mediações, a função manifesta encontra seu lastro determinante: nessa ordem de coisas, substantivo é o capital!

O processo de autonomização do capital-dinheiro, dada sua consolidação institucional, inicia seu processo de pulverização em todo o tecido social que, agigantado em proporções ainda mais extravagantes e internacionais, mediante fusões que resultam na hegemonia do que Lênin chamou de capital financeiro, irá manifestar-se mesmo nas relações mais prosaicas de modo, entretanto, que não apenas se produz dinheiro (D'), mas também e principalmente, as relações que permitem a concentração privada dos recursos sociais de produção e reprodução da vida humana.

⁶³ Não só, vide a enorme população carcerária mundial.

⁶⁴ Há maior violência que não ter o mínimo acesso aos meios para existir? A liberdade abstrata/simbólica é nada mais que um modo perverso de negar e impedir a igualdade concreta e ocultar o sistema de dominação/exploração que lhe atravanca.

⁶⁵ E, inclusive ambas podem adquirir força material, o que não significa que sejam idênticas. Diferenciam-se, pelo grau de abrangência e adequação à totalidade do real.

3 EXPERIÊNCIAS UNDERGROUNDS DA CLASSE TRABALHADORA

Percebendo que a reestruturação de capitais sinalizava mudanças na dinâmica geral de movimento do capitalismo e exigiria refinamento analítico para capturar adequadamente seus nexos, determinações e desvendar as especificidades que adquiria, como vimos, Lênin dedicou profundos estudos à questão imperialista. Era preciso apreendê-la e desvendá-la com exatidão para que os subalternos, de seu país e de outros, pudessem explorar suas contradições e usá-las a seu favor. Leitura essa que deu o tom de inúmeras concepções tático-estratégicas e práxis do partido bolchevique, convertendo-se em importantes vitórias aos trabalhadores soviéticos, que a partir de seu fortalecimento particular/local, puderam alterar equilíbrios amplos que reverberaram em todo o mundo. Mesmo envolto por sociedades de relações pré-capitalistas, desde os primórdios, a expansão capitalista já se realizava subordinando, transformando e reconfigurando outras formações sociais. Além disso, no imperialismo, pôde, com maior vigor, influir contra-revolucionariamente na dinâmica das classes em termos planetário.

O imperialismo e sua equivalente política internacional, passa a ter como paradigma a exportação de capitais, constatada por sua gigantesca ampliação, internacionalização e circulação não mais restrita a fronteiras ou limites territoriais e geográficos dos Estados-nações, tendendo a colocar-se em choque contra as tentativas de autogestão dos povos que compõem o elo fraco do sistema. Sua fluidez e, claro, belicismo, deve permitir que se pulverize por todos os cantos do globo levando consigo, contraditoriamente, para além das quantias monetárias⁶⁶, a integração desses países em um laço cruel de dependência e dominação. Assim, circunscrita pelas determinações impostas na fase imperialista, além da revolução russa está também a revolução cubana, ambas as quais, examinaremos neste capítulo alguns aspectos.

⁶⁶ Não se converte em riqueza para a população local, mas em endividamento, empobrecimento e perda de autonomia.

3.1 Revolução Russa: as relações dialéticas entre estratégia e tática

Frente a vasta e densa obra de Vladimir Lênin, pretendemos investigar a temática da estratégia revolucionária e, para isso, delimitamos como escopo desta pesquisa, em especial, o epílogo do livro *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (1961) e a obra *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* (1920) que nos servirão de fio condutor. Segundo o próprio autor, “a finalidade desse folheto é analisar a experiência russa em relação a algumas questões atuais da tática comunista internacional” (LÊNIN, 1920).

Façamos uma breve retomada do contexto histórico da Rússia naquele período, a fim de compreender melhor as especificidades conjunturais e situar com maior precisão as análises de Lênin.

Com um passado de mais de 300 anos sob o sistema czarista, atrelado ao modo de vida feudal, é apenas em 1861 que a Rússia aldeã, com organização econômica e desenvolvimento de forças produtivas atrasado em relação a outros países da Europa Ocidental, que a essa altura já passavam pela segunda revolução industrial, tem a servidão abolida, pretendendo evitar que os descontentamentos sociais convergissem para um levante contra o absolutismo. Essa medida liberou da terra uma considerável parcela de trabalhadores rurais, os quais passaram a ser mão-de-obra disponível para a industrialização pontual que começaria a ocorrer apenas no final da segunda metade do século XIX, via capital estrangeiro, devido às enormes vantagens em explorar recursos humanos e naturais, extremamente lucrativos aos investidores ingleses e franceses. A partir desse conjunto de reformas com vistas à modernização, promovidas no âmbito do império czarista, essa sociedade ainda predominantemente agrária passa, na virada para o sec. XX, a ser composta majoritariamente pelo campesinato, mas também por uma pequena burguesia industrial e proletariado; estes últimos uma minoria, concentrada em áreas específicas do território russo.

A derrota da Rússia na guerra contra o Japão (1905), bem como, a industrialização rápida e concentrada com ausência de legislação trabalhista contra a exploração do capital estrangeiro, que agravava as condições de vida do operariado russo, muda os equilíbrios e

aumenta as tensões e desgastes entre o poder do czar e outros atores sociais, ocorrendo inúmeras revoltas e deflagrações de greves pois, se por um lado, operários e soldados se mobilizaram em prol de reivindicações populares; de outro, parte oposicionista da burguesia também insatisfeita com a velha ordem, que refreava e impedia seu pleno desenvolvimento, reclama liberdades básicas e reformas políticas, a fim de regular o poder do czar. Nesse contexto de fragilidade do czarismo e, simultaneamente, de forte repressão, aprimorando os esboços da forma de organização [autogestão] ocorrida durante a Comuna de Paris, temos a criação dos Sovietes⁶⁷ ou Conselhos Operários, agremiações políticas de discussão sobre os problemas da Rússia, composta, inicialmente, por revolucionários, trabalhadores do campo e da cidade, democratas, liberais, enfim, todos aqueles contrários ao czarismo.

Diante das possibilidades que se abriam à Rússia, a depender da classe que assumisse o controle social, posições diversas e antagônicas entram em uma disputa que se insere nos grandes debates teóricos e querelas do marxismo posto que Marx havia apontado a tendência de que a revolução ocorresse nos centros mais avançados e desenvolvidos do capitalismo, nos quais, o proletariado industrial fosse também suficientemente volumoso e crescente.

Os mencheviques analisavam que a partir da derrubada do czar só se poderia produzir uma revolução burguesa e que, apenas esta poderia superar completamente o ancien regime e levar a cabo o desenvolvimento de forças produtivas modernas; ou seja, apenas com o capitalismo se colocaria em questão a luta de classes na perspectiva do proletariado. Isto nada mais é do que a expressão de uma compreensão em nada materialista-histórica, que supõe que todas as sociedades devem passar por determinadas etapas obrigatórias de desenvolvimento, sem as quais não se poderia alcançar o tão esperado momento no qual os trabalhadores - ou os dominados, finalmente - estariam fadados a realizar sua revolução. Enquanto os relógios históricos não badalam a hora dos oprimidos encontrarem-se com seu destino, melhor que esperem, em silêncio, nos bastidores!

⁶⁷ Termo comumente usado para referir-se à experiência russa de trabalhadores governando a si mesmos, sem patrões.

Expressa-se também na tática menchevique que, enxergando na burguesia, a classe que teria a função histórica não apenas de desenvolver as forças produtivas, então escassas naquele país, como também e, conseqüentemente, seria quem fomentaria o surgimento de sua classe antagônica, o proletariado, não ocasionalmente, suas propostas indicavam que o novo governo contemplasse e incluísse as demandas liberais e tivesse a burguesia como aliada.

A posição de Lênin, que deu o tom da proposta bolchevique, diferenciava-se por constatar que sendo também a burguesia nacional escassa e pouco desenvolvida, a revolução - e a geração de novas forças produtivas, bem como, do proletariado - poderia ser desde já, protagonizada por outros grupos sociais, que não a burguesia. Além disso, não se limitou a uma análise mecânica e progressiva da história e das sociedades, considerando acertadamente, que a constituição do sujeito revolucionário não é resultado necessário e automático do impulso das forças produtivas; que são necessárias condições objetivas, mas que as condições subjetivas devem ser germinadas e, em determinados contextos, podem funcionar como uma faísca que acelera determinados processos, mesmo que haja elementos ausentes ou não completamente desenvolvidos.

A derrubada do absolutismo, em fevereiro de 1917, deu lugar a um Governo Provisório que não atendeu às principais reivindicações populares, pois seus principais membros eram ligados aos latifundiários e à burguesia, não havendo interesse em distribuir terras. Por algum tempo, os Soviets, órgãos dos operários, soldados e camponeses, funcionou como um duplo-poder, em oposição ao Governo Provisório, órgão dos capitalistas e latifundiários; até que Lênin e os bolcheviques, passam a defender o fim do Governo Provisório com a palavra de ordem: “*Todo poder aos soviets!*”.

A obra *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* foi escrita poucos anos depois da atuação dos bolcheviques na tomada do poder na URSS e da Terceira Internacional Comunista, da qual Lênin de forma crítica, posicionou-se a favor do marxismo revolucionário, contra o oportunismo, revisionismo, táticas conservadoras e irreais enrustidas-simuladas no campo da esquerda, especialmente por mencheviques e anarquistas, maquiadas como altamente radicais e comprometidas com os interesses da classe trabalhadora.

Nessa obra, coloca em debate tendências interpretativas do marxismo nas Internacionais, especialmente contra as teses de seus principais interlocutores na Rússia e na Alemanha, respectivamente Plekhanov e Kautsky, e dos desdobramentos disso nas linhas de ação dos diversos grupos que atuaram no campo da esquerda. Ao longo dos capítulos as armadilhas contidas nas diversas teses e propostas desses grupos são desmanteladas e postas ao chão, uma por uma, por uma... até que ao fim conseguimos ter um panorama dos retrocessos escondidos em propostas aparentemente radicais, mas em realidade de caráter reacionário e, probabilisticamente ineficazes, por desconsiderar o elemento da correlação de forças, que Gramsci posteriormente explicitará, e que Lênin, como bom estrategista, já estava bastante atento.

No recorte proposto, faremos um apanhado geral da obra destacando aspectos táticos através do tratamento que Lênin dá à questões práticas em que se debruça, nos quais se delineiam o conceito-título da obra.

3.1.1 Desafios do real: tática de mãos dadas com a estratégia

Sobre a atuação dos revolucionários nos sindicatos e parlamentos reacionários temos a crítica da teoria da não-participação apontada como taticamente equivocada, imprudente e apolítica pois, no que se refere aos sindicatos, uma das diversas consequências da implementação dessa negativa absoluta, e da renúncia de toda e qualquer atuação nestes espaços é a retirada e, portanto, afastamento dos revolucionários do necessário trabalho de formação conjunta das [e com as] massas que utilizam precisamente essas instituições; ao contrário, deve-se buscar “*convencer os elementos atrasados, saber atuar entre eles, e não [em] isolar-se deles através de palavras de ordem tiradas subjetivamente de nossa cabeça*” (LÊNIN, 1920). Chama a atenção para a aproximação necessária entre sindicato e partido revolucionário, entre as categorias profissionais e a classe.

Os sindicatos representaram um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, visto que significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe. [...] O desenvolvimento do proletariado, porém, não se realizou, nem podia realizar-se, em nenhum país de outra

maneira senão por intermédio dos sindicatos e por sua ação conjunta com o partido da classe operária. [...] o partido deve dedicar-se mais [...] para educar os sindicatos, dirigi-los, sem esquecer, ao mesmo tempo, que estes são e serão durante muito tempo uma "escola de comunismo" necessária, uma escola preparatória dos proletários para a realização de sua ditadura. (LÊNIN, 1920)

Baseados nas corporações de ofícios, em suas origens, os sindicatos foram forjados pelos próprios operários, a fim de possibilitar o enfrentamento e a resistência coletiva, visando evitar pressões, assédios e contraofensivas individuais por parte dos empregadores. E, mesmo específico às categorias profissionais, os sindicatos não deixam de ser um espaço que traz, ainda que de forma embrionária, a latência das organizações de classe, já que potencialmente permite uma experimentação primária da associação indispensável entre trabalhadores, proporcionando a organização, elaboração de reivindicações e unificação das frentes de luta por direitos, sendo um importante instrumento de defesa, ainda que limitado. Afirmar Lênin:

Sustentamos a luta contra os chefes oportunistas e social-chauvinistas para ganhar a classe operária. Seria tolice esquecer esta verdade mais que elementar e evidente. E é essa, precisamente, a tolice cometida pelos comunistas alemães "de esquerda", que deduzem do caráter reacionário e contra-revolucionário dos chefes dos sindicatos que é necessário... sair dos sindicatos!., renunciar ao trabalho neles!., criar formas de organização operária novas, inventadas!! Uma estupidez tão imperdoável, que equivale ao melhor serviço que os comunistas podem prestar à burguesia [...]. Não atuar dentro dos sindicatos reacionários significa abandonar as massas operárias insuficientemente desenvolvidas ou atrasadas à influência dos líderes reacionários, dos agentes da burguesia, dos operários aristocratas ou operários aburguesados". (LÊNIN, 1920)

Entretanto, sem compreendê-los como instância revolucionária em si pois, enquanto entidades de categorias específicas, são um meio através do qual se fazem disputas legais a partir das dimensões concretas do trabalho. Isto é, abrangem as normas, condições, habilidades e instrumentos próprios de cada ofício, mas, no geral, não conseguem abarcar a necessária densidade do trabalho abstrato que apenas a classe trabalhadora, em sua máxima amplitude é capaz de sintetizar, formular e concretizar através da criação efetiva de laços de colaboração e solidariedade entre trabalhadores de múltiplos ofícios, em todos os cantos do planeta. O domínio próprio que favorece a criação desses vínculos entre as mais diversas áreas em que atuam os trabalhadores - seja na produção, circulação ou prestação de serviços - são

os partidos políticos, aos quais é indispensável atingir e atuar nas bases. Na *Resolução do CC do PC(b) da Rússia*, item *Sobre o Papel e as Tarefas dos Sindicatos nas Condições da Nova Política Econômica* (1961), Lênin escreve:

Do mesmo modo que a melhor fábrica, com um magnífico motor e com máquinas de primeira categoria, não funcionará se o mecanismo de transmissão que vai do motor até as máquinas estiver avariado, também será inevitável a catástrofe de nossa construção socialista se o mecanismo de transmissão do Partido Comunista para as massas, os sindicatos, não estiver construído de maneira justa ou trabalhar com falhas. Não basta recordar, esclarecer e comprovar esta verdade, é preciso fixá-la organicamente em toda a estruturação dos sindicatos e em seu trabalho diário. (LÊNIN, 1961)

A organização das lutas por demandas salariais, melhores condições de trabalho, duração da jornada, etc., são fundamentais sendo impossível abster-se delas enquanto houver capitalismo, mas estas reformas permitem, quando muito, tão-somente refrear ou atenuar os efeitos da exploração, não alcançando suas causas. No epílogo do livro *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (1905), contexto em que as batalhas contra as velhas forças feudais ainda estavam sendo travadas, Lênin destaca que os ideólogos burgueses, tendo clareza das insuficiências dos sindicatos e de seus instrumentos, nos modelos de um presente grego, poderão inclusive exaltá-lo:

Os intelectuais burgueses sabem perfeitamente que não poderão desfazer-se do movimento operário. Por isso, não intervêm de modo algum [...] contra a luta de classe do proletariado; não; inclusive fazem toda sorte de reverências ante a liberdade de greve, ante a luta de classes civilizada. Com outras palavras, estão absolutamente dispostos a “conceder” aos operários a liberdade de greve e de associação, contanto que os operários renunciem ao “espírito de revolta”, ao “revolucionarismo estreito”, à hostilidade para com os “compromissos úteis na prática”, à pretensão e ao desejo de imprimir “à revolução popular russa” o selo de sua luta de classes, o selo da consequência proletária, da decisão proletária. (LÊNIN, 1961)

Não-obstante, os sindicatos e seus instrumentos, tais como as greves, representam apenas uma dentre outras formas de organização e de luta, funcional no âmbito dos limites econômico-corporativos da sociedade de classes, para conquista de direitos, sendo, entretanto, insuficiente para romper com esse sistema. Em *Esquerdismo*, afirma:

Todo proletário conhece greves, conhece ‘compromissos’ com os odiados opressores e exploradores, depois dos quais os operários tiveram de voltar ao trabalho sem haver conseguido nada ou contentando-se com a satisfação parcial de suas reivindicações. (LÊNIN, 1920)

Para uma mudança radical da sociedade, é preciso um projeto que, sem abdicar das reformas, também não se encerre meramente nelas, pois mais do que apenas mediar ou conciliar as contradições entre capital e trabalho, deve sinalizar um horizonte de utopia, pautar o inegociável, isto é, a completa liquidação das relações sociais burguesas. O salto qualitativo-significativo que se opera das organizações sindicais aos partidos políticos, é exatamente que aos últimos, se coloca de forma mais proeminente a necessidade de superar o domínio da imediatividade e deixar de restringir seus fins a limites estreitos, adquirindo consciência de sua tarefa histórica que consiste na supressão do sistema assalariado de trabalho e na emancipação de bilhões de trabalhadores em todo o mundo. Mas a classe dominante, para se manter dominante, lançará mão de todos os artifícios possíveis para deslocar e minar a organização dos trabalhadores como sujeito histórico:

Nossa revolução é uma revolução popular, diz a burguesia ao proletariado. Por isso, tu, como classe especial, deves limitar-te a tua luta de classe; deves, em nome do “bom-senso”, centralizar a tua atenção principal nos sindicatos e em sua legalização; deves considerar precisamente esses sindicatos “como o ponto de partida mais importante para a tua educação política e para a tua organização” [...]; deves tratar com solicitude as resoluções “mais favoráveis aos liberais”; deves preferir aqueles dirigentes que têm a tendência a converter-se em “dirigentes práticos do movimento político real da classe operária”. (LÊNIN, 1961)

Assim, a burguesia falseia ao seu modo, uma versão própria de democracia ao podar a independência do movimento proletário e encurtá-la ao terreno sindical, atrelando a si, as fronteiras de luta, subvertendo a questão de classe e transportando-a para a esfera meramente reformista. Distorce e distancia os trabalhadores das raízes dos conflitos que apenas se manifestam como questões salariais e de condições de trabalho, abafando, exatamente, os aspectos que poderiam levar a superação da sociedade de classes, isto é, sua dimensão revolucionária. No caminho contrário, Lênin afirmará que a tarefa do proletariado na social-democracia será desenvolver a luta de classes e tornar-se dirigente de sua revolução na qual

construirá e implementará sua própria democracia, em detrimento da “democracia” dos proprietários [ou à ditadura burguesa] propagada como universal:

Nossa revolução é uma revolução popular, diz a social-democracia ao proletariado. Por isso, sendo a classe mais avançada e a única revolucionária até às últimas consequências, debes aspirar não só a participar da revolução da maneira mais enérgica, como a desempenhar um papel dirigente. Por isso, não debes restringir-te aos limites da luta de classes puramente, sobretudo ao aspecto do movimento sindical, mas, pelo contrário, tratar de ampliar os limites e o conteúdo de tua luta de classe até abranger nestes limites não só todas as tarefas da atual revolução democrático-popular russa, como também as tarefas da revolução socialista que há- de segui-la. Por isso, sem fazer caso omissso do movimento sindical, sem deixar de aproveitar o menor resquício de legalidade, debes, na época da revolução, colocar em primeiro plano as tarefas da insurreição armada, da formação de um exército revolucionário e de um governo revolucionário, como únicos caminhos para a vitória completa do povo sobre o tzarismo, para a conquista da República democrática e da verdadeira liberdade política. (LÊNIN, 1961)

Historicamente, é das organizações classistas que surge a exigência de generalizar suas ações, mas antevendo a utopia que emana do concreto, apenas uma das classes pode ter seus interesses universalizados, ao passo que os sindicatos, ao defender interesses próprios, particulares às categorias profissionais, tendem a manter sua esfera de atuação circunscrita a limites econômico-corporativos bastante claros, sem conseguir transcender [para além das demandas instantâneas, urgentes, econômicas] e direcionar seus esforços para a construção de uma sociedade emancipada. Em contraponto às profundas aspirações que se encobrem nas distorções dos intelectuais burgueses que Lênin elucida em tom jocoso, observemos na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844), a explanação de Marx sobre o protagonismo do proletariado enquanto o único sujeito histórico genérico capaz de realizar a emancipação humana. Afirma:

Onde existe então, na Alemanha, a possibilidade positiva da emancipação? Eis a nossa resposta: na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; [...] por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade, [...] portanto, só

pode redimir-se a si mesma por uma redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado. (MARX, 2010, p. 156)

Não-obstante, quaisquer instituições da sociedade civil⁶⁸, inclusive os sindicatos, a mídia, etc., podem, momentânea ou prolongadamente, transcender estes limites ao atuar de forma ampliada, mas somente se funcionarem como centros organizadores de uma classe, que mesmo não-homogênea, havendo multiplicidade e/ou conflitos de interesses entre os grupos que a compõe, em momentos drásticos, consegue suspender provisoriamente essas diferenças, alinhar suas demandas políticas e ab-extrair unidade concreta para as disputas hegemônicas. Do mesmo modo, partidos, que deveriam tentar formular, através de suas diretrizes e ações, as aspirações de toda uma classe, podem manter seus esforços restritos à legalidade burguesa [que necessita constantemente extrapolar as fronteiras por ela própria criadas para garantir sua sobrevivência cada vez mais antitética à produção da vida⁶⁹], limitando-se ao reformismo e conciliação de classe, que atende a determinados interesses, mas que deixa a desejar a ambas as classes, em suas expressões mais radicais, sejam elas fascismo ou revolução. Segundo Lênin:

A história em geral, e a das revoluções em particular, é sempre mais rica de conteúdo, mais variada de formas e aspectos, mais viva e mais "astuta" do que imaginam os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas. E isso é compreensível, pois as melhores vanguardas exprimem a consciência, a vontade, a paixão e a imaginação de dezenas de milhares de homens acicatados pela mais aguda luta de momentos de exaltação e tensão especiais de todas as faculdades humanas, pela consciência, a vontade, a paixão e a imaginação de dezenas

⁶⁸ Essas instituições, comumente, se auto-define como 'terceiro setor'; Gramsci as chamará de 'sociedade civil'.

⁶⁹ Salto "qualitativo" que ocorre do capitalismo concorrencial a fase imperialista [ou em decomposição]: a tão proclamada "liberdade comercial" gera precisamente sua antítese, o monopólio [assim como a medicalização não produz saúde; a militarização não produz segurança; o direito não produz justiça; nada é por seu valor de uso, apenas mercadorias vendáveis]; e os grupos que pioneiramente perceberam que a própria ordem burguesa estabelecia limites à acumulação desenfreada de capital e, portanto, a necessidade de transpô-los, foram responsáveis não apenas pela amplificação de seus domínios, agora em esfera global, como pela quebra ou proletarização, de uma infinidade de capitalistas que se detinham a esses limites. Ex.: mesmo o Estado e a legalidade servindo a gestão da ordem burguesa, apenas em sua manifestação aparente ou em momentos de "paz social", ela significa algum impedimento prático aos interesses do Capital; essencialmente, este se regula por regras próprias e, não deve se limitar a fronteiras nacionais, culturais, legais ou de qualquer outra ordem, consiste fundamentalmente em sugar toda a energia humana, imaginável e inimaginável, através da produção de valor, em detrimento da própria produção e reprodução da vida humana.

de milhões de homens, enquanto que a revolução é feita, em classes.
(LÊNIN, 1920)

A partir das experiências das revoluções, Lênin, aponta a necessidade de se valer tanto da ação coordenada das massas quanto da utilização dos sindicatos e “*parlamentos reacionários para fins revolucionários*” (LÊNIN, 1920), bem como, de se combinar o trabalho legal e o ilegal. Novamente, pela via da inadmissibilidade absoluta, os esquerdistas argumentam que o parlamentarismo caducou histórica e politicamente e, dessa forma, tomam por realidade suas aspirações esquecendo de avaliar concretamente se as massas estão de fato prontas para a abolição das instituições burguesas. Então, afirma:

Para os comunistas da Alemanha o parlamentarismo “caducou politicamente”; mas, trata-se exatamente de não julgar que o caduco para nós tenha caducado para a classe, para a massa. Mais uma vez, constatamos que os “esquerdistas” não sabem raciocinar, não sabem conduzir-se como o partido da classe, como o partido das massas. Vosso dever consiste em não descer ao nível das massas, ao nível dos setores atrasados da classe. Ao mesmo tempo, porém, deveis observar com serenidade o estado real de consciência e de preparo de toda a classe [e não apenas de sua vanguarda comunista], de toda a massa trabalhadora [e não apenas de seus elementos avançados]. (LÊNIN, 1920)

O ponto central de sua crítica é que a superação dessas formas de organização ainda não se concretizaram objetivamente, o que nos obriga a permanecer na disputa até que elas se tornem de fato ultrapassadas; mesmo obsoleto, o capitalismo é ainda uma realidade através da qual é preciso atuar para que deixe de ser, pouco abalo lhe causando ao ignorarmos suas instituições que continuarão garantindo sua manutenção ainda que caduca. O moribundo pode ter sobrevida incalculada a despeito de todas as expectativas, pois expectativas do tipo meramente emocionais e subjetivas, sem lastro com elementos objetivos, são muito pouco relevantes: “*Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo*” (MARX, 2007, p. 539); é necessário que o conjunto da sociedade de fato o perceba e atue coletivamente na construção do novo. Lênin afirma:

Os comunistas, os partidários da III Internacional existem em todos os países exatamente para transformar em toda linha, em todos os aspectos da vida, o antigo trabalho socialista, trade-unionista, sindicalista e parlamentar num trabalho novo, comunista [...]. Os comunistas da Europa Ocidental e da América devem aprender a criar um

parlamentarismo novo, incomum, não oportunista, sem arrivismo. É necessário [...] que os verdadeiros proletários, com a ajuda da gente pobre, inorganizada e completamente oprimida, [...] percorram as casas dos operários, as palhoças dos proletários do campo e dos camponeses que vivem nas aldeias longínquas, entrem nas tabernas frequentadas pelas pessoas mais simples, introduzam-se nas associações, sociedades e reuniões fortuitas das pessoas pobres; [...] despertem em toda parte o pensamento, arrastem a massa, tomem a palavra da burguesia, utilizem o aparelho por ela criado, as eleições por ela convocadas. (LÊNIN, 1920)

Assim, conclui que forjar uma fração de comunistas nos terrenos da arena de luta parlamentar burguesa é tarefa tática fundamental daqueles que almejam uma sociedade nova e do partido revolucionário que, entretanto, não devem participar do processo eleitoral apenas para legitimá-lo, mas, para garantir representantes trabalhistas que demonstrarão cotidianamente às massas mais atrasadas o caráter conservador e anti-popular dos partidos burgueses e que lutarão arduamente por sua causa. Então:

A participação nas eleições parlamentares e na luta através da tribuna parlamentar são obrigatórias para o partido do proletariado revolucionário, precisamente para educar os setores atrasados de sua classe, precisamente para despertar e instruir a massa aldeã inculta, oprimida e ignorante. Enquanto não tenhais força para dissolver o parlamento burguês e qualquer outra organização reacionária, vossa obrigação é atuar no seio dessas instituições, precisamente porque ainda há nelas operários embrutecidos pelo clero e pela vida nos rincões mais afastados do campo. (LÊNIN, 1920)

Dentre as diversas e inimagináveis tarefas que emanarão do real para que se concretize a criação do novo, uma com importância central, e como já demonstrado em experiências passadas, persiste e continuará necessária mesmo após a abolição das classes, “*consiste em instruir, ilustrar, educar, atrair para uma vida nova as camadas e as massas mais atrasadas da classe operária e do campesinato*” (LÊNIN, 1920). Entretanto, as propostas mencheviques apontavam para o contrário disso, o que é duramente criticado por Lênin:

Imaginais ser, boicotadores e antiparlamentaristas, “terrivelmente revolucionários”, mas, na realidade, vos assustastes diante das dificuldades relativamente pequenas da luta contra as influências burguesas no movimento operário; no entanto, a vossa vitória, isto é, a derrubada da burguesia e a conquista do Poder político pelo proletariado criará essas mesmas dificuldades em proporções incomensuravelmente maiores. Vós vos assustastes como crianças com a pequena dificuldade

que amanhã e depois de amanhã tereis de aprender a vencer, em proporções imensamente mais consideráveis. (LÊNIN, 1920)

Lênin ainda aponta indicações sobre os compromissos pratico-políticos, a partir de dois cenários: [1] a já mencionada negação absoluta de qualquer compromisso defendida, em geral, por militantes inexperientes e/ou pequeno-burgueses; e, [2] a crítica oportunista a tática bolchevique por certos compromissos, concluindo, mecânica e retoricamente, a admissibilidade de quaisquer compromissos. Rejeitando ambas as alternativas, que reduzem a questão a meras oposições binárias [nenhum ou todos], referente a primeira alternativa já amplamente exposta, apenas destacamos o espanto de Lênin: “*Quereis criar uma sociedade nova e temeis a dificuldade de criar uma boa fração parlamentar de comunistas convictos, abnegados e heróicos!*” (LÊNIN, 1920). Sobre a segunda proposição, que visa relativizar a análise pois a despeito dos seus efeitos pragmáticos homogeneíza e nivela compromissos de naturezas diversas, destaca a importância de distinguir-se concessões inadmissíveis, que representam uma traição à classe, de outros tipos que, a depender da conjuntura, mesmo a contragosto, podem ser necessárias. Implementando suas próprias recomendações de dirigir-se às massas de forma não-doutoral, recorre a uma analogia “*simples e popular*” para ilustrar de modo acessível essas variações:

Imagine que o carro em que você está viajando é detido por bandidos armados. Você lhes dá o dinheiro, a carteira de identidade, o revólver e o automóvel; mas, em troca disso, escapa da agradável companhia dos bandidos. Trata-se, evidentemente, de um compromisso [...]. Dificilmente, porém, se encontraria um homem sensato capaz de declarar que esse compromisso é “inadmissível do ponto de vista dos princípios”, ou de denunciar quem o assumiu como cúmplice dos bandidos [...]. Há compromissos e compromissos [...]. É preciso aprender a distinguir o homem que entregou aos bandidos sua bolsa e suas armas para diminuir o mal causado por eles e facilitar sua captura e execução, daquele que dá aos bandidos sua bolsa e suas armas para participar da divisão do saque. (LÊNIN, 1920)

Desvela então as relações travadas no âmbito da política stricto-sensu, muitas vezes, inacessível às massas em geral devido à cisão e separação estratégica das esferas civis e política articulada pela classe dominante, transportando e traduzindo o que acontece nessas arenas para correspondências próximas e alcançáveis. Fomenta com isso, simultaneamente,

tanto o aspecto de formação, a partir da inteligibilidade e aperfeiçoamento da capacidade de leitura-entendimento das camadas mais atrasadas ao que se dá na cena política, quanto à diminuição dessa cisão, aproximando-as e chamando sua atenção a essa área das quais foram historicamente apartadas.

Quanto aos acordos que expressam traições à classe é necessário empregar *“toda a força da crítica, todo esforço de um desmascaramento implacável e de uma guerra sem quartel”* (LÊNIN, 1920), garantindo a denúncia, exposição e responsabilização dessas direções. É fundamental diferenciar e analisar concretamente os termos de cada tipo de compromisso, pesando cuidadosamente os prós e contras para o proletariado [também para as classes antagônicas]. Em algumas circunstâncias cabe, inclusive, explorar as oposições entre os adversários, hora unindo-se, momentânea e provisoriamente, contra um determinado inimigo comum, mas desmanchando toda e qualquer aliança logo que esse objetivo esteja sanado e rejeitando e opondo-se novamente contra todos aqueles que possuam concepções de sociedade e projetos estratégicos irreconciliáveis. Pondera:

Só se pode vencer um inimigo mais forte retesando e utilizando todas as forças e aproveitando obrigatoriamente com o maior cuidado, minúcia, prudência e habilidade a menor "brecha" entre os inimigos, toda contradição de interesses entre a burguesia dos diferentes países, entre os diferentes grupos ou categorias da burguesia dentro de cada país; também é necessário aproveitar as menores possibilidades de conseguir um aliado de massas, mesmo que temporário, vacilante, instável, pouco seguro, condicional. (LÊNIN, 1920)

Logo, a depender da correlação de forças, preparar terreno para a revolução pode consistir em fazer concessões desde que estas contribuam para o fortalecimento dos trabalhadores, seja melhorando pontualmente suas condições de trabalho e vida, refreando e reduzindo a espoliação que sofrem no mundo do trabalho ou educando a classe e preparando-a para a revolução. Evacuar trincheira, abandonando os proletários desorganizados à própria sorte e permitindo que os proprietários intensifiquem livremente a exploração, além de não contribuir para o avanço da luta de classes, tem pragmaticamente o efeito contrário, reforçando o individualismo burguês ao dispensar a organização coletiva como ferramenta de luta e de formação de consciência política pois, não existem soluções individuais para

problemas coletivos. Independentemente se as regras e instrumentos do jogo político foram criadas ou apropriadas pela burguesia, lembremos com as lições de Maquiavel ao príncipe que o importante é conseguir utilizá-las a nosso favor, extraindo assim da ordem e da legalidade burguesa potencialidades revolucionárias e utilizando-se de todos os meios [legais e ilegais] para destruí-la:

As armas com que a burguesia deitou por terra o feudalismo viram-se agora contra a própria burguesia. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que manejarão essas armas - os operários modernos, os proletários. (MARX, 2000, p. 82)

Portanto, sem jamais abrir mão das ferramentas de luta já disponíveis, faz-se necessário forjar conseqüente, consciente e coletivamente novas armas-instrumentos de batalha, a partir das quais se possa mudar os equilíbrios e a correlação de forças, para ter a vantagem de pautar e balizar as formas de batalha e produzir arenas convenientes à classe trabalhadora. Por isso, a necessidade de formar constantemente novas lideranças que não só adensarão as disputas nos moldes historicamente estabelecidos, segundo as necessidades da classe dominante, mas que também se portarão como criadores, desbravando novos métodos, forçando novos equilíbrios, etc.

Alerta, entretanto, para as dificuldades de analisar de modo adequado a diversidade de situações que surgem da prática política, pois apenas “*um charlatão poderia prometer aos operários [...] um caminho ‘fácil’ para alcançar a vitória*” (LÊNIN, 1920) ou algum tipo de álgebra que previamente pudesse distinguir objetiva e inequivocamente todos os tipos de acordos em todas as circunstâncias. Tanto dos momentos históricos macro, como as conjunturas específicas [que possuem tanto determinações locais, quanto nacionais e internacionais] emanam demandas próprias, as quais, é preciso saber traduzir e objetivá-las em ações coerentes com os interesses da classe, bem como, com as diversas tarefas que se desdobram no preparo das condições revolucionárias a fim de viabilizar a finalidade de derrubada da ordem burguesa e supressão das classes. O espectro das condições de luta, bem como, os desdobramentos e conseqüências táticas, emanam do real, das condições objetivas e subjetivas da luta de classes em cada momento histórico. Educar os que não sabem!

Em obras anteriores como *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo* (1916), Lênin já demonstrava estar atento à importância do desenvolvimento de condições subjetivas para a revolução sem que, entretanto, isso significasse qualquer tipo de psicologismo ou subjetivismo idealista, pois, como aponta o método e as diversas investigações de Marx, primitivamente, a subjetividade é fundada e não fundante. Tanto aquilo que se torna parte do repertório coletivo em que subjaz o ser social, quanto o que se aloca nos indivíduos, são sínteses de múltiplas determinações, que em última instância, estão conformadas, estabelecidas pelo conjunto das relações sociais hegemônicas que, a partir da socialização, sob condições burguesas, produzem e reproduzem prioritariamente os modos de vida e subjetividades mais adequados à sua conservação, perpetuação e não outros, que se dão apenas de forma minimizada, resistentes e contra-hegemônicas, germinando através das fissuras deixadas pelas contradições sistêmicas que lhe são intrínsecas. Para que estas condições sejam drasticamente ampliadas é preciso que se tornem elemento das massas e passem a fazer parte do ideólogo comum e hegemônico. Afirma:

Em muitos países da Europa, o estado de espírito revolucionário ainda é uma "novidade", uma "raridade" aguardada durante muito tempo. É claro que sem um estado de espírito revolucionário das massas e sem condições que favoreçam o desenvolvimento desse sentimento, a tática revolucionária não se transformará em ação; na Rússia, porém, uma experiência bastante longa, dura e sangrenta convenceu-nos de que é impossível levar em conta apenas o estado de espírito revolucionário para criar uma tática revolucionária. A tática deve ser elaborada levando-se em consideração serenamente, com estrita objetividade, todas as forças de classe do Estado em questão [e dos Estados que o rodeiam, de todos os Estados em escala mundial] e também a experiência dos movimentos revolucionários. Manifestar o revolucionarismo somente através de invectivas contra o oportunismo parlamentar, apenas condenando a participação nos parlamentos, é fácil; mas, exatamente por ser muito fácil, não representa a solução para um problema difícil, difícilíssimo. (LÊNIN, 1920)

Para além das condições subjetivas, são necessárias também condições objetivas favoráveis, levando em consideração as correlações de força do âmbito local, nacional e também internacional. É fundamental voltar-se às raízes e à base real das sociedades ocidentais modernas, centradas na contradição capital-trabalho, na oposição irreconciliável entre despossuídos, isto é, aqueles que nada detém além de sua energia vital, sua força de

trabalho, que no processo de produção já explicitado por Marx, será sugada, transferida e encarnada na forma de mercadorias. Estas, sob condições mercantis gera, simultaneamente, o mais-valor como o subproduto oculto, isto é, uma quantidade de trabalho excedente que não volta para o trabalhador, mas é apropriada por aqueles que tudo possuem.

Os "esquerdistas" em geral raciocinam, nesse problema, como doutrinadores da revolução que nunca participaram de uma revolução, ou que nunca meditaram sobre a história das revoluções, ou que ingenuamente tomam a negação subjetiva de uma determinada instituição reacionária por sua efetiva destruição mediante o conjunto de forças de uma série de fatores objetivos. (LÊNIN, 1920)

Entretanto, a mera insatisfação com o que está dado não forja espontaneamente ou mecanicamente sujeitos revolucionários, posto que “remédios” ou “soluções” ainda mais contraproducentes são oferecidas pela própria ordem capitalista como forma de supostamente enfrentá-la. Inconformidade e a insatisfação são momentos dotados de energias importantes, mas que em si mesmos não bastam pois apenas se bem aproveitados canalizam e encontram vazão adequada, em coerência com o combate do problema em sua raiz; transformar ebulições sociais com potencial anti-sistêmico em sua antítese é precisamente uma das formas de conseguir sobrevida. Assim:

A lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções, e em particular pelas três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam transformações; para a revolução é necessário que os exploradores não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando os "de baixo" não querem e os "de cima" não podem continuar vivendo à moda antiga é que a revolução pode triunfar. Em outras palavras, esta verdade exprime-se do seguinte modo: a revolução é impossível sem uma crise nacional geral [que afete explorados e exploradores]. Por conseguinte, para fazer a revolução é preciso conseguir, que a maioria dos operários [ou, a maioria dos operários conscientes, politicamente ativos] compreenda a fundo a necessidade da revolução e esteja disposta a sacrificar a vida por ela; é preciso que as classes dirigentes atravessem uma crise governamental que atraia à política inclusive as massas mais atrasadas [o sintoma de toda revolução verdadeira é a decuplicação ou centuplicação do número de homens aptos para a luta política, homens pertencentes à massa trabalhadora e oprimida, antes apática], que reduza o governo à impotência e torne possível sua rápida derrubada pelos revolucionários. (LÊNIN, 1920)

Como então propiciar o surgimento de novas lideranças revolucionárias? “Os trabalhadores devem preparar-se [e ser preparados] ideológica, política e tecnicamente para a luta contra o[s] parlamento[s]” (LÊNIN, 1920) reacionários, contra a ideologia e os modos de vida burgueses, contra todas as forças da velha sociedade; devem ser educados para a revolução e essa luta se dá nas arenas do inimigo. Entretanto, as desvantagens históricas referentes à posição, às armas de batalha [materiais e imateriais], à própria hegemonia da classe dominante e o consequente aliciamento que propicia que o oprimido lute nas frentes de batalha de seu algoz, se compensam pelo simples fato de que somos muitos e eles poucos... pouquíssimos! Dessa forma, desde que enfrentemos o desafio de criar consciência de classe nas massas e produzir a transformação que permite o salto da classe-em-si em classe-para-si, replicaremos nossos quadros militantes:

O capitalismo deixaria de ser capitalismo se o proletariado "puro" não estivesse rodeado de uma massa de elementos de variadíssimas graduações, elementos que representam a transição do proletário ao semiproletário, do semiproletário ao pequeno camponês do pequeno camponês ao camponês médio, etc., e se no próprio seio do proletariado não houvesse setores com um maior ou menor desenvolvimento, divisões de caráter territorial, profissional, às vezes religioso, etc. (LÊNIN, 1920)

3.1.2 Ideologia burguesa como expressão requintada e farsesca de sua tragédia

*Ou, as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante*⁷⁰

Faremos o exame de alguns aspectos e manifestações superestruturais da ideologia burguesa, a saber, [1] análises de Lênin a respeito de posições públicas de representantes e ideólogos da classe dominante quanto ao movimento bolchevique; [2] o conceito de ‘democracia’ burguesa; [3] a integração desses elementos à efeitos, desdobramentos e tendências concretas.

Ainda no epílogo de “*Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*”, vejamos de modo mais detalhado, a partir da análise de Lênin (1961) sobre

⁷⁰ Referência indireta à Ideologia Alemã.

dois volumes do editorial da revista Osvobojdenie⁷¹ (n.º: 71-72) como a luta de classes procede na esfera civil, para além do aspecto aparente, dimensão em que as posições apresentam-se propositadamente embaralhadas e confusas. Assim, aponta o modo como a burguesia russa, mesmo fraca e sem hegemonia, participa e marca trincheira nos entraves da social-democracia e desvela os interesses liberais na apreciação de algumas tendências, em detrimento de outras, disputando a opinião pública, pinçando e promovendo concepções liberais, pequeno-burguesas e conciliadoras, as quais faz concessões, alimenta e é elogiosa; aproxima e assemelha convenientemente sua carapuça a esses grupos, mas apenas no que diz respeito à forma, repudiando e esvaziando qualquer conteúdo que aponte para algo além do campo reformista. Osvobojdenie, então:

Expressa de modo evidente a satisfação que lhe causam as tendências do neo-iskrismo⁷², louvando-as por seu realismo, por sua lucidez, pela vitória do bom-senso, pela seriedade das resoluções, por sua clara visão tática, por seu praticismo, etc., e expressa seu descontentamento pelas tendências do III Congresso, censurando-o pela estreiteza, pelo revolucionarismo, pelo espírito de revolta, pela negação dos compromissos úteis na prática, etc. O instinto de classe sugere à burguesia exatamente o que foi demonstrado reiteradas vezes em nossas publicações com os dados mais exatos, a saber: que os neo-iskristas formam a ala oportunista na atual social-democracia russa, e seus adversários, a ala revolucionária. Os liberais não podem deixar de simpatizar com as tendências da primeira, não podem deixar de censurar as tendências da segunda. Os liberais, como ideólogos da burguesia, compreendem perfeitamente que convêm à burguesia “o praticismo, a lucidez, a seriedade” da classe operária, isto é, a limitação de fato do campo de sua atividade aos limites do capitalismo, das reformas, da luta sindical, etc. Para a burguesia é perigosa e temível “a estreiteza revolucionária” do proletariado e sua aspiração a conseguir, em nome de suas tarefas de classe, um papel dirigente na revolução popular russa. (LÊNIN, 1961)

Interessante o termo “*instinto de classe*” de que faz uso, pois tira de foco e joga por terra pseudoproblemas como uma suposta premeditação constante dos proprietários, pois pouco importa se há ou não articulação meticulosa e consciente de cada passo dado pela burguesia, mas que na realização de si mesma, isto é, no exercício e cumprimento de sua

⁷¹ Revista quinzenal, que publicou entre 1902 à 1905 sob a direção de Struve. Era um órgão da burguesia monárquico-liberal russa.

⁷² Modo como Lênin chama os mencheviques, referência ao Iskra, periódico marxista ilegal da Rússia, que a partir da 52ª edição foi apropriado pelos mencheviques.

função social de classe, sua posição dominante é permanente e objetivamente recriada e resguardada; o que é ideal que se dê com a consequente e simultânea reprodução e recriação dos dominados na posição de dominados. Desse modo, alimentará a espontaneidade, o autonomismo individualista e contribuirá para confundir e dispersar quaisquer movimentos e organizações de caráter radical, classista. Lênin, por sua vez, questiona a intenção e o caráter dessas apreciações liberais burguesas aos “‘realistas’ social-democratas”, nomeando esse suposto “realismo” como revisionismo, em essência. Assim,

Seria ingenuidade esquecer que todas essas apreciações estão profundamente imbuídas pelos interesses e pelo ponto de vista da burguesia liberal e que são extremamente parciais e tendenciosas nesse sentido. Refletem as ideias da social-democracia como um espelho côncavo ou convexo reflete os objetos. Mas seria um erro ainda maior esquecer que esses juízos deformados ao gosto da burguesia refletem, afinal de contas, os interesses reais da burguesia, que, como classe, compreende, sem dúvida alguma, que tendências da social-democracia lhe são convenientes, próximas, queridas, simpáticas, e quais lhe são nocivas, alheias, estranhas, antipáticas. Um filósofo burguês ou um publicista burguês não compreenderá jamais de modo acertado a social-democracia [...]. [Mas] seu instinto de classe não o enganará, e ele sempre captará no fundo, com justeza, o significado que tenha para a burguesia tal ou qual tendência dentro da social-democracia, ainda que a deforme ao expô-la. O instinto de classe de nosso inimigo, sua apreciação de classe, sempre merece por isso a mais séria atenção de todo proletário consciente. (LÊNIN, 1961)

Na perspectiva da classe dominante, isso de certo modo também é válido, pois apesar da espontaneidade ser característica das camadas subalternas - e exatamente por isso permanecem subalternas - fora dos momentos de crise e ebulição social, não necessariamente mantêm-se organizados permanentemente de forma unitária como forças contra-revolucionárias, pois enquanto capitalistas privados podem, inclusive, possuir interesses conflitantes; e também porque a própria estrutura de organização social da vida garante a continuidade de seu domínio caso não haja forças que lhe imponham resistência e conscientemente barrem seu desenvolvimento. Eis que com as análises de Lênin, que segundo ele próprio vira “*de cabeça para baixo a formulação de Osvobojdenie*” (LÊNIN, 1961), temos tanto a crítica quanto o contraponto à visão burguesa referente às atribuições do proletariado no processo revolucionário:

Os intelectuais burgueses de toda a Rússia tratam, por isso, com todas as suas forças, por mil meios e caminhos - livros, conferências, discursos, palestras, etc, etc - de inculcar nos operários as ideias da moderação [burguesa], do praticismo [liberal], do realismo [oportunista], da luta de classes [à maneira de Brentano⁷³], dos sindicatos [à maneira de Hirsch-Duncker⁷⁴] etc. As duas últimas palavras de ordem são particularmente cômodas para os burgueses [...], já que aparentemente coincidem com as palavras de ordem marxistas; já que, silenciando sobre algumas coisas e com uma pequena tergiversação delas, é muito fácil confundi-las com as palavras de ordem social-democratas [...]. Mas, na realidade, isto é uma falsificação burguesa da social-democracia, uma deformação e uma tergiversação oportunista do conceito da luta de classes. A base dessa gigantesca falsificação burguesa [gigantesca pela amplitude de sua ação sobre as massas] reside na tendência a reduzir o movimento operário a um movimento eminentemente sindical, a mantê-lo o mais afastado possível de uma política independente [isto é, revolucionária, orientada para a ditadura democrática]. (LÊNIN, 1961)

Na *Ideologia Alemã* (1846), Marx já havia explicado que a divisão do trabalho alcança também a classe dominante, possuindo esta seus ideólogos que desempenham papel ativo na formulação das concepções burguesas, bem como, aqueles que ao se ocuparem com o desenvolvimento material de sua classe, não necessariamente participam ativamente da formulação teórica de sua dominação. Entretanto, sempre que o “conteúdo de uma época histórica” encontra-se em disputa ou passa a ser balizado por outros grupos sociais, soa como um alarme de incêndio aos sentidos dos dominadores, indicador de que não apenas a detenção dos meios de produção espiritual, mas também os de produção e reprodução da vida material estão em perigo. Logo, para quaisquer membros da classe dominante, sem a necessidade de grandes premeditações e articulações, é bem mais simples captar o que lhes é ou não favorável e, essa cisão entre a materialidade e espiritualidade burguesa, reconcilia-se em uma totalidade sempre que a própria dominação de classe é posta em cheque. Continua Lênin:

A burguesia nem sempre compreende com plena clareza, mas em geral se dá conta perfeitamente, por intuição de classe, que, por um lado, o proletariado e o “povo” são úteis para sua revolução, como carne de canhão, como ariete contra o absolutismo, mas que, por outro, o proletariado e os camponeses revolucionários são terrivelmente perigosos para ela no caso de conseguirem eles a “vitória decisiva sobre o tzarismo” e levarem até o fim a revolução democrática. Por isso, a burguesia procura por todos os meios fazer com que o proletariado se

⁷³ Economista burguês que considerava a resolução das contradições sociais por via de reformas.

⁷⁴ Sindicatos Reformistas.

conforme em desempenhar um papel “modesto” na revolução, que seja mais moderado. (LÊNIN, 1961)

Vale um parêntese, para destrinchar melhor a questão, posto que em *O Que Fazer?* (1902) Lênin já elaborava sobre o modo como a espontaneidade das massas pode reforçar a ideologia burguesa, já que essa, mais antiga e mais elaborada, na ordem capitalista, seu ambiente próprio, consegue reformular-se e sobrepor-se quase de modo automático. Não-obstante, em *Esquerdismo*, obra posterior ao momento em que, mesmo com a destituição da burguesia nacional pelos soviets, constata-se, ainda que em outros níveis, a continuidade desses processos de renascimento que recriam capitalismo incessantemente, e...

Cuja potência consiste não só na força do capital internacional, na força e na solidez das relações internacionais da burguesia, como também na força do costume, na força da pequena produção [...], e ela cria capitalismo e burguesia constantemente, todo dia, a toda hora, através de um processo espontâneo e em massa. (LÊNIN, 1920)

Em um dos polos temos a espontaneidade da restauração do capitalismo, que fecha perfeitamente o circuito de replicação das relações burguesas em sua contra-parte, isto é, a espontaneidade das camadas subalternas o que, obviamente, pela perspectiva da classe dominante faz-se necessário que continue assim. Da perspectiva das camadas subalternas, não convém a replicação do circuito que permite a perpetuação de sua dominação e exploração, a partir do que, decorre a exigência da passagem coletiva do proletariado de *classe em si* em *classe para si*, o que causaria uma impedância, permitindo a alteração das correlações de forças. Assim,

Depois da primeira revolução socialista do proletariado, da derrubada da burguesia num país, o proletariado desse país continua sendo durante muito tempo mais débil que a burguesia, em virtude, simplesmente, das imensas relações internacionais que ela tem e graças à restauração, ao renascimento espontâneo e contínuo do capitalismo e da burguesia através dos pequenos produtores de mercadorias do país em que ela foi derrubada. (LÊNIN, 1920)

Uma das lições fundamentais que a experiência russa põe em evidencia é que as tarefas do proletariado estão longe de cessar após a simples apropriação dos meios de produção pela maioria trabalhadora; que as batalhas passarão a se dar num contínuo em moldes de “*uma*

guerra sem quartel” (LÊNIN, 1920); que a classe dominante de outrora, mesmo destronada e sob rígido controle do novo Estado, estará sempre à espreita de qualquer fragilidade que possa ser convertida à seu favor; que lançará mão de todas as armas - materiais e imateriais-, se infiltrará em todas as brechas e fará tudo quanto possível para seu renascimento, contando ainda com o auxílio de forças estrangeiras. Afirma Lênin:

Suprimir as classes significa não só expulsar os latifundiários e os capitalistas - isso nós fizemos com relativa facilidade - como também suprimir os pequenos produtores de mercadorias; estes, porém, não se pode expulsar, não se pode esmagar; é preciso conviver com eles, e só se pode (e deve) transformá-los, reeducá-los, mediante um trabalho de organização muito longo, lento e prudente. Esses pequenos produtores cercam o proletariado por todos os lados de uma atmosfera pequeno-burguesa, embebem-no nela, corrompem-no com ela, provocam constantemente no seio do proletariado recaídas de frouxidão, dispersividade e individualismo pequeno-burgueses, de oscilações entre entusiasmo e abatimento [...]. É mil vezes mais fácil vencer a grande burguesia centralizada que "vencer" milhões e milhões de pequenos patrões, os quais, com seu trabalho, invisível, de corrupção, trabalho intangível, diário, obtêm os mesmos resultados de que a burguesia necessita, que determinam a restauração da burguesia. (LÊNIN, 1920)

Atando o início dos anos 1900 aos anos 2000, infelizmente, salta aos olhos a atualidade de Lênin, que há um século atrás elaborava os perigos do poder que a imprensa burguesa internacional adquiria e concentrava, bem como, das tarefas da classe trabalhadora frente a tal, mas que ainda estão por fazer. As demandas de comunicação como direito social e regulamentação da mídia pouco avançaram e, apenas pontualmente, a classe trabalhadora desenvolveu mecanismos de comunicação em massa próprios, mas que, em geral, não conseguiram se sobrepor à hegemonia da imprensa burguesa. Quem dera, ao menos nesse quesito, Lênin estivesse ultrapassado! Vide os monopólios e o acúmulo de controle exercido por pouquíssimas empresas de interesses privados, que em alguns lugares ao menos contam com estatais na disputa como é o caso da Itália, em que a Rai faz contra-ponto ao conglomerado midiático de Berlusconi. Em boa parte do mundo essa oposição, sequer existe: a América Latina é um exemplo escandaloso das relações obscenas entre a utilização sem limites da comunicação social voltada a interesses privados e contra toda a sociedade. Sobre a imprensa, escreve:

A liberdade de imprensa é também uma das principais palavras de ordem da democracia pura. [...] Esta liberdade é um logro enquanto as melhores tipografias e as grandes reservas de papel se encontrarem nas mãos dos capitalistas e enquanto existir o poder do capital sobre a imprensa. [...] Para conquistar a igualdade efetiva e a verdadeira democracia para os trabalhadores, para os operários e os camponeses, é preciso tirar primeiro ao capital a possibilidade de contratar escritores, comprar editoras e subornar jornais, e para isso é necessário derrubar o jugo do capital, derrubar os exploradores, esmagar a sua resistência. Os capitalistas sempre chamaram liberdade à liberdade de obter lucros para os ricos, a liberdade dos operários de morrerem de fome. Os capitalistas chamam liberdade de imprensa à liberdade dos ricos de subornarem a imprensa, à liberdade de utilizar a riqueza para fabricar e falsificar a chamada opinião pública. [...] A verdadeira liberdade e igualdade será a ordem que os comunistas estão a construir, e em que será impossível enriquecer à custa de outrem, onde não haverá possibilidade objetiva de submeter direta ou indiretamente a imprensa ao poder do dinheiro, em que nada impedirá que cada trabalhador [ou grupo de trabalhadores, seja qual for o seu número] tenha e exerça o direito igual de utilizar as tipografias e o papel, pertencentes à sociedade. (LÊNIN, 1978)

Tendo à sua disposição tanto os intelectuais quanto o aparato de comunicação em grande escala, a difusão cotidiana da pedagogia liberal às massas garante a produção de mentalidades adequadas aos dominadores, educando-as a partir do punitivismo, da meritocracia, do individualismo, da ética concorrencial nas relações pessoais, todas essas, manifestações que não representam nada além da ideologia burguesa, necessárias, entretanto, à manutenção de sua hegemonia. Para ele,

Os defensores da democracia pura também se revelam de fato defensores do mais imundo e venal sistema de domínio dos ricos sobre os meios de educação das massas, revelam-se embusteiros que enganam o povo e que, com frases bonitas, pomposas e falsas até à medula o desviam da tarefa histórica concreta de libertar a imprensa da sua subjugação ao capital. (LÊNIN, 1978)

Passemos à análise das funções aparentes e essenciais do conceito burguês de democracia, bem como, de seus desdobramentos.

Na ótica burguesa a única sociabilidade digna de ser chamada democrática é aquela construída a sua imagem e semelhança e assim, falaciosamente, representa a si própria como expressão e realização de liberdades plenas e máximas, o ápice da civilização, do progresso e da racionalidade em termos de organização social, enfim, o melhor dos mundos possível. E

sobretudo por seu desenvolvimento contraditório e consequente aumento das convulsões sociais, vê-se obrigada a desprender mil esforços e os mais burlescos malabarismos para tirar da cartola argumentos que tornem defensável sua dominação, sendo uma das contraposições prediletas e muito cara à disparatada fantasia liberal, precisamente aquela que exalta a democracia burguesa, isto é, a ditadura do capital em oposição a condenação da ditadura em sentido geral, mas que se refere evidentemente à ditadura de uma classe específica, aquela que lhe é antagônica e que abrange a maioria da população, isto é, a ditadura proletária, esta sim condenável, barbara, violenta:

A igualdade dos cidadãos independentemente do sexo, religião, raça, nacionalidade, que a democracia burguesa prometeu em toda parte e sempre, mas que não realizou em parte alguma nem podia realizar devido à dominação do capitalismo, [...] só está em condições de o fazer o poder dos operários, que não estão interessados na propriedade privada dos meios de produção. (LÊNIN, 1978)

Lançando mão do método, Lênin, ao tratar do tema democracia, desmancha diversas distorções teóricas e políticas de seus opositores pois baseia-se antes de tudo em uma perspectiva de classe - democracia feita por e para quem? cabe perguntar! - e no caráter dialético de seu desenvolvimento, que durante a história assumiu diferentes conteúdos e formas à depender de quem possuía hegemonia. Delata que essa mesma burguesia que se auto-identifica democrática, no período da luta contra o ancien regime até sua consolidação enquanto classe dominante, promoveu inúmeras guerras, violências e repressões às forças feudais e às suas tentativas de restauração; depois de realizada a derrubada da velha ordem, precisou desfazer-se então dos trabalhadores que também empunharam armas e combateram contra a monarquia feudal, precisou desfazer-se deles como força política e militar organizada na disputa da nova sociedade. Declara:

Estes traidores ao socialismo apresentam as coisas como se a burguesia tivesse oferecido aos trabalhadores a democracia pura, como se a burguesia tivesse renunciado à resistência e estivesse disposta a submeter-se à maioria dos trabalhadores, como se na república democrática não tivesse havido e não houvesse qualquer máquina de Estado para a repressão do trabalho pelo capital. (LÊNIN, 1978)

Desde há muito é então presente a noção de inimigos do Estado⁷⁵ contra os quais há patrulhamento e vigilância permanentes e que se não exterminados [penas de morte ou, o que é ainda mais grave, execuções sumárias], são sequestrados para o sistema prisional, de modo que, mesmo as repúblicas que, na perspectiva burguesa, são as mais democráticas e livres utilizam-se cotidianamente de violência - em sua expressão legítima, isto é, autorizada pelo Estado [burguês] - e de arsenal militar contra sua própria população. Eis a função manifesta e aparente da democracia e direito burguês: paz social. Averiguemos se isso corresponde de fato às suas ambições e ações objetivas.

Os valores liberais, quando combinados à conjunturas que favorecem a hiperbolização de suas características, propiciam o surgimento de movimentos fascistas, isto é, a forma mais abertamente reacionária e algoz do capital financeiro, que emergem quando seus interesses esbarram nas fronteiras da própria e frágil democracia burguesa. A armadilha da bandeira nacionalista, muito comumente levantada pela burguesia, entretanto, significa uma falsificação que indica exatamente o seu oposto, pois os exploradores de todo o mundo estão em aliança contra os explorados de todo o mundo e, como em uma via de mão dupla, ao implementar projetos que efetivam sua dominação e hegemonia local, conectam-se enquanto parte organicamente ligada ao todo e integrada com toda a classe burguesa, para quem não há fronteiras nacionais que limitem suas ações. Apresentando-se como síntese dos interesses de toda uma nação, e também forjando o pressuposto de que os Estados-nacionais possuem uma única e mesma vontade, harmônica e homogênea, oculta a si mesma como classe de interesses particulares e conflitantes que contribuem com o avanço das pautas liberais, internacionalmente.

Basta notar que modernamente xenofobia e anti-semitismo surgem como propostas parlamentares para o enfrentamento das crises em todo o mundo - com destaque para a Europa e países desenvolvidos - na forma de um nacionalismo exacerbado, retroalimentando o

⁷⁵ Insubordinados, inadaptáveis, incorrigíveis; aqueles que não tendo nada a perder, devido a marginalidade a que são submetidos, precisam ser etiquetados, rotulados e controlados para a garantia da 'paz'. Muitas vezes tão frágeis e vulneráveis que mesmo que quisessem não significariam abalo algum à ordem.

abandono e a exclusão social de determinados grupos que, sem perspectiva, são facilmente cooptados por associações extremistas. Ora, o fascismo concentra justamente o descontentamento de grandes massas despolitizadas e sem projeto de sociedade, convertendo sua insatisfação em um uso despropositado de violência como fim em si mesmo e reforçando exatamente o sistema que lhes oprime, ao utilizar, inclusive a negação das formas históricas de organização para atrair essas massas e, devido a sua inexperiência política, organizá-las segundo interesses que lhe são contrários. Assim, afirma Lênin:

Negar a necessidade do Partido e da disciplina partidária: eis o resultado a que chegou a oposição. E isso equivale a desarmar completamente o proletariado, em proveito da burguesia. Equivale precisamente à dispersão, instabilidade, incapacidade de dominar-se para unir-se e atuar de modo organizado, defeitos tipicamente pequeno-burgueses, que, se formos indulgentes com eles, causam inevitavelmente a ruína de todo movimento revolucionário [...]. Para permitir que o proletariado exerça acertada, eficaz e vitoriosamente sua função organizadora - que é sua função principal, são necessárias uma centralização e uma disciplina severíssimas [...]. Sem um partido que saiba tomar o pulso do estado de espírito das massas e influir nele é impossível levar a cabo com êxito essa luta. (LÊNIN, 1920)

O que tem como finalidade provocar a desarticulação entre os trabalhadores, reagrupando-os, artificialmente, a partir do conceito de identidade nacional e desviando sua atenção e força política do que é de fato fundamental, isto é, que os proletários de todos os países têm um único e mesmo inimigo, uma única e mesma causa. Retomamos Marx: “*os comunistas tem sido acusados de querer abolir a pátria, a nacionalidade. Os operários não têm pátria. Não se pode tomar deles aquilo que não possuem*” (MARX, 2000, p. 93).

Desse modo, se é que se pode falar de um ‘projeto fascista’, ele apenas se resumiria à violência como ‘solução’ cega, mortífera e sempre provisória aos problemas e mazelas resultantes dos processos socio-metabólicos intrínsecos ao mundo burguês; são propostas que não se voltam à raiz do problema que consiste justamente na sociedade de classes. É antes um instrumento de destruição, que permite recompor momentânea e coercitivamente a dominação através, por exemplo, do extermínio e eliminação de exércitos de reserva superabundantes; são respostas paliativas, contra-revolucionárias e des-humanas para perturbações que tem lastro na estrutura desse modo particular de organização social da vida.

Nesse ponto, conectamo-nos às primeiras linhas de *Esquerdismo*, nas quais Lênin demarcara desde já o caráter internacional da Revolução Russa, que apesar das particularidades nacionais-loais - que sempre ocorrerão - o traço internacionalista se mantém; este se dá sempre que as táticas relacionem-se aos interesses amplos de alguma das classes não em sentido estreito, mas mundialmente, pois o particular não existe isoladamente, está integrado, sistemática e organicamente, às aspirações de universalidade.

Como já visto, a burguesia com suas pretensões megalomaniacas, busca apresentar seus valores como adequados e abrangentes a todos, nem sequer particularmente a toda a sociedade burguesa - o que já seria equivocado - mas como realização máxima, universal e atemporal da própria humanidade. Entretanto, a generalização da ideia de democracia, tal qual, a generalização da ideia de ditadura é um artifício que convenientemente esvazia a historicidade desses termos, bem como, seus movimentos e transformações que em outros períodos significaram algo completamente diverso e com diferentes graus de aplicação. Sua mutabilidade e seu caráter fundamentalmente social desaparecem e dão lugar a uma imagem congelada e naturalizada na forma burguesa, indicando não apenas que não pode ser diferente, como que pouco faz a ação dos homens em seu conjunto, pois sendo parte da ordem intrínseca das coisas, como numa tragédia grega, aqueles que buscam construir outras saídas estão fadados a fracassar, reencontrando-se e reconciliando-se dramaticamente exatamente com os mesmos modelos os quais buscou combater e destruir. Então,

Antes de mais, este argumento utiliza os conceitos de democracia em geral e ditadura em geral, sem colocar a questão de saber de que classe se trata. Tal formulação da questão, à margem das classes ou acima das classes, pretensamente do ponto de vista de todo o povo, é trocar descaradamente da doutrina fundamental do socialismo, a saber, a doutrina da luta de classes, que os socialistas que se passaram para o lado da burguesia reconhecem em palavras mas esquecem de fato. Porque em nenhum país capitalista civilizado existe a democracia em geral, existe apenas a democracia burguesa, e não se trata de ditadura em geral, mas de ditadura da classe oprimida, isto é, do proletariado, sobre os opressores e exploradores, isto é, sobre a burguesia, com o objetivo de superar a resistência oposta pelos exploradores na luta pela sua dominação. (LÊNIN, 1978)

Portanto, liberdade, igualdade, democracia, etc., são nada mais que expressões parciais e próprias da sociedade em que são produzidas, correspondentes às necessidades da classe hegemônica e estes valores, no sentido burguês, inevitavelmente esbarrarão em limites que são sustentáculos, mantenedores e perpetuadores da sua particular concepção de sociedade, a partir dos quais, se garante a conservação da exploração e a proteção de sua célula básica e intocável, a propriedade privada. Em contrapartida militarismo e encarceramento em massa tornam-se mecanismos de controle dos metabolismos sociais. Quem são os encarcerados? O que o direito penal protege? A propriedade, a propriedade e a propriedade... em oposição à vida humana, ao direito de condições dignas de existência! É mesmo impressionante - valho-me das palavras de Lênin - que *“nas repúblicas mais democráticas imperam de fato o terror e a ditadura da burguesia, que se manifestam abertamente sempre que começa a aparecer aos exploradores que o poder do capital vacila”* (LÊNIN, 1978).

Em nome de sua democracia e liberdade - e apenas da sua - a burguesia foi e é capaz de conduzir as maiores atrocidades contra os povos, globalmente, e em nome dessa mesma liberdade, enriquece os financiadores e a indústria mundial da guerra. Não para por aí: em certas condições, o que poderia apresentar-se como o limite estrutural último a ampliação do capital, manifesta-se como uma faca de dois gumes, pois ao produzir tendências contrárias, suas metamorfoses podem resultar na sua antítese, isto é, na expansão da reprodutibilidade do capital em níveis qualitativamente mais elaborados e perversos. Vide a ofensiva de expansão do mercado mundial em lugares nos quais a composição orgânica do capital é menor e as relações se dão nos termos desiguais dos vínculos centro-periferia; ou, os massacres nefastos promovidos, especialmente, nas culturas em que as relações sociais se dão sobre outras bases, pois o colapso de tais sociedades proporciona novos recursos, mercados e carne humana para exploração.

Ao rasgar violentamente novas possibilidades que permitem adiar sua completa falência, aumenta a magnitude de sua expansão e, paradoxalmente, replica em proporções equivalentes suas contradições devastadoras. Não há limites que barrem a selvageria da ampliação do capital e não pode ser de outro modo enquanto houver capitalismo. Explico

melhor: mesmo com todos os colapsos e custos humanos, o próprio Capital⁷⁶ jamais oferecerá qualquer obstáculo que seja de fato impedimento à sua reprodução, pois esta deve ser sempre alargada; ao contrário, removerá ou esmagará, sem pestanejar, tudo que se interpuser em seu caminho.

Logo, o que é manifesto, ao menos em sua função aparente, sob a carapuça da ‘guerra ao terror’ ou à qualquer inimigo - interno ou externo, essencialmente oculta as necessidades objetivas de expansão do capital, em sua fase imperialista, a fim de recompor e/ou amplificar suas taxas de lucro, que se assemelha mais a uma missão colonizadora e, quando muito, desloca os efeitos e desvia as insatisfações decorrentes da exploração da força de trabalho, sem alterar o quadro estrutural geral e contraditório que lhe é inerente.

3.2 América Latina e a revolução Cubana

Nesta secção, retomamos escritos do argentino Ernesto Guevara (1928-1967), que, em sua aproximação com o movimento armado e guerrilheiro incorporou-se na luta contra a ditadura Batista e, a partir da militância e compromisso político com os oprimidos, tornou-se conhecido expoente da revolução cubana. O marxismo guevarista compõe-se com o traço de uma leitura teórica aberta e antidogmática, nada ossificada, para quem o cenário de luta revolucionária, a América-Latina subdesenvolvida, se coloca com determinações e correlações de forças diversas de outros lugares, fatores estes que tornam ainda mais necessária a permanente vigilância para que não se permita o estrangulamento da prática por interpretações mecanicistas garantindo, ao contrário, o avanço na análise concreta da situação concreta (LÊNIN, 1977). Em diversos textos, Guevara retoma a teoria marxiana e, sem demasiados formalismos, mas com um domínio nada superficial, considerando as particularidades e problemas inéditos surgidos no contexto cubano, a confrontará com novos elementos e movimentos, propondo caminhos próprios de análise, elucidando novas nuances,

⁷⁶ Nesse ponto não se trata meramente de capitalistas privados, os quais a partir do seu lugar social, encarnam as tarefas que emanam da própria dinâmica metabólica do Capital como instancia autônoma. O qual também não é possível destruir sem enfrentar e minar tanto os processos que garantem sua reprodução, quanto a classe que tem como função social orquestrar e reger sua expansão.

em um esforço de recuperar a unidade dialética, organicamente indissolúvel entre teoria e prática. Não-obstante, os textos de Guevara a que tivemos acesso sugerem uma inquietação intelectual e também se nos apresentam um tanto fragmentados, nem sempre dotados de unidade harmoniosa, possuindo algumas imprecisões, passando por variações e ressignificações.

3.2.1 Internacionalismo

Guevara, estabelecendo marcos indicativos de diferentes momentos pelos quais passa a revolução cubana, não do ponto de vista temporal, mas do que considera evoluções/saltos no pensamento revolucionário, no que chama de primeira fase da revolução, destaca que houve a necessidade da *“guerrilha engrossa[r] suas fileiras com a incorporação substancial de camponeses”* (GUEVARA, 2004, p. 120), tornando-se assim mais combativa. Mesmo possuindo conhecedores do marxismo - seus articuladores *“principais não eram precisamente teóricos, tão pouco eram ignorantes dos grandes fenômenos sociais e dos enunciados das leis que os regem”* (GUEVARA, 2004, p. 113), a insurreição dos anos 60 que culmina na vitória, um tanto inesperada, mesmo após quase dois anos de batalhas do movimento guerrilheiro nas montanhas da Sierra Maestra, encabeçado por jovens e camponeses, contra os exércitos da ditadura Batista, inicialmente não possuía teor ou pretensões socialistas, sendo então marcada por uma combinação entre aspectos de nacionalismo e [social]humanismo, tentando, inclusive, manter-se alheia a polarização geopolítica decorrente da guerra fria, na qual, os EUA já se apresentava como patrono do capitalismo, em escala global.

Entretanto, essa mudança na composição social do movimento armado, desencadeou uma transformação ideológica em seus dirigentes, na *“proletarização do nosso pensamento, da revolução que se processava em nossos hábitos e mentes”* (GUEVARA, 2004, p. 248), constituindo assim as condições subjetivas que coordenariam uma práxis centrada nas demandas dos trabalhadores da cidade e do campo. Ao mesmo tempo, os camponeses adquiriram nessa relação o amadurecimento da compreensão de sua própria condição através

do contato com a teoria revolucionária, pois “*el pueblo tenía conciencia de la necesidad de un cambio, faltaba la certeza de su posibilidad*” (GUEVARA, 1963). A Cuba de latifundiários e mafiosos, quintal de festas dos EUA com toda a estrutura de turismo sexual, cassinos e hotéis luxuosos passa por uma guinada com a vitória de Castro que inicia programas de impacto como reforma agrária e nacionalização de empresas e bancos, aumentando as tensões tanto com a elite nacional quanto com os EUA.

Anteriormente, desde o “auxílio” nada desinteressado na libertação cubana da condição de colônia espanhola, esta caiu nas garras da dependência norte-americana, que manteve tropas na ilha para garantir seus interesses, ainda que sob o verniz formal de soberania - ou talvez nem tanto⁷⁷. Pós-revolução guerrilheira, o apoiador/financiador direto do ditador deposto, nada menos que os EUA⁷⁸, estabelece uma série de pressões, visando dar continuidade ao seu domínio sob a ilha. A partir do amadurecimento da análise dos dirigentes quanto àquele contexto - Fidel aponta que, era evidente que qualquer tentativa de emancipação nos países latino-americanos enfrentaria, cedo ou tarde, forças imperialistas: “*isso é o que eles não nos podem perdoar [...] que tenhamos feito uma revolução socialista diante do próprio nariz dos Estados Unidos*” (GUEVARA, 1962), sobretudo, despertado pelos intentos e contra-ofensivas norte-americanas⁷⁹, de diversas gradações [político, econômico, militar] no sentido de restaurar seu controle, que em curto intervalo de tempo, alteram-se o teor de suas reivindicações, bem como, transformam-se as orientações e características gerais do novo Estado, passando, em 1961, do nível nacional-democrático à concepções anti-imperialistas e socialistas⁸⁰ de teor internacional.

Fato é que a vitória desencadeia e marca um novo momento de influência do marxismo - não sem contradições - nas organizações e levantes dos subalternos, que até a Revolução Cubana, era algo restrito e mesmo distante das resistências latino-americanas. É inegável a

⁷⁷ Cf. Incorporação da Emenda Platt (1901) à constituição de Cuba, que autorizava aos EUA interferir direta e militarmente em assuntos econômicos e políticos, em caso de “perturbação da ordem”.

⁷⁸ Ou, ao contrário: Batista, representante direto dos interesses dos EUA.

⁷⁹ Em especial, a tentativa de invasão da Bahia dos Porcos, que aproxima ainda mais cubanos e soviéticos.

⁸⁰ Salto do momento econômico-corporativo ao classista.

importância de Cuba nesse start, entretanto, as assimilações desse corpo teórico não são homogêneas e sequer convergentes, vide as imediatas desconfianças e oposições dos partidos comunistas ao “castrismo/guevarismo”, cuja própria característica de seu intento polemizava com as vias, muitas vezes, deliberadamente não-combativas dos PC’s Latino-Americanos.

O internacionalismo revolucionário, componente estratégico na luta anti-imperialista, atravessa as compreensões de Guevara em cartas - “*se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros*” (GUEVARA, 2004, p. 295), escritos e discursos - a revolução cubana “*é solidária a todos os povos oprimidos do mundo*”. Mas adquire conotação original, pela chave ético-humanística associada, que sem poder reduzir-se a subjetivismos, é práxis real com desdobramentos concretos, que consistiriam tanto em ajuda econômica e militar, como em apoio recíproco; o que se realizou, em certa medida, com a orientação de Cuba ao bloco socialista, e sua consequente aproximação da URSS, com quem inicialmente, manteve boas relações, que lhe permitiu atravessar o embargo econômico, através de intercâmbios de açúcar/tabaco por valores acima da cotação, bem como, o fornecimento de petróleo, havendo, inclusive, financiamento/empréstimo de volumosas quantias; em contrapartida, os soviéticos puderam ampliar sua zona de influência em uma região estratégica pela proximidade com os EUA.

Relações essas desgastadas, em especial, após a resolução soviética pela retirada dos projéteis de médio e longo alcance instalados na ilha, no episódio conhecido como *Crise dos Misseis* (1962), em que Cuba irá acusar a URSS de estabelecer acordos/negociações às escuras com os EUA, desconsiderando os equilíbrios Latino-Americanos e deixando-a militarmente vulnerável à ameaças de invasão, intensificação das hostilidades e retaliações⁸¹. Por considerar que a nova sociedade, deve representar um projeto de civilização, com um sistema de valores completamente distinto e antagônico ao individualismo burguês, à certa altura, Guevara destinará ácidas críticas ao modelo econômico-burocrático stalinista, do qual divergirá radicalmente, opondo-se também à política externa dos aliados em que se mantém

⁸¹ O que foi utilizado como pretexto a ofensiva anticomunista na América Latina [*“Evitar o surgimento de novas Cubas”*] e, ao mesmo tempo, serviu de motivação a grupos revolucionários.

hierarquias e a submissão dos Estados socialistas subdesenvolvidos aos industrializados, por meio da manutenção de relações concorrenciais com trocas desiguais, muitas delas, balizadas pela lei do valor:

O socialismo econômico sem a moral comunista não me interessa. Nós lutamos contra a miséria, mas ao mesmo tempo contra a alienação. [...] Se o comunismo ignorar os fatos da consciência, ele pode ser um método de distribuição, mas não é mais uma moral revolucionária. (GUEVARA apud LÖWY e BASANCENOT, 2009, p. 42)

Em entrevista ao *Roda Viva* (1990), Fidel aponta que segundo Che “não se podem utilizar as categorias do capitalismo na construção do socialismo” (CASTRO, 1990), pois “perseguindo a quimera de realizar o socialismo graças às armas que nos legou o capitalismo [...] pode-se chegar a um beco sem saída” (GUEVARA, 2004, p. 253). Assim, com um olho no econômico e outro no político, em verdade esferas indissociáveis, rejeita, categórica e publicamente, os parâmetros soviéticos de mercado e concorrência entre economias socialistas, pautando critérios ético-sociais de colaboração. Apesar da superação do capitalismo não se expressar meramente em alterações econômicas, apenas nas esferas de produção e circulação, a manutenção delas, mesmo que em outros níveis [por critérios suavizados], recriam objetiva e subjetivamente relações de tipo mercantil. Ao contrário, para ele é preciso romper tanto com a economia quanto com as tradições burguesas, erradicando “as taras do passado [que] se transmitem até o presente na consciência individual”⁸² (GUEVARA, 2004, p. 252). A raiz de suas críticas não deixa de estar parametrada e fundamentada no internacionalismo, que para Che não pode ser apenas ato verbal esvaziado de conteúdo concreto, contestando e denunciando estas assimetrias, sendo mesmo obrigado a desmentir a celebração feita no *Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS*⁸³ sobre uma suposta colaboração mútua e fraternal, enquanto, no campo prático acentuava-se, segundo ele, ao invés disso, “o chauvinismo” e a “submissão à URSS”, o que se confirma também pelo “ninho de cobras que é o CAME”⁸⁴. O novo sistema deve expressar-

⁸² Semelhança: 18Brumário.

⁸³ Lowy, apud *Notas Críticas ao Manual de Economia Política* [1966].

⁸⁴ Espécie de mercado comum dos países do “socialismo real”.

se também nas consciências sendo, portanto, inseparável de novas concepções que forjarão o homem novo, elemento central de seu programa. Afirma:

A nova sociedade em formação deve competir muito duramente com o passado. Isto se faz sentir não apenas na consciência individual, na qual pesam os resíduos de uma educação sistematicamente orientada para o isolamento do indivíduo, mas também pelo próprio caráter desse período de transição, onde permanecem as relações mercantis. A mercadoria é a célula econômica da sociedade capitalista; enquanto existir, seus efeitos se farão sentir na organização da produção e, em consequência, na consciência. (GUEVARA, 2004, p. 252)

Diante disso e, sem ignorar a totalidade, a dimensão indivisível da grande tarefa histórica da classe trabalhadora, seja ela, a integral emancipação humana, indica caminhos através da união num bloco Latino-Americano das forças populares e rebeldes, que pudesse transcender o isolamento e garantir uma resposta de escala Continental à dominação dos EUA. No Discurso de Argel (1965), declara:

Não podemos permanecer indiferentes ao que acontece em outras partes do mundo, pois a vitória de qualquer país contra o imperialismo é uma vitória nossa, assim como a derrota de qualquer nação é uma derrota para todos nós. A prática do internacionalismo proletário não é apenas um dever para os povos que lutam por um futuro melhor, é uma necessidade. (GUEVARA apud LÖWY e BASANCENOT, 2009, p. 63)

O tema do internacionalismo toma proporções ainda mais amplas no discurso *Mensagem aos povos do mundo através da Tricontinental* (1967), em que Che recupera princípios originais da internacional comunista, antes dela se tornar instrumento do stalinismo, criticando a falta de solidariedade e práticas concorrenciais entre países alinhados aos socialismo, que constitui grave fragilidade em termos estratégicos, posto que o imperialismo, “*inimigo comum do gênero humano*”, é um sistema mundial e vencê-lo demanda um enfrentamento também mundial. Enxerga na resistência vietnamita o destacamento de vanguarda do proletariado Mundial, denunciando o descaso, abandono e sua situação de isolamento e, utilizando da imagem dos rebeldes-solitários, incentiva a união continental, a solidariedade através da criação de novos focos, como forma de tencionar a dispersão e incidência das forças imperialistas, com o lema “*construir um, dois, três Vietnãs*”.

Essas relações conflituosas, expressam também querelas da Segunda e Terceira Internacionais Comunista, em que aparecem tentativas de recuperação e reativação seletiva e exclusivista de aspectos hegelianos no marxismo, destacados da totalidade, operados, sobretudo, pela vulgarização e condução de um reducionismo mecânico-matemático que degrada e realoca positividade na formulação marxiana da “legalidade histórica”. Estas, permitiram postular engessadamente etapas rígidas da transformação social, o que foi conveniente à conservação e supremacia de um “marxismo euro-centrado” pois, às nações atrasadas, em relação ao progresso [do ponto de vista capitalista], restava, caso quisessem e conseguissem, por contas e penas próprias romper sua inercia, confluir, necessária e apressadamente, à um dos polos centrais de desenvolvimento, podendo: [1] estimular e acelerar o capitalismo para forjar seus coveiros ou [2] devido a tomada do poder, provavelmente, por causas acidentais e fortuitas [e sem dúvida, também a-históricas], seguir a cartilha e refletir passos e processos do grande bloco vanguardista-socialista, pois somente ao se alinhar harmoniosamente a uma das alternativas, poderiam se colocar nos “trilhos da história” e, enfim, conseguir acertadamente, seguir os caminhos unívocos da emancipação.

Obviamente, tais concepções, que favoreceram interpretações de teor dogmático e tutelar, evolucionista e universalista, não foram bem vindas e/ou recebidas sem contestação e protesto: motivo de ásperas divergências, significaram entraves ao marxismo na América Latina. Entre diversas nuances, esquematicamente, os termos da problemática que se desdobram da segunda alternativa - como é o caso de Cuba - variaram entre: [1] a “aplicação” [entenda-se: reprodução] do marxismo [entenda-se: diretrizes russo/europeias], e/ou [2] uma nacionalização teórica, isto é, produção/adaptação “própria/ independente” e conveniente às suas especificidades; sendo a última, prontamente rebatida pela ressalva dos riscos de que sob o nome de socialismo se promovessem perigosas distorções⁸⁵. Implícito nas oposições sintéticas extremas⁸⁶ da controvérsia está a relação entre particular-universal e, a posteriori,

⁸⁵ O que de fato aconteceu, com gravidade intensificada, não exatamente a quem se direcionava a crítica, mas aos seus proponentes soviéticos, que tentaram tutelar o marxismo.

⁸⁶ Cf. Tensões entre Mariátegui e Comintern, anos 20.

com distanciamento histórico, talvez esteja facilitado notar [sem que isso signifique fáceis soluções] que ambos os limiares apresentam insuficiências graves. Escreve Portantiero:

A América Latina sempre apareceu aprisionada ao fatalismo de suas origens: sem poder ser a Europa, não pode tampouco ser a anti-Europa. Se o grande sucesso dos bolcheviques foi sua capacidade de “russificar” o marxismo para utilizá-lo como formidável arma, teórica e organizativa, capaz de fornecer resposta a dilemas da sociedade e da cultura que já vinham antes do capitalismo, isto não ocorreu na América Latina. (PORTANTIERO, 1983, p. 335)

A proposta de assimilação/reprodução/aplicação *ipsis litteris* de um modelo de luta e enfrentamento importado, que prezava pelo automatismo ao invés de auto-determinação dos povos, não se deu sem desdobrar e respingar, conseqüentemente, em barreiras ao desenvolvimento de projetos anti-capitalistas abrangente às nações colonizadas; obstruiu um amplo intercambio do materialismo histórico entre as massas latino-americanas e, em certa medida, contribuiu para a ineficácia de uma práxis efetivamente internacionalista com descompassos e cisões entre os diversos movimentos insurgentes mundiais, à fechamentos sectários em elaborações monológicas solitárias de pouca interlocução, que sem se chocar com as conflitualidades existentes, não resultam em sínteses dialéticas.

Vale destacar a nova amplitude processada na perspectiva marxiana, após as contrarrevoluções europeias⁸⁷, em que Marx, com enfoque em desvendar o refluxo do movimento revolucionário, amplia seu roll e volta-se à formações econômicas fora do eixo, orientais e de tipo não propriamente capitalistas, bem como, amplia a compreensão do dinamismo das relações dialéticas entre nacional e internacional, fios invisíveis que interligam as diversas nações e suas implicações à causa revolucionária.

Um passo adiante das primeiras análises que tiveram eixo focal no proletariado urbano-ocidental, atribuindo-lhe a tarefa de coveiro do capitalismo, uma modulação se realiza, especialmente, nos apontamentos que tece sobre as alternativas de transformação na Rússia. Passa a admitir a possibilidade de que um start revolucionário se desse nas periferias, expandindo assim os elos que ligam, sistematicamente, ainda que de forma diversa, todos os

⁸⁷ Golpe Napoleônico [1851]

povos dominados, sendo a libertação de uns condição necessária à libertação de todos os outros. Assim, havendo a humanidade alcançado, mesmo que pontualmente, o vislumbre da possibilidade histórica da emancipação humana, através do desenvolvimento ocidental, dadas certas conjunturas, poderia também, via sociedades não-capitalistas, por meio de tensões provocadas no terreno da luta de classes, provocar saltos qualitativos em que os oprimidos conseguissem despontar e tomar as rédeas nacionais da direção do corpo social, derrotando seus opressores mais diretos e imediatos e, ao mesmo tempo, causando fissuras que afetam globalmente os sistemas de dominação/opressão.

A propósito de análises que submeteram múltiplas civilizações, indiscriminadamente, ao crivo da matriz inglesa/ocidental, visto sua inabilidade em capturar tudo quanto destoasse dela, para além, de tomar, equivocadamente, a parte pelo todo, também transpassa a influência da filosofia de Hegel, que em oposição à concepção marxiana de história, favorece a centralidade do conceito hegeliano de “povos sem história”⁸⁸ como chave interpretativa, ancorando a noção de que “povos bárbaros”, apenas podem romper sua inércia se lançados ao “progresso” através da violência “civilizatória” do capitalismo. Segundo o *Dicionário do Pensamento Marxista*, Engels⁸⁹, opera o conceito em artigos publicados na Nova Gazeta Renana: “*Estavam incluídos nessa categoria os bascos, os bretões, os escoceses das montanhas, os tchecos, os eslovacos, os croatas e outros eslavos meridionais*” (BOTTOMORE, 2012, p. 375).

De modo não-inédito, entretanto, com roupagem renovada, as questões que se colocam ao marxismo na América Latina, foram também encaradas pela Rússia de 1917, que,

⁸⁸ Na perspectiva dos dominadores: eles também deveriam considerar que o salto que se opera nas condições inglesas é a concreção máxima e única da dominação, sendo todos os outros “opressores sem história”? Ou será fazem alianças quando sua condição de classe está em risco?

⁸⁹ Aricó (1982) e mesmo Portantiero (1983) também tocam a questão da influência do conceito hegeliano de “povos sem história” e concepções eurocêntricas no marxismo. Aricó, no livro *Marx e a América Latina*, nos impressionou: para sustentar seu viés cognitivo, manobra e mistura obras de Marx [argumento fraco para as conclusões que retira] com textos que realmente expressam hegelianismo e hierarquia entre povos, entretanto, de autoria exclusiva de Engels; o autor, modifica as referências, grafando-as como MARX & ENGELS, onde não há Marx.

supostamente contrariando previsões de Marx⁹⁰ estaria fora do eixo de onde emanaria a centelha revolucionária, sendo Lênin diversas vezes acusado de revisionismo.

*

Retornando à crítica de Guevara ao dito “socialismo real”, para amarrar as suas próprias assimilações e formulações da teoria revolucionária, destacamos sua insistência na importância da sistematização política da subjetividade como substância fundamental para preparar e avançar articulações anti-sistêmicas em que, são necessárias pessoas objetiva e subjetivamente preparadas e dispostas a engrossar trincheiras contra o capitalismo, sendo assim capazes de transformar a si mesmas, bem como, o conjunto das relações sociais que estruturam as sociedades burguesas. Löwy e Basancenot, seguindo o rastro da *Ideologia Alemã*, afirmam que:

As revoluções não são o fruto de uma operação mágica ou de um processo mecânico induzido pela História. Elas não são decretadas. Elas são o resultado da intervenção da humanidade sobre o seu próprio destino. Intervenção consciente, individual e coletiva. Os homens não são peões de forças superiores, em luta umas contra as outras, que os ultrapassariam, opondo a classe dos exploradores à dos explorados. Os homens são, pelo contrário, as “expressões vivas” dessas forças, pois são eles que fazem a história. A passagem de uma sociedade a outra só pode ser assinada pela mão do homem. (LÖWY e BASANCENOT, 2009, p. 36)

A exigência de uma alteração cultural é expressa também naquilo que concebe as duas tarefas fundamentais do Partido da Revolução, sejam elas [1] a produção de bens e [2] o aprofundamento da consciência. E por que a consciência é tão central em Guevara? O eixo de sua explicação retoma o marxismo-Lêninismo.

O engenho de Marx consiste nas orientações que nos permitem conhecer e interpretar a realidade social, detectar conflitos fundamentais e projetar tendências, apontando a possibilidade da construção de uma nova sociedade a partir das fissuras deixadas pela evolução contraditória do capitalismo, oferecendo aos seres humanos meios de determinar conscientemente seu próprio destino; unindo assim teoria e prática, conhecimento e transformação da realidade. Então, considerando o pleno desenvolvimento de condições

⁹⁰ Cf. cartas sobre a Rússia, Vera Zasoulitch.

objetivas, resultado das contradições sistêmicas e superestruturais que lhe são intrínsecas, Marx supôs a revolução em países capitalistas desenvolvidos. No texto *Sobre a Construção do Partido*, Guevara afirma que:

O que Marx fez foi analisar o porquê de cada uma [das sociedades]; demonstrar que tudo estava relacionado com a produção, que a consciência do homem era determinada pelo meio em que vivia e que esse meio existia em função das relações de produção [...]. Demonstrou que historicamente o capitalismo devia desaparecer e ceder o lugar a uma nova sociedade: a sociedade socialista. (GUEVARA, 2004, p. 245)

O materialismo histórico, antitético a modelos monocausais, antes prioriza o movimento real da materialidade histórica, admitindo que, em dados momentos, determinações diversas podem ocupar o epicentro das transformações, pois nenhuma dimensão da vida social é independente de todas as outras e os complexos elementos e movimentos que influenciam e incidem na luta de classes estão em interação contínua e dinâmica, nem sempre harmônicas. Faz-se fundamental considerar as diversas determinações que surgem no interior de cada sociedade, garantindo assim, a dialeticidade entre o econômico e o político e esquivando de esquemas mecânicos que inviabilizam análises abrangentes e dinâmicas da totalidade social.

Logo, sem negar a importância de conhecer os processos que fizeram avançar a revolução em outros lugares do mundo, rompe com quaisquer modelos prévios, receitas fáceis, bulas revolucionárias que não se adequem às especificidades de cada cenário de luta, pois cada povo percorreu caminhos próprios e possui peculiaridades que devem ser consideradas, de modo que, a construção de uma nova sociedade será diferente em cada lugar e seus incitadores devem utilizar o marxismo, isto é, devem, prioritariamente, interpretar cada realidade de modo dialético. Segundo Guevara:

As revoluções nem sempre são, ou quase nunca, ou talvez nunca, maduras e previstas cientificamente em seus detalhes, são feitas das paixões, das improvisações de homens em suas lutas pelas reivindicações sociais, elas nunca são perfeitas. (GUEVARA apud LÖWY e BASANCENOT, 2009, p. 35)

Assim, desenvolve o marxismo na medida em que destaca os desafios da construção de uma nova sociedade sob marcos históricos de dependência e subdesenvolvimento. Como então criar forças revolucionárias nas periferias do capitalismo em uma fase histórica que se define pelos marcos do imperialismo? Recuperando Lênin, que apura a investigação em sentidos que, devido à ausência de elementos históricos Marx não pôde considerar, a saber, um capitalismo que tem como eixo relações de tipo imperialistas, sugere que em países subdesenvolvidos, se poderia re-equilibrar o déficit de condições objetivas por meio da sistematização das condições subjetivas, isto é, da preparação da classe trabalhadora para situações de potencial revolucionário, preferencialmente, de modo que se transforme em algo além que um conjunto desarticulado de homens conectados, única e coincidentemente, por um verbete comum⁹¹.

Lênin aprofundou mais a análise e chegou à conclusão de que a passagem de uma sociedade para outra não se dava de forma mecânica e que as condições para isso podiam-se acelerar ao máximo mediante alguns catalisadores [...]. Quer dizer que se houvesse uma vanguarda do proletariado capaz de tomar as reivindicações fundamentais do proletariado, tendo também uma ideia clara sobre onde se deve chegar, e tentasse tomar o poder para estabelecer a nova sociedade, poderíamos avançar e queimar etapas. (GUEVARA, 2004, p. 245)

A propósito das ácidas críticas à União Soviética, tanto sua trajetória quanto os escritos de Lênin, despertam em Guevara a percepção de que os processos de desenvolvimento das sociedades, já descritos por Marx, em condições específicas, poderiam ser abreviados por meio de certos catalisadores que permitiriam acelerar os ritmos da revolução. Eles consistem na faísca impulsora do movimento revolucionário, que se ancora no aprofundamento da consciência de classe e combatividade das massas, bem como, em um forte partido de vanguarda que possa forjar a disciplina e disposição necessárias à vitória.

⁹¹ Referência ao 18 Brumário: “A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas.” (MARX, 2008, p. 325)

3.2.2 Partido revolucionário e luta de classes

Estabelecendo marcos indicativos de diferentes momentos pelos quais passa a revolução cubana, não do ponto de vista temporal, mas do que considera evoluções/saltos no pensamento revolucionário, Guevara deixa importantes notas em que trata das relações dialéticas entre teoria e prática, partido revolucionário e massas subalternas, entre reforma e revolução. Inspirando-se em Lênin, reafirma a adequação de sua famosa proposição: “*sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário*” (GUEVARA, 2004, p. 113) e maneja-a de forma intrigante, acrescentando a possibilidade de se protagonizar modificações radicais nas sociedades mesmo sem conhecimento teórico formal:

A teoria revolucionária, enquanto expressão de uma verdade social, está acima de qualquer enunciado; isto é, podemos fazer a revolução, desde que interpretemos corretamente a realidade histórica e se utilizarmos corretamente as forças que nela intervêm, mesmo sem conhecer a teoria. (GUEVARA, 2004, p. 113)

Desta breve passagem, chama atenção o fato de que, sem menosprezar a importância da teoria, não tê-la como pré ou pós-requisito, pois os homens fazem tanto a história quanto as elaborações mentais/abstratas e, estas apenas podem ser úteis e/ou permitem atalhar caminhos, quando possibilitam e favorecem a apreensão da dinâmica do real, o que não é consequência lógica do saber catedrático, visto que teoria que não se converte em prática é letramento morto. Disso decorrem alguns pontos: ao descentralizar a política do monopólio de intelectuais - no sentido tradicional, já que fundamental é ler adequadamente o real, simultaneamente, lhe agiganta até sujeitos comumente apartados dessa função sociais⁹²; preocupação que se estende ao concreto.

Em nossa ambição de revolucionários tentamos caminhar tão depressa quanto possível, abrindo caminhos; mas sabemos que temos que nutrir-

⁹² A nível de breve menção sobre desdobramentos equivalentes de temas comuns são notáveis paralelismos entre a afirmativa de Guevara quanto a possibilidade de se fazer revoluções mesmo sem conhecimento formal da teoria, com a concepção gramsciana de *intelectual orgânico*, aquele que atua conscientemente e coerentemente segundo os interesses de uma classe, que organiza, ensina e conduz uma massa de homens a atingir e agir segundo concepções superiores, coerentes e unitárias.

nos da massa e essa somente poderá avançar mais rápido se a animarmos com nosso exemplo. (GUEVARA, 2004, p. 256)

Interessante os diferentes sentidos com que utiliza o termo ‘massa’. Em *O Socialismo e o Homem em Cuba*, ainda na etapa da luta de guerrilha, refere-se inicialmente às massas como povo em situação de letargia, prostrado, inativo, que necessita do “*entusiasmo combativo*” da vanguarda para romper sua inércia, mas que de modo simultâneo e relacional, a vanguarda também deve estar em permanente contato para não se afastar de suas demandas.

Em escala crescente, outros sentidos vão construindo-se ao longo do texto que, entre outras coisas, narra o desenvolvimento e maturação do processo revolucionário, da nova sociedade e da massa, “*este ente de múltiplas facetas não é [mais], como se pretende, a soma de elementos de uma mesma categoria [...], que atua como um manso rebanho*” (GUEVARA, 2004, p. 249). À essa guinada de sentidos manifesta no texto de Che, destaca-se o papel pedagógico-educacional, bem como, a incorporação ativa desses grupos menos avançados no processo revolucionário como fundamental para sua transformação qualitativa, pois se antes apresentavam-se politicamente inertes, a partir de certos estímulos conseguem superar-se, adquirindo novas características, forjando-se na luta, “*trabalhando para a construção do socialismo*”, alcançando outros níveis de consciência e de seu papel histórico, etc.

Esta imensa multidão se ordena; sua ordem corresponde à consciência da necessidade dela; já não é mais uma força dispersa, divisível em mil frações projetadas no espaço como fragmentos de granadas [...] utilizando-se de qualquer meio, numa luta travada contra seus semelhantes. (GUEVARA, 2004, p. 267)

Em *O Quadro, Coluna Vertebral da Revolução* (1962) fica exposto parte do contexto que se desenrolou a partir da nacionalização das empresas, em que houve escassez de técnicos e profissionais de nível médio, muitos dos quais se retiraram de Cuba junto com as empresas imperialistas, falta essa que abalou a administração e a produção e acabou contribuindo para a burocratização do aparelho político. Nesse sentido, a formação e desenvolvimento de novos quadros se apresentou como demanda urgente e fundamental. Afirma:

Podemos nos perguntar: o que é um quadro? Devemos dizer que um quadro é um indivíduo que alcança o suficiente desenvolvimento político para poder interpretar as grandes diretrizes emanadas do poder central, torná-las suas e transmiti-las como orientação à massa, percebendo, além disso, as manifestações dessa massa com aos seus desejos e motivações. É um indivíduo de disciplina ideológica e administrativa que conhece e pratica o centralismo democrático e sabe avaliar as contradições existentes no método para aproveitar ao máximo suas múltiplas facetas [...]. O quadro é, pois, um criador, um dirigente de alta estatura, um técnico de bom nível político, que pode, raciocinando dialeticamente, levar adiante seu setor de produção ou desenvolver a massa desde o seu posto político de direção. (GUEVARA, 1962)

Guevara, preliminarmente, define o quadro como indivíduo, considerando-o “*em sua dupla existência de ser único e membro da comunidade*” (GUEVARA, 2004, p. 252) para, na sequência, localiza-lo como componente de algo maior, peça do partido revolucionário, que não se encerra em suas atividades técnicas, mas contempla, em totalidade, sua função social ampla, a partir de uma perspectiva de classe. Segundo ele:

O quadro é a peça mestra do motor ideológico que é o Partido Unido da Revolução. É o que poderíamos chamar de parafuso dinâmico deste motor: parafuso enquanto peça funcional que assegura seu correto funcionamento, dinâmico enquanto não é um simples transmissor para cima ou para baixo de lemas e demandas, mas um criador que ajudará o desenvolvimento das massas e a informação dos dirigentes, servindo de ponto de contato com aqueles. Tem uma importante missão de vigilância para que não se liquide o grande espírito da Revolução, para que esta não durma, não diminua seu ritmo. É um lugar sensível; transmite o que vem da massa e lhe infunde o que orienta o Partido. (GUEVARA, 1962)

O partido deve nutrir-se e renovar-se nas massas, através do contato direto com elas e usar de iniciativa e criatividade para apreender suas demandas e convertê-las em projeto, tornando-se referência pelo exemplo e dedicação de seus membros, na medida em que consegue êxito na função de contribuir para a construção de um poder popular com administração dirigida para a classe que representa. Escreve:

O Partido é uma organização de vanguarda. [...] Ele é minoritário, mas de grande importância pela qualidade de seus quadros. Nossa aspiração é que o Partido seja de massas, mas somente quando as massas tenham alcançado o nível de desenvolvimento da vanguarda; quer dizer, quando estejam educadas para o comunismo. O trabalho é dirigido para esta educação. O Partido é o exemplo vivo: seus quadros devem dar aulas de labor e sacrifício, devem levar, com sua ação, as massas até o fim da tarefa revolucionária, o que implica anos de dura luta contra as dificuldades da

construção, dos inimigos de classe, as marcas do passado, o imperialismo. (GUEVARA, 2004, p. 264)

O quadro é então um dirigente político, um militante altamente disciplinado, coerente, preparado pela organização revolucionária para assumir qualquer tarefa necessária e propor soluções eficientes, com capacidade de análise e de comunicar-se com as massas, elevando seu grau de consciência, é um cidadão-soldado que se forja continuamente na luta, disponível à causa revolucionária e mobilizado para acumular forças, combater inimigos e multiplicar-se. Assim, transpondo o método a práxis política, Guevara afirma que:

Os membros do Partido Unido da Revolução deverão ser criadores, deverão manipular a teoria e criar a prática de acordo com a teoria e com as condições próprias deste país [...]. A tarefa da construção do socialismo em Cuba deve ser enfrentada fugindo-se do mecanicismo como da peste. O mecanicismo conduz apenas a formas estereotipadas [...]. Deve-se trabalhar dialeticamente, apoiar-se nas massas, estar sempre em contato com elas, dirigi-las através do exemplo, utilizar a ideologia marxista, utilizar o materialismo dialético e ser criadores a cada momento. (GUEVARA, 2004, p. 243)

Che recupera a noção de quadro a partir de estruturas militares, na qual indica os oficiais de comando das tropas em luta. A analogia trazida para a política, refere-se aos dirigentes que mobilizam e conduzem as massas, aos sustentáculos e eixo articulador da revolução que lançam metas em direção ao novo; as influências da luta armada em suas elaborações não passam despercebidas, mas a teorização política que emana e se enriquece do combate, a ele retorna:

A Revolução Cubana retoma Marx onde ele deixou a ciência para empunhar seu fuzil revolucionário [...], ao iniciar nossa luta, estamos simplesmente cumprindo as leis previstas por Marx, o cientista, e através desse caminho de rebeldia, ao lutar contra a velha estrutura de poder, [...] estamos simplesmente nos ajustando às previsões de Marx. (GUEVARA, 2004, p. 117)

A existência desses níveis de consciência e atuação na realidade tão marcadamente distintos entre vanguarda e massa, intelectuais e simples, trabalho material e imaterial, dirigentes e dirigidos, indicam um desenvolvimento ainda contraditório do ser social, traço característico do liberalismo, em que os homens alienam-se de suas atividades. Diferenças

essas que, no relato talvez otimista de Guevara, se apresentavam em estado de diluição e, de fato, devem ser definitivamente abolidas no comunismo. Entretanto, como não existe comunismo de um só país, experiências isoladas, por mais avançadas que sejam, estarão sempre sujeitas a correlação de forças que tentarão restaurar a hegemonia do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Karl Marx está entre os pensadores mais sepultados pelos intelectuais do liberalismo. Com alguns séculos desde o surgimento e consolidação do mundo burguês, ele não foi, nem de longe, o primeiro a formular críticas a economia capitalista: problematizações [inofensivas e mesmo ofensivas] foram perfeitamente admissíveis, até ganhando coro entre os próprios agentes de manutenção deste sistema. Não as de Marx! No intervalo de mais de 150 anos que nos separa das primeiras tiragens d'O Capital, obra e autor receberam sabatinas ininterruptas vindas de todos os cantos, “refutações” e considerações sobre suas inconsistências, obsolescência histórica, etc., brotaram aos montes e cumulam acervo quantitativamente impressionante. No entanto, o espectro do comunismo continuamente reaparece no cérebro dos vivos, animando dominados e assombrando dominadores como um pesadelo, rondando e espalhando-se por lugares cada vez mais longínquos, quiçá por todo o globo.

As experiências da classe trabalhadora ao longo do século XX, todas circunscritas pelo imperialismo como novo *modus operandi* do capitalismo mundial, e as lições deixadas por corajosos homens e mulheres, dispostos a dar a vida por nossa liberdade, a matar e morrer para pôr fim a exploração humana, dentre outras coisas, evidenciam correlações dinâmicas entre universal e particular, teoria e prática, não abarcadas por estreitamentos teóricos que amputam o que há de mais caro à teoria marxiana, a capacidade de capturar o real em movimento. Teses evolucionistas e etapistas sobre sociedades de formação pré-capitalistas viram com bons olhos que nações ditas “*sem história*” fossem violentamente re-estruturadas pelo desenvolvimento de tipo capitalista, aparentemente, a única força capaz de forjar o sujeito histórico da emancipação. Proliferaram seu fatalismo delineando, artificial e mecanicamente, pontos de contato entre interesses supostamente revolucionários e burgueses.

Parecendo supor que nessas investidas o capitalismo fosse re-iniciar linearmente do marco zero, como se seus agentes mantivessem-se anacrônicos e não tivessem acumulado potências e experiências diversas daquelas na fase mercantil, apenas esqueceram de considerar a dupla-face da questão: ora, as sociedades que de outras bases, coordenadas por interesses imperialistas passaram a relações de tipo capitalista, foram muito bem sucedidas

em desenvolver capitalismo e burguesia, em promover enormes e qualificadas expropriações. A máquina de moer carne humana que suga energias vivas para alimentar o capital, em seu frenesi por incremento, amplia e estende seus tentáculos por todos os cantos, pouco lhe importando as relações precedentes. Violentará e objetificará quaisquer grupos humanos funcionais a criação de valor e, ao fazê-lo, torna-se organicamente mais potente e hábil a realizar mais e novas espoliações, além de amplificar o poder global do capital e suas áreas de influência.

É preciso ter bem claro que o passado é como é! Mas, não fosse a sistematização do método de conhecimento adequado a perspectiva dos trabalhadores, é bastante provável, que relevantes experiências de lutas históricas de nossa classe fossem bastante minoradas ou sequer existissem. Tanto revolução russa quanto cubana referenciaram-se no marxismo e não poderiam ser idealizadas e objetivadas tais como foram sem as fundamentais armas de tradução do real e da sociabilidade burguesa, descortinadas por Marx. Eis seu tenebroso e imperdoável crime: tomar partido!

Aliás, a Rússia de 1917, com estrutura majoritariamente feudal, conseguiu tamanha proeza, exatamente contrariando as análises de mencheviques que indicavam aguardar que o imperialismo, à rédeas soltas causasse devastações e desumanizações, ao ponto que uma situação insuportável fizesse emergir uma janela revolucionária. Por meio da adequada compreensão do movimento concreto do capitalismo em sua fase imperialista e, conseqüentemente, dos desafios nacionais e internacionais que se colocavam, o partido revolucionário bolchevique taticamente explorou interesses contraditórios das diversas frações de classe e organizou esforços para que, desde logo, os despossuídos empunhassem armas contra a burguesia nacional, antes mesmo que ela conseguisse meios de se consolidar ou integrar-se internacionalmente. Assim, ao acertar contas com velhos e novos exploradores, outorgou, simultaneamente, importante derrota ao capitalismo internacional.

Rússia e Cuba demonstraram que as periferias do capitalismo podem ser terreno fértil para iniciar e consolidar núcleos de oposição e resistência. Sem que seja possível comunismo em um único país, essas insurgências contudo fragilizam o capital global e podem, sobretudo,

servir de exemplo e faísca à trabalhadores de outros lugares do mundo. Também, que as revoluções não são quaisquer acontecimentos pelos quais se deva esperar ou que terão todas as condições objetivas inquestionavelmente dadas⁹³. Se não estamos falando de sorte ou fracasso espontâneo do capitalismo, em tempos não-revolucionários, tarefas revolucionárias consistem em desvendar fragilidades, explorar contradições, formar quadros renovados, preparar em múltiplas frentes as bases para que aconteça, enquanto ainda há humanidade a ser emancipada, enquanto ainda há riqueza, material e imaterial, a ser socializada. À propósito das provisórias derrotas e refluxos da classe trabalhadora, suas batalhas, com acertos e erros, nos nutrem de experiências coletivas, as quais nos resta nada menos que a obrigação de fazê-las ressurgir, germinadas, maduras e amplificadas, dotadas de força material, não para repeti-las [a história em totalidade não se repete], mas para que possamos ir além delas; até a abolição integral de todos os sistemas de exploração-dominação.

O imperialismo, longe de ser um ponto de fuga, é desenvolvimento ulterior e hiperbólico daquelas tendências já apontadas por Marx, mas coloca novas determinações que vão operar ao lado daquelas basilares, como as expropriações e a contradição capital-trabalho. A análise de Lenin diferiu, teórica e praticamente, de diversas outras pois, ao invés de ossificar em descrições congeladas a imagem do capitalismo em determinado momento, arranca de Marx a própria chave de tradução do ser social em seu movimento real e dinâmico. Dentre novas determinações político-econômicas consequentes tanto da necessidade de ampliar a acumulação de capital quanto da generalização da pobreza e acirramento dos conflitos de classe, demanda integração mais orgânica dos capitais para garantir a manutenção e continuidade das relações capitalistas, culminando assim, na transformação da livre concorrência em monopólios. Mais que isso, a fusão dos monopólios bancário e industrial, desloca acento do capital-produtivo ao capital-financeiro, garantindo a este uma capacidade de subordinar e controlar trabalho sem precedentes.

⁹³ Cada vez, há menos possibilidades que a combinação de fatores que outrora, propiciaram contextos revolucionários, não sejam preventivamente pulverizados.

Fato que não elimina a concorrência do covil inter-capitalista cujas associações provisórias, cambiantes e permeadas por interesses conflitantes, demandam aprimoramentos como expropriações diretas de outros capitais. Estas hostilidades podem extrapolar a esfera estritamente econômica, assumindo ora a forma explícita de guerras, ora manobras e ofensivas um tanto quanto silenciosas. Servindo-se de recursos ditos “democráticos” na perspectiva burguesa, utilizam-se, inclusive, do ajoelamento de Estados inteiros para minar outras potências e quebrar áreas de influência de seus competidores. E, sempre e de novo, controlar trabalho e recursos, implodindo tentativas de auto-determinação dos povos.

Assim, sempre que necessário, destruirão mesmo os poucos valores que tiveram que fundamentar na ocasião de seu surgimento, a própria democracia burguesa é acessória e suas cláusulas só são pétreas até serem britadas pela lei do valor, vide ditaduras, fascismo, nazismo e genocídios que diretamente causam ou indiretamente alimentam. Ocorre que a normalidade no capital é, em gradações variadas, sempre autoritária e violenta, seja nos contextos chamados de “bem-estar” ou em suas expressões mais bárbaras. Quando, além de consolidado, o capitalismo conquista posições de hegemonia importantes ao varrer grandes blocos opositores, deslocou equilíbrios que ricochetearam na totalidade da classe trabalhadora, indicando que experiências de caráter aparentemente pontual, restrito a contexto local/nacional, sem transposições mecânicas, estão organicamente conectadas com todas as outras. A partir disso, tornar-se-ia ainda mais simples mover para trás os avanços e conquistas produtos de lutas históricas, ademais, intensificar sem freios a exploração da força de trabalho global.

Das provisórias vitórias do capital, sistema que se expande e reproduz, contraditoriamente e até certo limite, a partir dos mesmos desastres que causa, emergem novos desafios. A “flexibilização” da exploração, isto é, destruição de vínculos formais de trabalho, associada a massificação do sistema credito-juros longe de significar, como querem muitos, o fim do trabalho, garantem exploração em níveis ainda mais brutais, para fora do alcance das instituições tradicionais de apoio laboral. Sem organização unificada ou projeto, tensionados pelas condições objetivas de existência e sobrevivência, de modo fragmentário e contraditório, por outros moldes, voltam a esboçar a insustentabilidade desse estado de coisas.

Como organizar despossuídos e precarizados, em geral, sem direitos e/ou representação sindical? Movimentos fugazes, descentralizados, de composição e pautas heterogêneas começam a ebulir e é pouco provável que facilmente estanquem. Se tivermos aprendido algo com a história, certamente, devemos recordar que grandes massas insatisfeitas, sem mediação política que as module de *classe em si* em *classe para si*, nunca foram sinônimo de forças revolucionárias ou anti-sistêmicas, o capitalismo soube muito bem aparelhá-las aos seus próprios fins. Entretanto, o balanço crítico que nos cabe quanto a insurgências espontâneas é que a mera constatação da ausência de organicidade, projeto, etc. e abandono da trincheira deixando-os a deus dará, pouco faz para atacar as contradições que estão em sua raiz e/ou qualificar e transmutar demandas reais em projeto de sociedade radicalmente diverso.

Por fim, podemos retornar aos pontos de partida.

O debate sobre as formas do conhecer que surgem na matriz moderna, sejam elas, o modelo fenomênico e o ontológico, tendem a aparecer ou como querelas teóricas de pouca ou nenhuma relevância política ou como querelas políticas de pouca ou nenhuma relevância científica; e, de ambos os modos, a questão é minorada e descolada de seus aspectos fundamentais. Razão não é mero resultado de intelecção individual, é ela própria produto determinado da práxis histórico-social da humanidade que surge por e a partir de um dado mundo e, quer queira ou não, sempre tem função social, podendo contribuir a continuidade ou transformação deste mesmo mundo.

A investigação sobre os modos e possibilidades do conhecer tem sempre pressuposta uma dada concepção de realidade. Assim, a gnose moderna, expressando a perspectiva do capital, neutraliza a faceta revolucionária inerente a noção de totalidade substituindo-a pelo achatamento do real [essencialmente fragmentário e incognoscível] fundamental a sua reprodução; entretanto, como o Rei do conto de Andersen⁹⁴, volta e meia apresenta-se nua ante a própria objetividade que se lhe impõe. Já a razão ontológica, autenticamente revolucionária, em seu processo de intelecção, apreende a realidade como totalidade articulada com a atividade humana e, ao desvendar as determinações contraditórias que a

⁹⁴ Cf.: Conto dinamarquês *A nova roupa do imperador* [Hans Christian Andersen].

configuram, culmina, conseqüentemente, na possibilidade de alteração e superação radical desta particular sociabilidade. Expressando a perspectiva do trabalho, de mero conhecimento transforma-se em arma teórico-prática capaz de evidenciar os meios que orientam sua transformação e superação.

Contrapondo-se à devaneios idealísticos e utópicos é mérito de Marx extrair da análise das formações sociais em geral e, em específico, das estruturas e “leis” de movimento do capital, isto é, da materialidade histórica, os meios para apreender o ser social em sua integralidade provendo-lhe tratamento cientificamente rigoroso; e, a fundamentação de um sistema que resgata ontologia e totalidade, relacionando simbioticamente aspectos lógicos e históricos, oferecendo meios adequados a reprodução ideal da dinâmica do real. Radical e irreconciliável aos interesses do capital, ante seu legado de bases qualitativamente distintas, fazem-se compreensíveis os esforços raivosos e incansáveis no sentido de sua destruição [que já atravessam o século]. Eis seu tenebroso e imperdoável crime: apreender a totalidade e ir às raízes!

Nas idas e vindas da história moderna, reiteradamente, voltam a ecoar ladainhas sobre a liquidação do marxismo, entretanto, nessa mesma história, talvez com suas “astúcias”, ele insistentemente renasce. Mira-se o marxismo, que influenciou e influencia movimentos sociais, partidos e insurgências diversas mundo a fora, visando estilhaçar o próprio campo de possibilidades do vir a ser, enclausurar o potencial criador humano e obstruir a capacidade de reconfiguração do real imanente as suas atividades. Da esteira de Marx, não por acaso, surgiram ícones como Lenin, Trotsky, Rosa, Togliatti, Gramsci, Mariátegui, Fanon, etc. Mesmo antes de haver burgueses e proletários, antes ainda de senhores e servos, atravessando as mais diversas formações sociais, até que se alcance tempos antiquíssimos em que se criaram as hierarquias primárias⁹⁵; de cá para lá e de lá para cá, em quaisquer lugares onde existiram exploradores e explorados, existiram os que se rebelaram e lutaram contra a

⁹⁵ Isto é, desde que a história das sociedades humanas, tem sido a história da luta de classes. Cf. MARX, 1997.

subordinação e subjugação de uns por outros; e continuarão existindo, por uma necessidade histórica.

Assim, ante a estes inúmeros fracassos, prestamos nossa solidariedade e auxílio, ofertando a solução. Há duas formas de sepultar definitivamente o marxismo, que consistem: [1] na abolição da sociedade de classes e realização da comuna ou [2] na extinção da humanidade; ambas, igualmente eficazes e igualmente disponíveis no horizonte histórico. A classe detentora e dominante, aqueles menos de 0,1% da população mundial, não há que ter dúvidas por qual caminho optarão seguir; sua posição social lhes torna autofágicos: já obsoletos, a condição de sua sobrevivência implica em empurrar consigo toda a humanidade ao abismo. Não é a estes a quem me dirijo, nem me vinculo: em nenhum momento da história as camadas subalternas conseguiram sua liberdade contando com a piedade de seus algozes. Aos mais de 99% restante, meus sinceros desejos que tomem partido pela primeira via, pela abolição de todos os sistemas de dominação-exploração, pela emancipação plena e completa de toda a humanidade. Eis a mais abrangente e satisfatória resolução definitiva [contra a burguesia e sem a burguesia]! Hasta la Revolucion!

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, H. C. **A roupa nova do imperador**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, v. Digital/e-book, 2014. eISBN 9788537810057.

ARICÓ, J. **Marx e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASANCENOT, O.; LÖWY, M. Um marxismo humanista ou o combate por um comunismo de feições humanas. In: _____ **Che Guevara: uma chama que continua ardendo**. Tradução de Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 01, 2011.

CASTRO, F. R. Roda viva, 19 Março 1990. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=znY9e1AFCvc>>. Acesso em: 13 maio 2017. TV Cultura.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Tradução de Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v. Digital/e-book, 2011. ISBN 978-85-378-0470-4.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876)**. 1ª. ed. Stuttgart: Neue Zeit, 1896.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado (1884)**. Tradução de Leandro KONDER. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1964. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/cap02.htm>>. Acesso em: 13 maio 2017. Marxists Internet Archive.

ENGELS, F. Letter to Joseph Bloch (1890). In: TUCKER, R. C. (). **The Marx-Engels reader**. Tradução de Vinicius Valentin Raduan Miguel. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em: 13 maio 2017. Marxists Internet Archive.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução de Nélío Scheinder. São Paulo: Boitempo, 2015.

FONTES, V. A espiral capital-imperialista. In: _____ **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2º. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. p. 145-154.

FONTES, V. Para pensar o capital-imperialismo contemporâneo. In: _____ **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2º. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. p. 11-38.

GOETHE, J. W. V. **Fausto**: uma tragédia - primeira parte. Tradução de Jenny Klabin Segall e Ilustrações de Eugène Delacroix. São Paulo: Editora 34, 2010.

GRAMSCI, A. Os indiferentes. In: _____ **La Città Futura**. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. [S.l.]: [s.n.], 1917. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/02/11.htm>>. Acesso em: 13 maio 2017. Marxists Internet Archive.

GRAMSCI, A. Caderno 11: Introdução ao estudo da filosofia. In: _____ **Cadernos do cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia, A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 83-113.

GRAMSCI, A. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: _____ **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2º. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 11-110.

GUEVARA, E. **Che Guevara – Política**. Tradução de Emir Sader (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GUEVARA, E. D. L. S. **O quadro - coluna vertebral da revolução**. [S.l.]: [s.n.], 1962. Disponível em: <<http://pcrbrasil.org/quadro-coluna-vertebral-da-revolucao/>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

GUEVARA, E. D. L. S. **El partido Marxista-Lêninista**. La Habana: [s.n.], 1963. Disponível em:
<http://www.archivochile.com/America_latina/Doc_paises_al/Cuba/Escritos_del_Che/escrito_sdelche0058.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017. CEME: Centro Estudios “Miguel Enríquez”.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWARD, C. **Dicionário Kant**. Tradução de Alvaro cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

IOANNIDIS, J. P. A.; SERT, N. P. D.; MUNAFÒ, M. A manifesto for reproducible science. In: _____ **Nature Human Behaviour (Org.)**. [S.l.]: SpringerNature, 2017. Disponível em: <<https://rdcu.be/bhkSn>>. Acesso em: 23 maio 2018.

KANT, I. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KANT, I. **A Metafísica dos costumes**. 2. ed. Bauru: EDIPRO, 2008.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 2. ed. Petrópolis: Vozes / Ed. da USF, 2012.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LENIN, V. **Esquerdismo**: Doença infantil do comunismo. 5ª. ed. São Paulo: Global Editora, 1920. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm>>. Acesso em: 18 maio 2017. Marxists Internet Archive.

LENIN, V. Outra vez a tendência de Osvobojdenie, outra vez o neo-Iskrismo. In: _____ **Duas táticas da social-democracia na revolução ddemocrática**. Tradução de Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso Armênio Guedes. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. p. 95-102. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/sindicato/06.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2017. Marxists Internet Archive.

LENIN, V. Sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da nova política econômica. In: _____ **Resolução do CC do PC(b) da Rússia (1922)**. Tradução de Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso Armênio Guedes. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1922/01/04.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2017. Marxists Internet Archive.

LENIN, V. A guerra e a social-democracia da Rússia (1914). In: _____ **Obras Escolhidas em Três Tomos**. Lisboa: Edições Avante! - Lisboa, 1977. p. 13-23. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/09/28.htm>>. Acesso em: 12 junho 2018. Marxists Internet Archive.

LENIN, V. Prefácio ao folheto de N. Bukhárin: a economia mundial e o imperialismo. In: _____ **Obras completas**. Madri: Akal Editor, v. 23, 1977. p. 184.

LENIN, V. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. In: _____ **Obras Escolhidas de V.I.Lénine**. Lisboa: Edições Avante!, v. 1, 1977. p. 79-214.

LENIN, V. Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa, 1915. In: _____ **Obras Escolhidas em Três Tomos**. Lisboa: Edições Avante!, 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1915/08/23.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2018. Marxists Internet Archive.

LENIN, V. Teses e relatório sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado. In: _____ **Obras Escolhidas em Três Tomos**. Lisboa: Edições Avante!, v. 3, 1978. p. 76-88. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/03/04.htm>>. Acesso em: 21 junho 2017. Marxists Internet Archive.

LENIN, V. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Lisboa: Edições Avante, v. 2, 1984. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>>. Acesso em: 02 set. 2018. Marxists Internet Archive.

LENIN, V. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: FE/UNICAMP, 2011.

LUKÁCS, G. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. Prefácio para a crítica da economia política (1859). In: _____ **Obras Escolhidas em Três Tomos**. Lisboa: Edições Avante!, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital. Tomo 1: capítulos I a XXII. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tomo 2: capítulos XIII a XXV. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MARX, K. Aditamentos. In: _____ **O capital**: crítica da economia política: Livro IV - Teorias da Mais-Valia. São Paulo: Difel, v. 3, 1985. p. 1506-1520.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política - Livro III: o processo global da produção capitalista. Tomo 1: capítulos I a XXVIII. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista (1848)**. Lisboa: Edições Avante!, 1997. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>. Acesso em: 21 out. 2018.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Global, 2000.

MARX, K. **A ideologia alemã (1845-1846)**. Tradução de Luciano Cavini Martorano e Nélío Schneider e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____ **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, 2008. p. 199-336.

MARX, K. Introdução. In: _____ **Crítica da filosofia do direito de Hegel (1843)**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 146-157.

MARX, K. Glosas marginais ao “Tratado de economia política” de Adolf Wagner (1881-82). In. : **Serviço social em revista**,. Tradução de Evaristo Colmán. Londrina, v. 13, n. 2, p. 170-179, jan./jun. 2011. ISSN 1679-4842. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10447/9120>. Acesso em: 12 maio 2018.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. O mistério da construção especulativa. In: _____ **A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 72-85.

MIKULINSKI, S.; TSYGANKOV, V.; (ORG.). **O socialismo e a ciência - problemas do mundo contemporâneo**. Moscovo: Academia das Ciências da URSS, 1987.

OLIVEIRA, M. A. **A filosofia na crise da modernidade**. São Paulo: Loyola, 1989.

PAULO NETTO, J. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em serviço social. In: _____ **Cadernos ABESS - A metodologia do serviço social**. São Paulo: Cortez, v. 3, 1989. Disponível em: <www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-caderno-abess-n3-parte-segunda-metodologia-uma-questao-em-questao-201702011204598599010.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

PORTANTIERO, J. C. O marxismo Latino-Americano. In: HOBBSBAWM, E. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WOOD, E. M. O que é a agenda "pós-moderna"? In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 07-22.